UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS

FILHOS DA TERRA: A COMUNIDADE MACAENSE, ONTEM E HOJE

Alexandra Sofia de Senna Fernandes Hagedorn Rangel

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA CULTURA – ESPECIALIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

2010

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS

FILHOS DA TERRA: A COMUNIDADE MACAENSE, ONTEM E HOJE

Dissertação orientada pela Professora Doutora Teresa Malafaia

Alexandra Sofia de Senna Fernandes Hagedorn Rangel

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA CULTURA – ESPECIALIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

2010

"São eles os descendentes dos bons portugueses que aqui construíram o seu lar e honradamente criaram a sua prole; apenas não sabiam que Macau era só nossa por empréstimo e que um dia teríamos de a devolver, bonita e próspera."

José dos Santos Ferreira, 1996.

Este trabalho é dedicado aos professores que me acompanharam e apoiaram na sua elaboração, bem como a Macau, minha terra, e à comunidade macaense, a que tenho a honra de pertencer.

Agradecimentos

À Professora Doutora Teresa Malafaia, por todo o apoio e acompanhamento neste longo trabalho de orientação da minha dissertação.

Aos meus pais, Maria João e Jorge Rangel, macaenses que me ensinaram o valor da nossa comunidade e o significado do legado histórico-cultural, resultante do prolongado encontro de culturas que deu a Macau uma singularidade própria.

Aos meus restantes familiares, membros dos clãs Rangel e Senna Fernandes, por serem exemplos de que as nossas tradições estão bem vivas e pelo seu constante e afectuoso encorajamento.

A Sandra Norte, Jill Castillo e Ana Assuda pela amizade e estímulo que me deram, conversando frequentemente comigo sobre o meu trabalho.

A Ana Barroso pela disponibilidade e simpatia na ajuda que me deu nas traduções para chinês.

Resumo: Esta dissertação de Mestrado é sobre os macaenses, os "filhos da terra", descendentes de várias gerações de cruzamentos de portugueses com orientais, resultando desta miscigenação uma comunidade com características próprias. A culinária, o dialecto (patuá) e as festividades tradicionais demonstram a base cultural portuguesa e as influências recebidas dos países asiáticos vizinhos do território com mais de 400 anos de presença portuguesa, devolvido à China em Dezembro de 1999. Actualmente, Macau é uma Região Administrativa Especial da República Popular da China, regida por uma Lei Básica, elaborada em conformidade com a Declaração Conjunta Luso-Chinesa, firmada em 1987. Esta Lei garante aos residentes do território, incluindo os de ascendência portuguesa, a manutenção da sua maneira de viver e os direitos que tinham anteriormente. É feito um enquadramento histórico, para que melhor se compreenda o nascimento e o percurso desta comunidade, e são identificados os desafios que se lhe colocam, hoje, bem como o seu singular legado cultural.

Palavras-chave: Macau, macaenses, comunidade, legado.

Summary: This Master of Arts thesis is about the Macanese, the *filhos da terra* (the "sons of Macau"), who descend from several generations of intermarriages between the Portuguese and Asians. The miscegenation resulted in a community with specific cultural traits. The cuisine, the dialect and the traditional festivals show us the Portuguese cultural base mixed with influences received from the neighbouring Asian countries. Macau was handed back to China in December of 1999, ending more than 400 years of Portuguese presence. Macau is presently a Special Administrative Region of the People's Republic of China and its Basic Law was written in conformity with the Sino-Portuguese Joint Declaration which was signed in 1987. The Basic Law guarantees the way of life and the rights the residents – including those of Portuguese descent – enjoyed before the handover. A historical background is provided for a better understanding of this community, from its beginning until today, and the new challenges it is facing, as well as its important cultural legacy, are identified.

Keywords: Macau, Macanese, community, legacy.

Índice

Lista de Documentos Visuais…….....viii

Introdução……...1

Capítulo I – A Origem da Comunidade Macaense: Um Enquadramento Histórico…..7
1. Os Portugueses no Extremo Oriente: Breves Notas……...8
2. Os Casamentos com Mulheres Orientais…….10
3. A Fundação e a Afirmação de Macau……..13
4. A Origem da Comunidade Macaense……...21

Capítulo II – Elementos Caracterizadores da Comunidade Macaense……27
1. A Culinária Macaense……..28
2. O Dialecto Macaense: Patuá……33
3. Festividades Tradicionais…….39
3.1 Ano Novo Chinês……...40
3.2 10 de Junho…….42
3.3 24 de Junho…….45
3.4 Natal……...47
4. Figuras de Referência na Comunidade…….49
4.1 Luís Gonzaga Gomes…….49
4.2 José dos Santos Ferreira…….52
4.3 Henrique de Senna Fernandes……55
5. Instituições Macaenses…….58
6. A Diáspora Macaense……...62

Capítulo III – A Comunidade Macaense Face ao Estatuto Actual de Macau……..67
1. A Questão de Macau……68
2. A RAEM e a Lei Básica……...73
3. O Legado……..77
4. O Futuro……...80

Conclusão……84

Bibliografia……...89

Endereços Electrónicos de Referência……97

Anexos……101

Lista de Documentos Visuais

- Página 102 – Figura 1. Macaense com o dó (traje tradicional). Princípios do século XX (Amaro 1992: 19).
- Página 103 – Figura 2. D. Anna Tereza Vieira Ribeiro de Senna Fernandes, 1.ª Condessa de Senna Fernandes (Amaro 1992: 61).
- Página 104 – Figura 3. Grupe macaenses. Fins do século XIX (Amaro 1988: 55).
- Página 105 – Figura 4. Abílio Basto com a sua esposa, D. Genoveva (Amaro 1992: 105).
- Página 106 – Figura 5. Jovem macaense. Meados do século XX (Amaro 1992: 135).
- Página 107 – Figura 6. *Minchi*, prato típico macaense (Jorge 2004: capa).
- Página 108 – Figura 7. *Bagi*, sobremesa típica macaense (Jorge 2004: 113).
- Página 109 – Figura 8. Exemplo de *lai-si* (colecção pessoal).
- Página 109 – Figura 9. Exemplo de *lai-si* (colecção pessoal).
- Página 110 – Figura 10. Estátua de Jorge Álvares em Macau (Castanheira 2000: 117).
- Página 111 – Figura 11. Cerimónia do arriar da bandeira em frente ao Palácio do Governo a 19 de Dezembro de 1999 (Castanheira 2000: 323).
- Página 112 – Figura 12. Jovens chineses a dançar folclore português em frente ao Templo de A-Má. Note-se a calçada à portuguesa (Gabinete de Comunicação Social 2008: 318).
- Página 113 – Figura 13. Vista panorâmica de parte da península de Macau nos anos 50 (*Macau Antigo*: http://macauantigo.blogspot.com/2010/08/memorias-de-zaida-m-estrela.html).
- Página 114 – Figura 14. Vista aérea de parte da península de Macau nos anos 90 (Castanheira 2000: 261).

Introdução

Nasci em Macau, sendo eu a décima geração macaense da minha família, oriunda de Portugal e com uma presença continuada no Oriente desde o século XVII.[1] Vivi lá até 2005, ano em que me mudei para Portugal para frequentar a Universidade de Lisboa.

Após terminar a Licenciatura em Ciências da Cultura, especialização em Comunicação e Cultura, candidatei-me ao Mestrado na mesma área e, para a dissertação, quis abordar um tema que me fosse próximo. Por isso, propus-me escrever sobre os macaenses, para divulgar a comunidade a que pertenço e que tenho procurado estudar ao longo dos últimos anos, com vista a dar o meu contributo para que seja mais conhecida em Portugal. Se as circunstâncias o permitirem, irei mais longe, procurando aprofundar este estudo muito para além da apresentação e defesa desta dissertação.

Macaense não tem sido, de acordo com a tradição, um termo que se deva aplicar a todos os habitantes de Macau, pois cerca de 95% da população é chinesa, num território onde também reside gente oriunda de muitas partes do mundo, com pequenas comunidades bem distintas e activas de portugueses e outros europeus, filipinos, tailandeses e outros orientais, e, mais recentemente, até americanos, atraídos pelas oportunidades que a todos Macau continua a oferecer. Os macaenses são, em regra, fruto de sucessivas gerações de cruzamentos entre portugueses e orientais (mulheres malaias, indianas, japonesas e chinesas, entre outras), havendo também os "macaenses por adopção", chineses que se converteram ao catolicismo, adoptaram nomes portugueses, frequentaram as escolas de língua portuguesa e, por consequência, assimilaram a cultura e a língua dos macaenses, que os consideram como parte da comunidade (Batalha 1974: 9).

De acordo com outro autor,

> Macaenses são os descendentes dos portugueses, nascidos em Macau. Frequentaram as escolas locais, onde o português foi a língua veicular da aprendizagem.
> Devido ao isolamento a que foram votados e à sua radicação em terra longínqua, afastada da Mãe Pátria, foram-se casando, pelos séculos fora, uns poucos com portuguesas, mas a grande maioria com as nativas regionais, misturando-se assim o sangue português com o sangue das chinesas, malaias, filipinas, etc. A percentagem do sangue português, que corre pelas veias dos

[1] Capítulo dedicado à família Rangel em *Famílias Macaenses*, volume III, de Jorge Forjaz (Forjaz 1996b: 9-22).

descendentes desta grande maioria, é irrelevante, visto serem portugueses por descendência. Somente que nasceram em Macau e viveram no âmbito dos costumes locais, que séculos moldaram (Silva 2001: 31-32).

A miscigenação começou quando os portugueses rumaram à Ásia e contactaram com os povos locais. Foram encorajados, em Goa e em Malaca, através de atractivos dotes nupciais e a oferta de terras, a casar com mulheres locais, uma política de Afonso de Albuquerque que tinha como objectivo o rápido povoamento e a vinculação à terra, criando novas gerações nascidas nas possessões portuguesas em número bastante para assegurarem a sua defesa (Amaro 1988: 13-14).

Após a fundação de Macau,

> (…) os portugueses que demandaram Macau encontraram companheiras e lograram criar um tipo novo de euro-asiático, diferente do mestiço luso-chinês que, alguns autores têm, indistinta e erradamente, visto, ao longo dos séculos, no macaense ou *filho da terra*.
> Em Macau vivem, actualmente, três grupos bem demarcados, grupos que se isolaram no decorrer do tempo e se mantiveram apenas ligeiramente interpenetrados até às primeiras décadas do século XX. Esses grupos (portugueses europeus, macaenses ou portugueses de Macau e chineses) apresentam características antropobiológicas e culturais muito específicas que lhes conferem vincada individualidade. Destes três grupos o que merece o maior interesse é, sem dúvida, o dos *macaenses*, grupo novo, fruto de um poli-hibridismo muito rico (Amaro 1988: 4).

Como refere e bem a autora, os macaenses não são simplesmente "luso-chineses",[2] porque o seu sangue resulta também de outros cruzamentos.

Os macaenses usam a expressão "filhos da terra" para se referirem a si próprios, expressão essa derivada do cantonense (dialecto chinês de Cantão, Hong Kong e Macau) *t'ou sáng p'ou yân* (土生葡人), que significa "filhos da terra de ascendência portuguesa", para não serem confundidos com chineses[3] nem com os

[2] "Parece coisa tão óbvia – macaense é o natural de Macau. Contudo tenho encontrado muito boa gente, quer na Metrópole quer aqui, que não sabe o que isso é. Ou porque, lá, nunca ouviu o termo *macaense*, ou porque não compreende bem, nem cá nem lá, o que ele significa, considerando *macaense* (igual a *chinês*) tudo quanto nasce ou vive em Macau" (Batalha 1974: 8).

[3] "(…) o *filho de Macau* e o chinês se consideram mutuamente estrangeiros" (Batalha 1974: 9).

chamados "portugueses de Portugal", uma vez que os macaenses são e sempre foram portugueses.[4]

Hoje em dia, conceitos como etnicidade[5] e identidade no sentido colectivo[6] podem ser contestados no mundo académico, como, aliás, quase tudo o mais. Mas se de facto – como defendem alguns – não devemos usar "identidade" para nos referirmos a um grupo, a verdade é que existe um sentido de pertença que une os macaenses e elementos caracterizadores de uma identidade e uma postura que traduz uma unidade como grupo. A nossa história, as nossas tradições, o nosso dialecto e a nossa culinária, tudo isto nos une numa comunidade, ou seja, num grupo com os mesmos valores e objectivos, um património cultural partilhado e afinidades, numa ligação considerada mais profunda e com mais força do que uma associação racional ou contratual de indivíduos, como é o caso do mercado ou do Estado.[7]

Como comunidade, ainda que aberta ao mundo e às suas transformações e capaz de se adaptar a novas circunstâncias, temos o propósito de preservar e divulgar os nossos costumes e tradições e proteger os nossos legítimos interesses. Criámos associações, tanto em Macau como nos países que acolheram os macaenses da diáspora,[8] que funcionam como centros de convívio e de afirmação e valorização da

---

[4] "(…) os Macaenses são e sempre assumiram com orgulho a sua condição de Portugueses, além de legalmente o serem. É este, aliás, um traço fundamental da sua personalidade e da sua identidade" (Rangel 2004: 267).

[5] "Indexing a range of non-biological communal identifications, including nationality, religion, history, language, and culture, it is simultaneously treated as separate from race, and as overlapping with it. The conventional social science distinction maintains that race is a biologically derived, often imposed, identification that assumes individuals and groups possess fixed traits and characteristics. Ethnicity, however, is about cultural distinctiveness" (Bennett *et al.* 2005: 112).

[6] "Identity is to do with the (…) sameness of a person or of a social group at all times and in all circumstances; about a person or a group being, and being able to continue to be, itself and not someone or something else. (…) The logic of identity has worked in favor of integrity and coherence with reference to what came to be figured as the collective self. (…) the group has sought to maintain its culture – its heritage, memories, values, character, particularity, and uniqueness – through time (…)" (Bennett *et al.* 2005: 172-173).

[7] "'Community' is more generally used as (…) implying a connection – such as kinship, cultural heritage, shared values and goals – felt to be more 'organic' or 'natural,' and therefore stronger and deeper, than a rational or contractual association of individuals, such as the market or the state" (Bennett *et al.* 2005: 51).

[8] Devido a várias circunstâncias, explicitadas no capítulo II, os macaenses emigraram, em finais do século XIX e durante o século XX para países como Portugal, Brasil, Estados Unidos da América, Canadá e Austrália, mas mantendo as suas ligações a Macau.

comunidade, através das quais também divulgamos Macau e os macaenses, o resultado vivo do encontro dos portugueses com povos do Extremo Oriente.

Macau, constituído pela península de Macau e as ilhas da Taipa e de Coloane, num total de quase 30 quilómetros quadrados, já com as novas áreas resgatadas ao mar nas últimas décadas, é um território com mais de 400 anos de presença portuguesa que foi devolvido à China em 1999, ano em que se estabeleceu a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, ou seja, um território chinês mas com uma autonomia garantida pela Lei Básica da região, aprovada pela Assembleia Popular Nacional da R.P.C., em consonância com a Declaração Conjunta sobre a Questão de Macau, firmada em Abril de 1987 por Portugal e pela R.P.C. Esta Lei Básica assegurou a continuidade da "maneira de viver" da população de Macau e garantiu aos residentes de ascendência portuguesa a necessária protecção, ao mesmo tempo que manteve a língua portuguesa como língua oficial, ao lado da chinesa. O legado histórico, cultural e arquitectónico, resultante de um prolongado encontro de culturas, que deu a Macau uma singularidade própria, foi respeitado pelas novas autoridades, a ponto de, com o apoio declarado da R.P.C., o centro histórico de Macau ter sido classificado pela UNESCO, em 2005, como património da humanidade.

O objectivo desta dissertação é explicar quem são os macaenses, como surgiu esta comunidade e de que forma o seu lugar está assegurado nos quarenta anos que restam a Macau como Região Administrativa Especial da R.P.C., com todas as dúvidas e legítimas interrogações que se podem colocar quanto ao seu futuro, antes e depois de 2049. Torna-se, por consequência, importante divulgar a comunidade, o seu percurso e a sua herança cultural. Faço-o, numa perspectiva académica, aproveitando a oportunidade que me foi oferecida pela Faculdade de fazer este estudo no âmbito do meu Mestrado.

Este estudo encontra-se dividido em três partes: no primeiro capítulo, apresento um breve enquadramento histórico, abordando a presença portuguesa na Ásia, a razão dos casamentos luso-indianos e luso-malaios e como estes resultaram nos antepassados dos macaenses, a fundação e a afirmação de Macau, terra que iria acolher os descendentes de portugueses após vicissitudes nos locais onde residiam, como Malaca e o Japão, e, por fim, a origem da comunidade macaense, o seu consequente isolamento devido à distância em que se encontrava de Portugal, destacando os matrimónios que foram reforçando a presença portuguesa.

O segundo capítulo é dedicado aos elementos que podem caracterizar os macaenses como grupo: a culinária, o seu dialecto (o patuá, um crioulo do português), as festividades que comemoram, algumas figuras de referência na comunidade, as instituições macaenses e a diáspora, que engloba as associações macaenses no estrangeiro e justifica a realização, com regularidade, dos Encontros das Comunidades Macaenses.

O terceiro e último capítulo abarca a entrega de Macau, na sequência de negociações entre Portugal e a República Popular da China, os desafios da transição, o novo estatuto de Macau como região administrativa especial da China, a importância da Lei Básica e o legado que os portugueses deixaram em Macau.

Tive acesso a fontes diversificadas e recorri a vários autores neste estudo para conferir maior rigor à reflexão. Visitando a minha terra todos os anos, tenho podido observar o desenvolvimento de Macau e a participação da comunidade macaense, que vou acompanhando, igualmente, através dos jornais locais e nos contactos com antigos colegas e outras pessoas ali residentes. Tenho podido, por outro lado, participar em encontros, seminários e sessões de apresentação de novas edições relacionadas com Macau, em organismos existentes em Lisboa, como a Casa de Macau em Portugal, o Centro Científico e Cultural de Macau, a Delegação Económica e Comercial de Macau e a Delegação do Instituto Internacional de Macau.

Fiz igualmente uma selecção de documentos visuais, que incluí como um complemento para ilustrar alguns aspectos deste estudo, ainda que não tenham sido objecto de análise.

Capítulo I

A Origem da Comunidade Macaense: Um Enquadramento Histórico

1. Os Portugueses no Extremo Oriente: Breves Notas

Os Descobrimentos portugueses foram um grande acontecimento, não só na História de Portugal, mas também na História Universal, inspirando outros povos europeus a ir em busca de novos mundos e culturas: "Para a Humanidade, as descobertas marítimas significaram uma revolução geográfica. As viagens transoceânicas iniciaram a globalização, dando lugar ao encontro entre o Ocidente e o Oriente, entre o Velho Continente e o Novo Mundo. Com a aquisição dos conceitos geográficos da Antiguidade e os novos conhecimentos geográficos, a Humanidade redescobriu o Mundo à sua volta de forma a conhecer-se melhor a si mesma" (Jin e Wu 2007: 16).

O Infante D. Henrique, o impulsionador dos Descobrimentos, morreu em 1460, ano em que os navios portugueses se encontravam ainda na primeira metade da costa ocidental de África. Mas o sonho do Infante não foi abandonado, como se sabe, pois em 1488 Bartolomeu Dias dobrou o Cabo da Boa Esperança, até então das Tormentas, e, dez anos depois, Vasco da Gama chegou à Índia, completando uma das maiores etapas da história dos Descobrimentos (Coates 1991: 15).

Na época, o comércio encontrava-se nas mãos dos árabes, e os portugueses logo se aperceberam da necessidade de construir fortificações "espalhadas pela Ásia, criteriosamente localizadas em entrepostos comerciais de confluência, não muito distantes umas das outras e multifuncionais, funcionando como mercados, armazéns, aquartelamentos e estaleiros" (Coates 1991: 16). O facto de estarem situadas em pontos estratégicos permitiria aos portugueses defenderem-se com sucesso e controlar o comércio. O primeiro forte foi construído em 1503 em Cochim, Índia, seguindo-se, em 1505, na costa oriental de África, o início da construção de fortificações em Mombaça, Zanzibar e Moçambique e, em 1509, a conquista de Ormuz, no estuário do golfo pérsico (Coates 1991: 16-17).

Em 1510, os portugueses fizeram de Goa a "(…) capital do império mercantil lusitano, sede do 'vice-rei' (que a administrava) e o centro mais representativo da cultura europeia jamais criado na Ásia", onde foram construídos fortes, igrejas, colégios e seminários (Coates 1991: 17-18). O primeiro vice-rei foi D. Francisco de Almeida, que depois foi substituído por Afonso de Albuquerque, "(…) porventura a mais notável e marcante personalidade da história portuguesa na Ásia (…)" (Coates

1991: 18), cuja visão para o reforço da presença portuguesa foi inovadora e muito importante, como iremos ver mais adiante.

Restava ainda um ponto estratégico de primordial importância para conquistar aos muçulmanos: Malaca,[9] "(…) que constituía uma passagem obrigatória entre o Pacífico e o Índico (…)" (Jin e Wu 2007: 28). Era também através do estreito de Malaca que se efectuava a principal rota comercial entre as ilhas das Especiarias e Bagdade, sendo, por isso, um local cobiçado pelos portugueses. Afonso de Albuquerque toma a cidade em 1511, após uma grande batalha, e, desta forma, os portugueses conseguem controlar o comércio naquela zona. Malaca ficou sob o comando de um capitão-mor dependente de Goa e, mais uma vez, "(…) os Portugueses constroem fortes, igrejas e estruturas portuárias (…), criando nesse belo local mais uma cidade cristã (…)" (Coates 1991: 19).

Malaca foi também o local onde os portugueses se encontraram com os chineses, então conhecidos por "chins", pela primeira vez: "(…) além de verem confirmada a existência dessa raça, concluíram que a mais conhecida de todas as lendas de viagens não era afinal tão fantasiosa como se cria, podendo eles próprios alcançar talvez o mítico Catai de Marco Pólo pela mão dos Chins" (Coates 1991: 19). Os chineses viajavam até Malaca para trocas de produtos: "As mercadorias que os Chineses traziam a Malaca eram principalmente almíscar, sedas, cânfora, ruibarbo, que trocavam por pimenta e cravo. Os comerciantes chineses costumavam ir a Malaca com a monção, entre Março e Abril, e voltavam à China entre Maio e Julho. Os Portugueses tentaram recolher o maior número de informações dos Chineses sobre o Império do Meio, com a intenção de penetrarem na rede comercial entre a China e o Sudeste Asiático" (Jin e Wu 2007: 27-28). Afonso de Albuquerque decidiu, então, enviar expedições ao Sião[10] e à terra dos chins, "(…) que assim adquiriu o nome europeu por que é conhecido: China" (Coates 1991: 20).

Malaca foi, portanto, a cidade de onde os portugueses saíram em busca de outras terras do Extremo Oriente, aproximando-se da China e chegando, depois, ao Japão.

---

[9] Actualmente, um dos estados da Malásia.
[10] No século XX, o nome mudou para Tailândia.

2. Os Casamentos com Mulheres Orientais

Por ordem do Reino de Portugal, era proibido aos portugueses levar mulheres portuguesas nos seus barcos: "(…) o Reino proibia o embarque de mulheres para o Oriente a não ser em casos muito especiais" (Amaro 1988: 7). Esta medida levou a que os portugueses se fizessem acompanhar por mulheres asiáticas dos lugares por onde iam passando.

Por outro lado, não era permitido que os portugueses se envolvessem com chinesas porque "Para os chineses, todos os estrangeiros eram considerados bárbaros e as relações entre uns e outros não poderiam, pois, ultrapassar, senão em casos esporádicos, o nível comercial" (Amaro 1988: 4). Contudo, a proibição não impedia que isso acontecesse: "(…) as mulheres chinesas, principalmente aquelas que os pais vendiam ou que acompanhavam os piratas chineses com os quais muitos portugueses andavam misturados, teriam sido suas mancebas ou, mesmo esporadicamente, mulheres legais. O mesmo se pode dizer em relação às mulheres japonesas" (Amaro 1988: 6). O casamento entre portugueses e chinesas era muito raro "(…) dado o isolamento cultural daquele povo. Aliás, as ligações dos bárbaros do Ocidente com as mulheres do Império do Meio, compradas e feitas escravas, foram uma das antigas causas de diferendos entre portugueses e chineses" (Amaro 1988: 8).

O comércio de escravos dava muito lucro e não faltavam crianças chinesas postas à venda por pais na miséria. Estas eram compradas e exportadas para outros países sob o pretexto da necessidade de cristianizá-las, embora esse não fosse sempre o objectivo: "Se, nalguns casos, tal intenção fosse sincera, noutros limitar-se-ia a abafar os próprios escrúpulos e a dar uma resposta satisfatória às autoridades eclesiásticas" (Amaro 1988: 11).

Após várias tentativas de abolição do tráfico de crianças e escravos por parte dos mandarins,[11] dos eclesiásticos e até dos reis D. Manuel e D. Sebastião (Amaro 1988: 9-11), em 1758, o Marquês de Pombal ordenou a libertação de todos os escravos. Ana Maria Amaro lembra que, "Das ligações mais ou menos ilegais dos portugueses com as escravas levadas dos mais diferentes pontos da Ásia, teriam nascido filhos (…) que, em muitos casos, seriam aceites e baptizados pelos pais e, no

[11] Altos funcionários chineses ao serviço do Imperador.

caso de serem raparigas, provavelmente dotadas para futuros casamentos com os seus companheiros ou filhos deles" (Amaro 1988: 12).

Embora tenham nascido muitos filhos mestiços de escravas, ao mesmo tempo já existiam mestiços resultantes de casamentos legais entre portugueses e mulheres asiáticas. De facto, em Cochim, ainda antes da conquista de Goa, os portugueses já se casavam com mulheres locais. Os casamentos luso-indianos foram muito incentivados por Afonso de Albuquerque, pois cedo se apercebeu de que a melhor maneira de colonizar as novas terras era através do seu rápido povoamento com portugueses, algo só possível se eles se casassem com as mulheres dessas terras, criando novas gerações de portugueses com um vínculo a essas terras: "(…) tal acção correspondia, principalmente, a uma política natalista com o fim de conseguir rapidamente soldados portugueses naturais da terra em número bastante para poderem defendê-la" (Amaro 1988: 14).

Afonso de Albuquerque concedeu terras e casas aos seus soldados que se casaram com indianas, estando estas concessões "(…) isentas de todas as contribuições excepto do dízimo devido à Igreja" (Amaro 1988: 14) para promover mais casamentos, assim como foram pagos dotes nupciais e também pensões mensais aos filhos das uniões luso-indianas, no caso de morte do pai. Por estas razões, estes casamentos tornaram-se muito atractivos, chamando mais portugueses para a Índia, que se foram casando não só com as mulheres indianas, mas já também com as luso-indianas: "Não admira, pois, que nas armadas seguissem, sempre, muitos fidalgos e os casamentos com asiáticas ou com euro-asiáticas proliferassem, porque eram prometidas e concedidas terras aos que se casassem na Índia. No século XVII assistiu-se, como consequência desta política, ao costume de enviar para Goa os filhos bastardos da fidalguia portuguesa, surgindo, também, uma chamada *nova nobreza*, em consequência das mercês concedidas aos que se distinguiam na guerra" (Amaro 1988: 15).

Destes casamentos resultou "(…) um grande número de raparigas casadoiras (…) muitas delas formosas" (Amaro 1988: 15) com muitos pretendentes portugueses "(…) devido à sua natural facilidade de comunicação linguística, maior proximidade biológica, possibilidade de dotes e heranças e, também, à beleza que caracteriza muitas delas" (Amaro 1988: 96). Mesmo quando começaram a ser enviadas mulheres portuguesas para Goa, as chamadas "órfãs de El-Rei", para se casarem com os portugueses ali residentes, as mestiças continuaram a ser as noivas mais procuradas

(Amaro 1988: 16). Além das mestiças, as indianas também ainda suscitavam interesse matrimonial pois, em 1695, continuavam a ser concedidas terras aos portugueses que se casassem com as nativas: "Assim, os portugueses de menos posses ou sem títulos, ainda que lhes fosse permitido aspirar a um casamento com uma portuguesa com dote, preferiam casar com as nativas para aproveitarem essas antigas concessões (…)" (Amaro 1988: 18). Deste modo, "(…) nem sempre era fácil casar todas as raparigas idas do Reino" (Amaro 1988: 16).

O que aconteceu em Goa passou-se, igualmente, em Malaca, onde nasceram muitos luso-malaios. Austin Coates diz que Malaca era "(…) o principal 'exportador' de esposas, visto que a política de miscigenação, seguida desde a fundação da cidade, produzira uma considerável população cristã (…)" (Coates 1991: 59), população essa que iria depois emigrar para Macau. Ana Maria Amaro justifica a procura de esposas malaias pela sua maneira de ser: "(…) as mulheres malaias eram as mais afectivas e aquelas que mais se prendiam aos seus companheiros. Daí, o poder pensar-se que tanto malaias como luso-malaias tenham merecido, depois da conquista daquela praça, o favor dos portugueses, que passaram a levá-las nos seus barcos, ao que estas se prestariam de melhor agrado do que outras mulheres asiáticas pela sua dedicação ao homem a quem pertenciam" (Amaro 1988: 96).

Nos primeiros tempos, houve grande mortalidade entre os europeus na Ásia, mas os seus filhos mestiços nasceram mais preparados para se adaptarem àquela região do mundo (Amaro 1988: 39), sendo a mistura genética uma vantagem: "De facto, deve ter havido uma mistura genética muito rica em todos os pontos do Oriente por onde os portugueses passaram. Levaram consigo o fundo genético português ibérico, já por si fortemente hibridado, e com os seus filhos luso-asiáticos levaram genes dos pontos mais díspares do continente asiático. Daí o seu espantoso polimorfismo e a sua extraordinária capacidade adaptiva" (Amaro 1988: 56).

Carlos Estorninho tem isto a dizer sobre as mulheres que se uniram maritalmente aos portugueses, realçando o seu papel na comunidade de luso-asiáticos de onde nasceram os macaenses: "Todos esses anos foram de sucessivos cruzamentos (…) com as ternas, submissas e amorosas mulheres da Índia, Malaca, Sião, Japão, Timor, etc. – suas dedicadas companheiras, corajosas e decididas, dispostas a correr todos os riscos e sacrifícios e a abandonar as suas próprias famílias e terras, a fim de fazerem companhia aos eleitos do seu coração, aos pais dos seus filhos. Elas educavam, melhor, criavam os filhos à sua maneira, falavam uma linguagem à base

dum português arcaico, ou talvez um 'português pidgin'[12] prático, enriquecido com termos locais; vestiam-se e cozinhavam de acordo com os seus hábitos, gostos e paladares, mas com certa influência do pater-famílias" (Estorninho 1992: 17). Quando as famílias luso-asiáticas emigraram para Macau, estas mulheres mantiveram os seus hábitos locais como o vestuário e a cozinha e o seu crioulo de português, factores que, algumas décadas mais tarde, seriam preponderantes no surgimento da comunidade macaense.

3. A Fundação e a Afirmação de Macau

Em 1513, Jorge Álvares partiu de Malaca e foi o primeiro português a chegar à China, erguendo, no porto de Tamau,[13] perto de Sanchoão, um padrão com as armas de Portugal (Colomban 1980: IX), sendo este o início da presença portuguesa na China. Foi criada, em 1999, uma Fundação com o seu nome, sedeada em Lisboa e cujo objectivo é promover "(…) actividades culturais e filantrópicas, numa tentativa louvável de manter vivos os vínculos multisseculares entre a China e Portugal, de que o expoente máximo é Macau" (Jin e Wu 2007: 45).

Seguiram-se mais viagens à China que permitiram estabelecer algumas relações comerciais, que resultaram num entreposto comercial em Tamau, mas era necessário que houvesse relações oficiais para desenvolver o comércio luso-chinês. A este propósito, o então vice-rei da Índia, Lopo Soares de Albergaria, nomeou Tomé Pires como embaixador à China (Jin e Wu 2007: 29). Este país tinha, na época da dinastia Ming, um sistema de pagamento de "tributos" pelos estados vassalos da China. Apenas os países que prestavam vassalagem à China tinham o direito de estabelecer relações diplomáticas e comerciais e, como Portugal não se encontrava, naturalmente, nessa lista, os comerciantes portugueses foram impedidos de ali exercerem a sua actividade: "Ao contrário dos estados vassalos dos Ming, os Portugueses estavam mais interessados no comércio do que no pagamento de tributos ao imperador chinês. Além disso, o sistema que regulava o 'comércio tributário' não permitia qualquer participante cujo nome não estivesse registado. Após consultas às

[12] Português crioulo.
[13] Também muitas vezes referido como Tamão.

autoridades de Cantão,[14] tornou-se claro para o enviado português que, não podendo reclamar o precedente de missões tributárias à China no passado, os Portugueses não podiam simplesmente ser aceites no sistema diplomático e comercial chinês" (Fok 1996: 21-22).

Outro problema foi a conquista de Malaca, que constituía um dos "vassalos" da China, sendo, por isso, considerada uma afronta ao poder chinês (Fok 1996: 15-16). Chegavam aos chineses notícias e rumores sobre "(…) actos violentos e homicidas (…)" (Fok 1996: 13) cometidos pelos portugueses onde quer que fossem, aumentando a já enorme desconfiança em relação a eles, vindos de uma zona do mundo da qual os chineses nunca tinham ouvido falar. O poder militar e o contrabando com japoneses nas águas chinesas foram também razões para os chineses não quererem ter nada a ver com estes novos visitantes:

> Com as repugnantes imagens de devoradores de crianças, raptores, traficantes de escravos, contrabandistas e saqueadores, os Portugueses caíram, assim, na categoria de gente de má índole, indisciplinada e rapace, com tendência a causar problemas e a subverter a ordem estabelecida. Os Portugueses constituíam, pois, não só uma preocupação para as autoridades, mas também uma ameaça para a segurança das populações. Desta forma, precisavam de ser mantidos sob a vigilância constante das autoridades locais. Contudo, o que os distinguia de todos os outros grupos tribais indisciplinados e rapaces que da fronteira ameaçavam o governo era o seu armamento formidável, notado pelos observadores Ming desde o início. Este reconhecimento da sua superioridade bélica reforçou a prudência das autoridades chinesas para com a primeira leva de europeus. Estes eram considerados ainda mais invencíveis em combate do que os ferozes piratas japoneses que atacavam as regiões costeiras Ming (Fok 1996: 22-23).

De facto, a China não estava nada disposta a receber de braços abertos os "bárbaros do Ocidente" e demonstrou-o através das grandes dificuldades que impôs aos portugueses quando estes tentaram estabelecer-se lá: "(…) os Portugueses conseguiram derrotar, um após outro, os principais potentados muçulmanos e destruíram as suas redes comerciais, mas quando tentaram entrar na China na qualidade de conquistadores, sofreram reveses nunca antes enfrentados" (Jin e Wu 2007: 25). Enquanto que em outras partes da Ásia os portugueses conseguiram conquistar territórios, edificar feitorias e fortificações e controlar o comércio, sendo

[14] Guangdong, conforme a actual romanização oficial chinesa, nome de uma grande província meridional da China, cuja capital é Guangzhou.

"(…) sempre capazes de obter pela conquista o que pretendiam, na China viram-se confrontados com um adversário de respeito" (Fok 1996: 60-61).

A embaixada de Tomé Pires foi um fracasso, tendo ele acabado na prisão e os chineses ordenado o cessar de todas as relações devido à recusa por parte dos portugueses de devolver Malaca (Jesus 1990: 28). Naus portuguesas foram sendo brutalmente atacadas e os portugueses feitos prisioneiros ou executados, acabando por se abandonar o projecto de construção de uma fortaleza na China. No entanto, "(…) embora privados de apoio estatal, alguns intrépidos marinheiros portugueses (…)" conseguiram ir até Liampó, "(…) onde os mandarins, largamente subornados, faziam vista grossa ao comércio proibido, que, com o passar do tempo, se estendeu a Chincheu, chegando a restabelecer-se às próprias portas de Cantão" (Jesus 1990: 29). Os portugueses acabariam por descobrir que apenas com grandes subornos eram capazes de permanecer na China e, mesmo assim, tiveram muitos problemas.

Liampó foi um município oficializado como cidade portuguesa e

> (…) atingiu o auge da sua prosperidade depois da descoberta do Japão. O comércio, calculado em mais de três milhões de ouro (cruzados, evidentemente), rendia três ou quatro vezes o capital investido. A comunidade era de mil e duzentos portugueses e mil e oitocentos orientais, que por ali prosperavam sem ser molestados pelos piratas. Ao sul, no entanto, os portugueses eram muitas vezes vitimados e o comércio entre Malaca e Liampó disso se ressentia fortemente (Jesus 1990: 30).

A cidade durou até 1542, ano em que a sua destruição foi ordenada, devido a mais intrigas, comportamento desordeiro dos portugueses e falhas de comunicação entre estes e chineses: "(…) em cinco horas, uma força de sessenta mil homens e mais de trezentas embarcações reduziu Liampó a um monte de ruínas, uma catástrofe que custou as vidas de doze mil cristãos, dos quais oitocentos portugueses, que morreram nas chamas, a bordo de trinta e cinco navios e quarenta e dois juncos[15] – perda avaliada em dois milhões e meio de cruzados de ouro" (Jesus 1990: 34).

Depois de Liampó, os portugueses fixaram-se em Chincheu, perto de Amoy, mais uma vez após subornarem as autoridades locais, mas, dois anos mais tarde, também esta nova base dos portugueses foi destruída: "Esta foi a horrível sorte das primeiras colonizações europeias na China – varridas da face da Terra pelas acções

[15] Embarcações chinesas de grande dimensão.

ilegítimas de alguns (…) e envolvendo a terrível expiação centenas de homens honestos e suas famílias" (Jesus 1990: 34).

Mesmo assim, depois destas vicissitudes, os portugueses não desistiram e passaram a fazer pequenas visitas rápidas a Sanchoão para realizar o comércio proibido, sempre sob o olhar vigilante dos mandarins cuja tolerância continuava a ser comprada. Em 1554, a ilha de Lampacau, ao lado de Sanchoão, foi designada como local para comerciar com os estrangeiros, sendo os portugueses autorizados a estebelecer-se lá quando aceitaram pagar direitos e, em breve, "(…) a comunidade em Lampacao excedia os quinhentos portugueses, desenvolvendo um próspero comércio, sobretudo de pimenta trocada por seda e almíscar. Desde então, viveram em paz e sem as baixas que sofriam os seus navios nos tempos em que, escorraçados de todos os portos, ancoravam ao largo, ficando à mercê dos tufões, aos quais poucos sobreviviam" (Jesus 1990: 37). Lampacau foi, portanto, o antecessor de Macau.

Macau era um local ideal para os portugueses: "Situava-se na margem ocidental do rio das Pérolas e estava ligado por um istmo estreito ao distrito de Hsiang-shan, na província de Kuang-tung.[16] A sua acessibilidade, a navegabilidade dos mares vizinhos, a proximidade de Cantão e a excelente posição estratégico-defensiva contra possíveis ataques provenientes do mar fizeram de Macau um lugar mais propício à prática de actividades mercantis (…)" (Fok 1996: 61).

Macau foi cedido aos portugueses com a condição de pagamento de 500 taéis de prata por ano, um "arrendamento" conhecido por "foro do chão" (Aresta e Oliveira 2009: 55), que representava "(…) para a mentalidade chinesa (que tinha todos os países conhecidos como seus tributários e só considerava como fronteiras da China os limites onde chegava de facto a sua força militar e política), o pagamento dum 'tributo', por parte duma nação amiga. (…) Para a mentalidade europeia e, (…) no caso do dito 'foro do chão' de Macau, tratava-se apenas (…) do título cobrado dum suborno ou dum presente. Os portugueses teriam, assim, o domínio útil de Macau, perpetuamente, e o imperador do Celeste Império o seu domínio de raiz (…)" (Pires 1988: 115).

Uma lenda chinesa sobre a divindade *Tin Hau*, a Rainha do Céu, cujo nome era A-Má, explica a origem do nome "Macau". Em Fukien,[17] na China, preparavam-se os juncos para sair do porto quando apareceu uma rapariga pobre pedindo

[16] Cantão ou Guangdong, na actual romanização oficial chinesa.
[17] Fujian, na actual romanização oficial chinesa.

passagem, que lhe foi negada várias vezes. Notando o seu desespero, um dos capitães permitiu que viajasse no seu junco. Mais tarde, houve uma terrível tempestade e os passageiros do junco entraram em pânico, mas o capitão ouviu uma voz que lhe disse para não ter medo e continuar a viagem. Depois de contornar um promontório, o junco encontrou abrigo e ancorou perto de onde, mais tarde, viria a ser Macau. Os passageiros repararam que a rapariga tinha desaparecido e foram procurá-la em terra, encontrando a deusa A-Má, que depois ascendeu ao céu. O nome desta deusa é invocado para protecção durante as tempestades e ainda hoje se pode visitar o templo erguido em sua honra, no local que veio a chamar-se Amagao,[18] e depois Macau (Jesus 1990: 46). Esta lenda continua a ser amplamente evocada, mesmo em publicações oficiais, para explicar a origem do nome Macau, o mesmo acontecendo com expositores alusivos aos primórdios de Macau no Museu Marítimo desta cidade.

É curioso que "(…) os nomes chineses vernáculos correspondentes a Macau não têm absolutamente nada a ver com a Deusa A-má.[19] (…) Esta disparidade talvez se deva a uma das principais características de uma terra de confluência de culturas – Macau, cosmopolita e universalista, entre dois mundos" (Jin e Wu 2007: 165-166).

Instalados os portugueses naquela nesga de terra, o número de habitantes foi rapidamente crescendo. Macau, que em 1577 já "(…) tinha uma população de 2000 habitantes de diversas origens" (Silva 2001: 71), foi dividida em duas partes, a cidade cristã e a cidade chinesa. A cidade cristã estava protegida por muros devido às ameaças de invasões e ataques de piratas e era um "(…) espaço onde era possível observar uma atmosfera de vida ocidental (…)", tendo "(…) recantos que em tudo faziam lembrar qualquer cidade portuguesa (…)" (Aresta e Oliveira 2009: 41), como as muitas igrejas que sobreviveram até hoje. Um exemplo é a Igreja de São Paulo, "(…) a mais importante igreja de Macau e do Extremo Oriente (…)" (Aresta e Oliveira 2009: 42), construída em 1602, da qual só resta a fachada após um terrível incêndio em 1835. As ruínas de São Paulo são agora um dos *ex-libris* de Macau, contendo, nessa fachada

> (…) elementos escultóricos ocidentais e orientais, criando uma ambiência de entrosamento de culturas. Na metade inferior da fachada, a glorificação da

[18] Significa "Porto da Deusa A-Má" (Jin e Wu 2007: 177).

[19] Macau é *Ou Mun* em cantonense, dialecto local, e *Ao Men* em mandarim, escrevendo-se da mesma forma: 澳門. Os caracteres significam "Porta da Baía", identificando a área do Porto Interior onde se situa o templo da deusa A-Má.

> Companhia de Jesus, representada na Igreja militante, com os jesuítas S. Luís Gonzaga e S. Francisco Bórgia, e no centro S. Francisco Xavier, o *Apóstolo do Oriente*, e Santo Inácio de Loiola, fundador da Companhia. Na metade superior – Igreja triunfante – encontra-se a pomba do Espírito Santo, no frontão triangular o Deus Menino, Cristo redentor, salvador do mundo, e a Virgem Mãe de Deus rodeada de anjos em apoteose. Pelo meio aparecem crisântemos (a flor símbolo da corte do Japão), inscrições em chinês (com caracteres imperfeitos, o que leva a concluir que terão sido cinzelados por japoneses[20]) e o dragão, o animal mítico por excelência do Oriente (Aresta e Oliveira 2009: 29).

De facto, Macau era um ponto estratégico não só pelas rotas comerciais e a possibilidade de comerciar com a China, mas também porque era dali que partiam os missionários para a China, Japão e outros países, preparados para a sua entrada no Oriente no Colégio de São Paulo, adjacente à igreja com o mesmo nome, estando ao serviço do Padroado Português do Oriente[21] (Aresta e Oliveira 2009: 27). Sobre a acção destes missionários na China, Benjamim Videira Pires diz que

> Entre 1650 e 1667, baptizaram os Jesuítas na China cerca de 105.000 pessoas, os Dominicanos 3.400 nas onze residências ou conventos que tinham e os Franciscanos 3.500 nos seus conventos (…).
> Em 1664, os Jesuítas do Padroado tinham publicado em chinês 150 livros sobre ciências e quase outros tantos sobre o Catolicisno [*sic*]. Em 1711, só os missionários de Portugal contavam 42 obras publicadas, algumas das quais em vários volumes, em chinês, e mais de 35 noutras línguas afins. (…)
> De 1590 a 1763, os Jesuítas recrutaram na China 59 padres e irmãos leigos nativos. (…)
> Os Jesuítas portugueses que trabalharam no Celeste Império (a maioria dos quais aí faleceu), desde 1552 – data da morte de S. Francisco Xavier na ilha de Sanchoão – até 1762, ano da expulsão de Pombal em Macau, foram 173; de 1862-1910, trabalharam 33, sobretudo na formação do clero macaense e no ensino dos externos; e, de 1913 até à actualidade, 18. Um total exactamente de 223 Jesuítas, sem contar os muitos que morreram na viagem e os estrangeiros, também pertencentes ao Padroado Português (Pires 1988: 45-46).

---

[20] A fachada foi trabalhada por artífices europeus, chineses e japoneses (Aresta e Oliveira 2009: 29).

[21] "As missões religiosas do Oriente regiam-se segundo a estrutura administrativa imposta por Roma, os padroados. Em sentido lato, e de acordo com as directivas papais, os missionários católicos em missão em zonas da esfera de influência portuguesa ficavam sujeitos (independentemente da sua nacionalidade) à aprovação prévia e à autoridade do rei de Portugal, sob cujos auspícios viajavam para o Oriente. A China, o Japão e a Ásia continental pertenciam ao padroado português, apesar de as Filipinas acabarem por ser incluídas no padroado espanhol" (Coates 1991: 62).

Em 1635, foi assinada a Convenção de Goa, que permitiu aos navios ingleses entrar nos portos e entrepostos portugueses no Oriente e aí comerciar livremente (Coates 1991: 91) e, em 1637, foi feita a primeira expedição inglesa à China, mas que não tinha autorização para entrar. Os chineses aplicaram multas a Macau por não terem impedido os ingleses de aportar ao seu território e, quando elas não foram pagas, os portugueses foram impedidos de participar nas feiras de Cantão, "(…) fechando-lhes o porto e inviabilizando desse modo as duas principais rotas comerciais portuguesas: a da China e a do Japão. As únicas rotas de que os Macaenses ainda dispunham eram as de Manila e Malaca, uma vez falhada a tentativa de reatar o trato com o Japão (os mediadores portugueses enviados a Nagasáqui foram decapitados)" (Coates 1991: 98).

Mas, com a Restauração da Independência de Portugal em 1640, o comércio com Manila terminou, sendo agora os espanhóis inimigos dos portugueses mais uma vez. Um ano depois, Malaca foi tomada pelos holandeses. Macau estava condenada a desaparecer como resultado do seu isolamento involuntário, mas "(…) lutou com bravura e empenho para preservar a sua identidade portuguesa, entre as ruínas do que outrora haviam sido as magníficas façanhas de um povo. Das fabulosas terras e mares que Portugal dera a conhecer ao empreendedor espírito europeu, já praticamente nada lhe restava na Ásia. Os mares, agora infestados de piratas e inimigos, tornaram-se demasiadamente perigosos para os navios e armas portugueses; das terras que dominaram, nada mais lhes restava além de um punhado de ancoradouros mal defendidos na Índia e em Ceilão,[22] dois pequenos entrepostos nas Índias[23] (uma língua de terra na ilha de Timor e o ilhéu de Solor) e Macau" (Coates 1991: 99).

Macau sofreu bastante nos anos após o fim do comércio com o Japão, vendo os seus recursos económicos desaparecer a passo acelerado, ameaçando tornar irrelevante a própria vocação da cidade como entreposto (Coates 1991: 103). A situação melhorou um pouco com o início do comércio regular entre ingleses e chineses a partir de 1700. Outros europeus, como franceses, dinamarqueses, holandeses, suecos e espanhóis, estavam também a conseguir comerciar cada vez mais com a China mas, no fim de cada época comercial, eram obrigados a deixar Cantão, segundo as leis chinesas. Os estrangeiros foram pedindo autorização de residência em Macau, para passarem ali o Verão enquanto esperavam pela nova época

[22] Actualmente, Sri Lanka.
[23] Índias Orientais ou Insulíndia.

comercial, fazendo, deste modo, aumentar a população. A princípio, estes estrangeiros foram sujeitos a várias restrições, dado que a maioria deles era protestante, mas assim que estas foram levantadas Macau passou por "(…) um período de rápida recuperação económica, tornando-se o entreposto de toda a Europa, na China, assumindo lugar de charneira no estabelecimento de relações estrangeiras com o Império do Meio. Esse estatuto foi mantido por mais de oitenta anos, até 1841, altura em que, com a fundação de Hong-Kong e a abertura de Xangai e outros portos aos estrangeiros, outra era se iniciou" (Coates 1991: 104-105).

O tráfico de ópio começou a ser feito pelos ingleses nesta época, aproveitando o facto de as alfândegas chinesas estarem mais preocupadas com o comércio com Cantão. Mas, em 1815, vários traficantes são detidos, tendo início o conflito entre ingleses e chineses (Coates 1991: 111-112). A Guerra do Ópio durou de 1839 a 1842, terminando com a vitória dos ingleses que, em 1841, já tinham colocado a bandeira britânica em Hong Kong e começado o leilão de terrenos na nova colónia: "A partir de então iniciou-se o lento e imperceptível – se bem que inexorável – êxodo de um elemento vital da comunidade de Macau e que a transformara numa das cidades mais importantes do mundo. (…) A concessão de Hong-Kong à coroa britânica era assim formalmente consumada, sendo declarada a abertura aos estrangeiros das cidades de Cantão, Amoy, Fuchau, Ningpó e Xangai, que nelas podiam viver segundo as leis e costumes britânicos e totalmente imunes à jurisdição chinesa" (Coates 1991: 132-133). Hong Kong tornou-se, ao longo do século XX, um dos maiores portos e centros financeiros da Ásia, roubando a Macau o lugar que, ao longo de séculos, tinha ocupado como entreposto privilegiado entre o Ocidente e o Oriente Extremo.

A população de Macau, ali mesmo ao lado, mas quase imune às vertiginosas mudanças políticas na grande China no século XX, embora sentindo, inevitavelmente, os seus efeitos perversos especialmente na área social,[24] assistiu à queda da monarquia chinesa e à implantação da república (1911), a lutas fratricidas e guerras civis (antes e depois da chegada dos japoneses), à invasão e ocupação nipónicas (1937-45),[25] à implantação do regime comunista (1949), à revolução cultural chinesa

[24] As dificuldades foram imensas para Macau, que viveu períodos críticos da sua história secular, mas, mesmo assim, pôde ser porto de abrigo para todos quantos, portugueses e estrangeiros, ali buscaram e encontraram refúgio e paz (Azevedo 2004: 39-49).

[25] Os japoneses já estavam instalados em várias regiões e em zonas costeiras da China desde os inícios da década de 30 do século passado, mas a invasão foi oficialmente

(1966-76) e à espectacular abertura económica daquele imenso país nas últimas três décadas.

4. A Origem da Comunidade Macaense

A fundação de Macau abriu as portas à fixação de portugueses, sendo o seu exemplo seguido por famílias luso-asiáticas: "Os portugueses, quando se estabeleceram definitivamente em Macau a partir de 1555-57, em número de algumas centenas, já traziam consigo as suas mulheres, filhos, familiares, criados e escravos. As suas mulheres não eram reinóis,[26] mas sim produto de mestiçagem, de mais de cem anos de miscigenação afro-portuguesa e cinquenta de luso-asiática" (Estorninho 1992: 17). Os que ainda não eram casados tiveram muitas oportunidades de se casarem com luso-asiáticas com bons dotes: "Sabe-se (…) que, para Macau, iam homens para casar na mira desses bons dotes, quando, em meados do século XVII, viviam, naquela cidade, comerciantes muito ricos" (Amaro 1988: 17).

Assim surgiu a comunidade macaense: "Os *filhos da terra* apareceram (…) diferenciados de portugueses, castelhanos, moços, escravos e cafres. Sessenta e cinco anos depois do estabelecimento de Macau, período suficiente para a gestação de três gerações, entraram em cena esses *filhos da terra*, de entre homens capazes de pegar em armas, para a defesa da sua terra natal (…)" (Silva 2001: 69). Concretizou-se, também aqui, o sonho de Afonso de Albuquerque.

Em Janeiro de 1614, foi decretada a expulsão dos missionários no Japão e proibida a prática da religião católica, numa época em que existiam lá 300.000 cristãos. Começou, então, o êxodo para Macau de comerciantes portugueses, famílias luso-japonesas e famílias japonesas católicas (Teixeira 1982 20-21). Em 1622, os portugueses são proibidos de residir no Japão, sendo obrigados a sair assim que terminassem os negócios (Teixeira 1982: 37). A situação no Japão agrava-se quando a perseguição aos católicos culmina na tortura e queima pública de missionários por

---

desencadeada a 7 de Julho de 1937, chegando as tropas japonesas às portas de Pequim a 28 do mesmo mês e alcançando Tientsin a 29, com uma China impotente para as travar (Azevedo 2004: 33).

[26] Nome dado às pessoas vindas do então Reino de Portugal.

eles continuarem a tentar evangelizar o país. Os japoneses cristãos revoltam-se em retaliação: "(…) deu-se a célebre revolta de Shimabara no Japão (1637-38), em que os cristãos, sob a chefia de Amacusa Xiro, de 18 anos, se levantaram contra a tirania dos seus senhores. Os revoltosos arvoraram bandeiras com símbolos e dísticos cristãos, usavam o grito de guerra 'Santiago' e incendiavam os pagodes budistas e shintoístas; por isso, os japoneses acusaram os portugueses de a ter provocado" (Teixeira 1982: 66).

Em consequência disto e das enormes dívidas que os portugueses contraíram no Japão, em 1639 é proibido o comércio com portugueses, sendo eles expulsos deste país (Teixeira 1982: 72), acabando por vir para Macau: "No século XVII (…) procuraram abrigo em Macau muitos cristãos japoneses e portugueses ali radicados, na sequência das perseguições que se verificaram no Japão contra a religião cristã. Entre estes vieram famílias japonesas proeminentes, com jovens de ambos os sexos. É natural que, nesta altura, se tivessem também verificado casamentos entre portugueses de Macau, ou seus filhos, com japoneses ou luso-nipónicos" (Amaro 1988: 23).

Malaca foi tomada pelos holandeses em 1641, deixando Macau numa situação de receio pelo futuro, uma vez que o ataque de 1622 a Macau estava ainda fresco na memória (Teixeira 1982: 75-76). Muitas famílias luso-malaias emigraram para Macau:[27] "Com a queda de Malaca, em 1641, de novo o sangue malaio terá revigorado o *pool genético* macaense, não só por intermédio de mulheres nativas, como das suas filhas luso-malaias" (Amaro 1988: 25). Estas mulheres de Malaca levaram para Macau os seus hábitos, influenciando até as que tinham vindo de outras zonas da Ásia. Austin Coates descreve, assim, a população feminina de Macau no século XVII:[28]

> Embora a grande maioria das esposas mestiças fossem europeizadas, seguiam os costumes de Malaca: quando em público, ocultavam o rosto sob uma mantilha, que lhes cobria os cabelos e que seguravam com uma mão, de modo a atravessá-la rapidamente sob os olhos sempre que se cruzavam com um cavalheiro.

---

[27] Mas outras permaneceram: "(…) vários membros da comunidade portuguesa sobreviveram, constituindo ainda hoje um grupo à parte. Embora semelhantes na aparência aos vizinhos chineses e malaios, os seus nomes são portugueses e a religião que praticam é a católica" (Coates 1991: 89).

[28] Descrição que não se aplica, obviamente, a mulheres chinesas, pois os casamentos com estas só vieram a acontecer muitos anos depois.

> O *sarong*[29] e a cabaia, as características túnicas femininas originárias da Malaca portuguesa, constituíam a indumentária mais comum na altura; até as esposas japonesas as usavam quando saíam, embora trocassem pelo quimono ao regressarem a casa.
> Os sapatos das senhoras da altura tinham a sola e os saltos em cortiça, expressamente vinda de Portugal. Este pormenor revela bem a abastança de uma comunidade que mandava vir do outro lado do mundo o material para o calçado de suas esposas…
> Quando saíam à rua, as senhoras andavam a pé ou faziam-se transportar em *norimons*, cadeirinhas japonesas semelhantes a bandejas arredondadas, por cujas extremidades em anel passava uma haste ornamentada e em forma de arco, que assentava (com o peso da cadeira e respectiva passageira) nos ombros de dois escravos (Coates 1991: 60-61).

Macau foi um porto de abrigo para todos os refugiados referidos atrás e continuou a sê-lo com o passar dos tempos, vendo a sua população crescer também com a chegada de mais chineses e estrangeiros: "Nos fins do século XVIII, procuraram, também, refúgio em Macau, muitos cristãos da Cochinchina,[30] provavelmente os de famílias mais abastadas que teriam facilidade em abandonar o país, devido à (…) perseguição contra a Igreja. Nessa altura, alguns portugueses casaram em Macau com cochinchinesas, o que pode constatar-se da análise dos arquivos paroquiais de 1785 a 1793. No século XIX, a população chinesa cresceu e muitos estrangeiros estabeleceram-se em Macau, onde se casaram e deixaram filhos (…)" (Amaro 1988: 24).

Um factor importante na origem da comunidade macaense foi o isolamento a que foi sujeita: "Macau esteve praticamente isolado da Metrópole, desde o seu início, em 1557, até à segunda metade do Século XIX. Houve ocasiões em que esse isolamento era tão cerrado que se podia dizer que estava mesmo cortado dela. Desde o seu estabelecimento até ao ano de 1622, por um período de 65 anos, Macau pouca atenção mereceu da Metrópole" (Silva 2001: 71). Longe de Portugal e próximos da China, um país com o qual não se identificavam, os macaenses acabaram por se isolar, tornando-se numa comunidade virada para si própria, preferindo que os seus filhos se fossem casando dentro da comunidade: "(…) os *filhos da terra* casavam entre si, principalmente no que respeitava às classes mais favorecidas, sendo frequente, neste caso, o casamento preferencial com parentes do quarto e, mesmo, do

[29] Peça de vestuário que consiste num longo pedaço de tecido colorido que se ata à volta da cintura para servir de saia, cujo comprimento vai até aos tornozelos.
[30] Sul do Vietname.

terceiro grau.[31] A seguir, em preferência, as *filhas da terra* casavam com europeus ou com estrangeiros, o mesmo sucedendo aos *nhons*,[32] se bem que mais raramente. Casamentos com indianos ou com timorenses ou, mesmo, cochinchineses, quando o comércio de Macau se passou a fazer com aquele território, era contraído, principalmente, por mulheres de condição mais modesta, algumas mestiças directas de chineses ou de pessoas de outras etnias, o mesmo se verificando entre os homens, quer portugueses, quer macaenses, que casavam com filipinas, cochinchinesas e chinesas, sendo estas, geralmente, criação de famílias ricas" (Amaro 1988: 34).[33] Ana Maria Amaro diz que a homogamia era preferida pelas famílias mais antigas e preponderantes, cuja "(…) consciência de grupo se acentuou paralelamente à estratificação social e à ida de mulheres do Reino para Macau (…)" e que isto contribuiu para o isolamento da comunidade macaense, que só se abria "(…) para casamentos com europeus, principalmente militares de patente ou altos funcionários" (Amaro 1988: 40).

Durante muito tempo os macaenses não se misturaram com chineses porque, além de serem culturalmente diferentes, eram um povo fechado aos estrangeiros e que, em Macau, estava, muitas vezes, em situações carenciadas em termos económicos. Por este motivo era considerada pouco aceitável qualquer ligação com um chinês; casar-se com um deles significava baixar de classe social e poder estar condenado à pobreza. De facto, "A acelerada miscigenação entre portugueses e chineses, em Macau, data, principalmente, dos fins do século passado,[34] princípios do presente século,[35] começando a fazer-se, nomeadamente, entre os grupos sociais economicamente mais débeis. Muitas macaenses casavam-se com militares, sendo preferidos os de patentes mais elevadas, ou com funcionários qualificados, mesmo no caso destes terem antepassados chineses ou de outros pontos da Ásia, pois haviam adquirido um estatuto social superior. Este facto vem atestar que o isolamento dos macaenses não deve ter sido, nunca, consequência de preconceitos raciais, mas sim de preconceitos vincadamente sociais" (Amaro 1988: 98-99). Hoje em dia os casamentos

[31] Suscitando a expressão *tudo sã primo-primo* (todos são primos) no dialecto macaense.
[32] Significa rapaz ou homem no dialecto macaense. A forma feminina é *nhonha*.
[33] "Criações" eram as crianças adoptadas (ou até mesmo filhos ilegítimos com escravas) que eram depois baptizadas e educadas na cultura portuguesa, tornando-se, por vezes, herdeiros dos seus pais (Amaro 1988: 24).
[34] Século XIX.
[35] Século XX.

com chineses ocorrem com mais frequência, embora muitos macaenses continuem a preferir contraí-los entre si ou com portugueses e outros ocidentais.

Carlos Estorninho define, da seguinte forma, os macaenses: "(…) os macaenses 'filhos de Macau' ou 'filhos da terra' (como a si próprios se designam) só consideram seus conterrâneos os naturais de Macau em cujas veias corre sangue português, recente ou por mais remoto e diluído que seja com sangue afro-oriental, tenham mantido a nacionalidade portuguesa paterna, sejam baptizados como cristãos e tenham recebido nome português, se exprimam em português ou dialecto macaense, e, ainda, tenham frequentado uma escola portuguesa" (Estorninho 1992: 16). O mesmo autor diz também que são características do macaense "(…) o seu atávico receio de ser absorvido e integrado pela China, o seu sentimento de abandono, de indiferença ou incompreensão por parte de Portugal (…)" (Estorninho 1992: 18).

Neste contexto, merece especial menção a presença de sucessivas guarnições militares portuguesas, em comissão de serviço em Macau. Tanto ou mais do que os funcionários públicos, os militares contribuíram para fortalecer a comunidade macaense, ali deixando prole.[36] Em Junho de 1999, foi publicado em Macau um livro entitulado *Unidades Militares de Macau*, fazendo um levantamento exaustivo das unidades (batalhões, companhias, batarias, grupos e agrupamentos, esquadrões, corpos expedicionários, de polícia e de voluntários, pelotões, secções e serviços) que serviram em Macau, envolvendo muitos milhares de militares. O autor, Armando Cação, Coronel de Engenharia, rende-lhes a sua homenagem "(…) pelo contributo que deram para o desenvolvimento da cidade e para a manutenção da cultura e do sangue português em tão longínquas paragens" (Cação 1999: 9).

Jorge Forjaz, por seu lado, compilou, nos três volumes da sua obra *Famílias Macaenses*, as árvores genealógicas de 440 famílias macaenses, desde o século XVIII até à data de publicação, 1996. Organizadas alfabeticamente, o primeiro volume contém as famílias Aires até Freitas, o segundo Gaan até Prata e o terceiro Ramalho até Yvanovich (Forjaz 1996a: 13-18). Após a tarefa exaustiva e demorada da consulta de arquivos paroquiais e registos de famílias macaenses emigradas em Hong Kong, Cantão, Xangai e Singapura, Forjaz produziu uma obra valiosíssima para os macaenses, que nos oferece informação sobre os nossos antepassados e também sobre

[36] Cumprido o serviço em Macau, ficaram ali militares que casaram com chinesas e macaenses. O Comando Militar de Macau foi criado, formalmente, em Maio de 1922 e extinto a 31 de Dezembro de 1975 (Cação 1999: 60-61).

os nossos familiares há muito emigrados e dos quais ou havíamos perdido o contacto ou nem sequer sabíamos da sua existência. Forjaz diz que "Não haverá uma família portuguesa nessas orientais paragens que não seja descendente de Macaenses, e que, por muito que se tenha afastado da língua materna, não mantenha o vínculo à Pátria não só pelos laços de cidadania, como pela permanência dos apelidos (…) Levam Macau e a Pátria consigo onde quer que se fixem e são a garantia de que Macau (…) sobreviverá depois de 1999" (Forjaz 1996a: 25). Macau e a comunidade macaense sobreviveram mesmo, sabendo ultrapassar circunstâncias extremamente adversas e os "tufões" da história, que vergastaram gravemente todo o Extremo Oriente, entre guerras e violentas mudanças de regimes políticos, e adaptando-se às novas vicissitudes que resultaram da pacífica entrega do exercício da soberania à República Popular da China, em Dezembro de 1999.

Capítulo II

Elementos Caracterizadores da Comunidade Macaense

1. A Culinária Macaense

A culinária macaense é uma cozinha de fusão euro-asiática-africana com muita influência portuguesa e indo-malaia (Jorge 2004: 10), não devendo ser confundida com a chinesa, da qual é mesmo muito diferente, embora dela tenha, naturalmente, recebido importante influência. Pode dizer-se que essa culinária nasceu logo após a fixação dos portugueses em Macau, ainda na segunda metade do século XVI, havendo, no final desse século, já cerca de mil portugueses ali residentes (Lamas 1995: 8). Em *A Culinária dos Macaenses*, João Lamas explica que

> A cozinha caseira macaense, apesar da pequenez do território, resulta assim justamente da diversidade das influências que foi recebendo ao longo dos séculos e através do espaço geográfico por onde os portugueses andaram, "as sete partidas do Mundo"; em primeiro lugar, logicamente, a influência portuguesa; em seguida, naturalmente, a chinesa (da qual não assimiliou contudo o conceito de equilíbrio dietético-espiritual); logo depois, mormente por intermédio de Goa, sede do Padroado do Oriente, a indiana; também a malaia; mas ainda a japonesa, a filipina, a inglesa, sem esquecer a africana e a sul-americana através das parcelas do ultramar português de então nesses continentes, além de outras mais numa lista quase impossível de esgotar. É essa a maior riqueza da cozinha caseira macaense (Lamas 1995: 9).

Os ingredientes usados na culinária macaense são os que se encontram com facilidade naquela zona do mundo: açafrão, santã de coco, legumes chineses, soja, agar-agar, gengibre, malagueta, inhame, tamarindo, molho de soja,[37] molho de balichão, etc. Para os macaenses emigrados, especialmente em Portugal, foi sempre algo complicado encontrar todos os ingredientes necessários para a sua culinária. Ao relembrar a emigração para Portugal de uma senhora macaense sua conhecida, Anabela Ritchie conta, no prefácio do segundo livro de receitas macaenses compiladas por João António Ferreira Lamas,

> Imagino as dificuldades que teve nessa altura em Portugal, quando preparava os pratos da culinária macaense, porque, chegada a Lisboa muitos anos depois, nos anos sessenta do século passado, experimentei o mesmo, já que à venda não havia praticamente nada dos ingredientes característicos e essenciais da nossa cozinha. Era, de facto, necessária muita habilidade para arranjar substitutos e tornear carências, situação hoje algo difícil de visualizar, quando

[37] Chamado de *sutate* pelos macaenses.

> em Lisboa se encontra quase tudo nos supermercados da Mouraria e, a pouco e pouco, noutros (Ritchie *in* Lamas 2009: 7).

As receitas macaenses variam de família para família e são passadas de geração em geração, por vezes sendo até verdadeiros segredos (Amaro 1988: 65). Cecília Jorge afirma que "(…) não existe uma única receita, não existe a receita perfeita, nada se mantém inalterável, e possivelmente, as melhores receitas de cada iguaria repousam hoje nas sepulturas, levadas pelos que, a seu tempo, foram sendo famosos, pela sua arte nas lides da cozinha e da copa" (Jorge 2004: 10).

O acompanhamento dos pratos principais é sempre o arroz e mesmo os poucos pratos que levam batata também são acompanhados de uma grande dose de arroz.

Para Ana Maria Amaro, as especialidades macaenses podem dividir-se em dois aspectos: relacionadas com certas festividades e relacionadas com pratos característicos de diferentes etnias (Amaro 1988: 65). Existem pratos específicos para o Natal, por exemplo, como a empada de peixe, os coscorões, o *aluar* (doce de origem indiana, feito com amêndoas), o *ladu* (feito com farinha de feijão e farinha de arroz glutinoso) e a *sopa de lacassá* (caldo de camarões com massa de farinha de arroz). Um prato específico para o Ano Novo é o *diabo*, um refogado picante que é feito com as sobras de carnes do Natal. Sobre o *diabo*, Cecília Jorge refere que

> Já foi comparado ao 'macaense', fruto de uma grande miscigenação. É prato que já deu momentos de glória aos que o souberam cozinhar suficientemente bem para merecer o aplauso dos convivas. O Diabo, nome que poderá ser sugestão do calor 'infernal' do seu picante, ou das cores vermelho-amareladas a sugerir labaredas, é um cozinhado só possível depois de um grande banquete na véspera ou na antevéspera. Uma espécie de 'roupa velha' de todas as carnes servidas, sejam estufadas, assadas, fritas ou panadas, que se desossam, reduzem a pedaços pequenos e são devolvidas à panela com um estrugido de pickles, mostarda, malaguetas e todos os molhos das carnes guisadas (…) Para os que gostam de muito picante, existe uma variante extrema cujo nome dispensa comentários: o Diabo furioso (Jorge 2004: 94).

Outro prato típico macaense é o *tacho*, também conhecido por *chau-chau pele*. É parecido com o cozido português e essa será certamente a sua maior influência. No entanto, o *tacho* é feito com presunto chinês e chouriço chinês em substituição dos enchidos portugueses.

Alguns pratos têm nomes ingleses ou derivados do inglês, o que demonstra a influência dos hábitos da ex-colónia inglesa de Hong Kong e da comunidade

macaense radicada em Xangai durante os princípios do século XX. Temos *cheese toast* (tostas de queijo e leite condensado), *cake* (uma imitação do *Christmas Cake* inglês, muito popular na época natalícia e também nas festas de casamento, servido em fatias finas embrulhadas em papel de prata e *naperons* rendados) e *minchi*, nome derivado de *minced meat* por ser um prato de carne picada, que "(…) tem tantas variedades como as que os portugueses costumam atribuir ao bacalhau: mil e uma. Pode ser de carne de porco, de vaca, da mistura das duas, de galinha, de peru, de pombo (ou ave mais pequena!), de peixe" (Jorge 2004: 100).

Minchi[38] é, certamente, a especialidade macaense mais conhecida e também a mais apreciada, tanto por macaenses como por estrangeiros. Cecília Jorge chega a chamar a este prato "(…) 'a menina dos olhos' dos macaenses (…)" (Jorge 2004: 100) e diz também que

> O professor Armando da Silva, um *FilhoMac*[39] da Califórnia (como é uso chamar-se por lá), indicou em tempos que o hábito enraizado de servir o Minchi com um ovo estrelado está ligado à religiosidade dos macaenses, já que o ovo, com a gema amarela no centro da clara branca, representa as cores da Santa Sé. O mesmo refere que na origem do Minchi está um prato goês chamado *quema* ou *kheema*, um picadinho de vaca com cebola, temperado com *garam masala* e outras especiarias (Jorge 2004: 102).

Os doces macaenses têm também origens diversas e, em alguns casos, é possível encontrar semelhanças com doces servidos em países asiáticos, como por

---

[38] Receita de Cecília Jorge para *minchi* de porco e de vaca:
Ingredientes: 250 gr de carne de vaca; 250 gr de carne de porco; 2 dentes de alho picados; 2 cebolas grandes picadas; 1 c.s. de sutate escuro [*lou-chao*]; 2 c.s. de sutate claro [*sáng-chao*]; 1 c.c. de fécula de milho; banha de porco (ou óleo); açúcar; pimenta; batata em cubinhos; sal e pimenta.
Modo de preparação: limpar bem as carnes de vaca e de porco de gorduras, picar em separado e temperar cada parte com meia colherinha de chá de açúcar, pimenta, sutate claro e a fécula de milho. Aquecer bem num tacho (ou no *vók*) a banha (ou óleo) com o alho picado sem deixar queimar. Fritar primeiro a carne de porco, juntando a carne de vaca só quando esta estiver meio cozida. Deve-se remexer e comprimir bem as carnes no fundo do tacho para as cozer por igual e obter uma mistura solta. Juntar a cebola picada e tapar o tacho, para cozinhar em lume médio, revolvendo de vez em quando para não pegar ao fundo. Juntar o sutate escuro pouco antes de retirar do lume e deixar absorver bem. Fritar os cubos de batata em óleo bem quente e escorrer. Colocar por cima do Minchi, pouco antes de servir, para não amolecerem (Jorge 2004: 100).

[39] *FilhoMac* é uma expressão usada pelos macaenses emigrados na América do Norte, sendo uma abreviatura de "filho de Macau". Outras comunidades de macaenses emigrados também usam a expressão *Macau-filo* ou *Macau-filho*.

exemplo o *muchi* (bolinhos de massa de arroz glutinoso e feijão branco torrado, de inspiração japonesa) (Amaro 1988: 75) e a *bebinca de leite* (pudim de coco, leite evaporado e fécula de milho): "(…) na Malásia existe um bolo ou pudim chamado *bingka*, com os mesmos ingredientes que a macaísta. Também nas tendinhas de rua de Manila se encontra ainda hoje um bolinho de fécula de arroz, açúcar, ovos e coco, assado de um lado e do outro em lume de carvão e com o nome de *bebingka* ou *bebincam*" (Jorge 2004: 116). No entanto, a maior parte das receitas é tão antiga que se torna difícil saber a origem exacta dos doces macaenses, apesar de muitas terem nomes de origem malaia, como *chacha* (sobremesa líquida de feijão encarnado), *saransurave* (bolo cozido a vapor com coco e feijão encarnado), *onde-onde* (bolinhos cozidos a vapor) e *bagi*. Este último é chamado, por vezes, "arroz doce macaense", mas é diferente da popular sobremesa portuguesa.[40]

Para Cecília Jorge, a boa mesa macaense traduz o sentido hospitaleiro da comunidade: variada, farta, informal e convivial (Jorge 2004: 13). Um exemplo é o *chá gordo*, um lanche ajantarado ideal para festas com muita gente, e uma ocasião onde se pode provar várias especialidades de doces e salgados macaenses. Servido em *buffet*, proporciona o convívio enquanto se come. Normalmente servem-se *chilicotes* (pequenos fritos picantes em forma de meia-lua), *apabicos* (bolinhos de farinha de arroz com recheio de cogumelos e carne picados), *cheese toast*, *lo pak kou* (pudim de nabo, um pouco diferente do original chinês), *minchi*, *chau min* (prato chinês de massa frita), *galinha chau-chau parida* (frango com açafrão), *porco balichão tamarindo* (feito com o molho resultante da mistura da pasta de camarão com pasta de tamarindo) e *porco bafassá* (porco com açafrão). Também são servidos rissóis, croquetes e pastéis de bacalhau. Entre as sobremesas, contam-se os atrás referidos *bagi* e *bebinca de leite*, o *tai choi kou* (gelatina de chocolate), *cornstarch* (bolinhos de fécula de milho, também chamados de *genetes*), *midnight cake* (bolo de chocolate) e

---

[40] Receita de Celestina de Mello e Senna para *bagi*:
Ingredientes: uma libra de arroz pulu; um coco ralado; duas colheres de leite condensado "Águia"; 12 onças de açúcar.
Modo de preparação: lava-se o arroz e deixa-se escorrer toda a água. Escaldam-se ¾ de um coco e espreme-se com duas mãos passando por uma peneira; ao arrefecer mistura-se com o arroz e duas colheres das de sopa de leite "Águia" e coze-se em banho-maria. Quando estiver pronto retira-se do lume e põe-se à parte. Derretem-se com pouca água 12 onças de açúcar e junta-se ¼ de coco ralado. Quando estiver espesso junta-se ao arroz já cozido e dispõe-se num "Pyrex". Para que o rosto do Bagi fique luzidio, convinha retirar uma colher de açúcar derretido para o alisar com uma espátula de metal (Senna 1983: 11-12).

bolo menino (conhecido por "pão-de-ló macaense"). Ana Maria Amaro diz que num *chá gordo*

> (…) esmeravam-se as senhoras macaenses, pois era ocasião de mostrarem os seus dotes artísticos e, também, de boas cozinheiras e doceiras, prendas que não podiam faltar a uma menina casadoira e, depois, a uma boa dona de casa. No *chá gordo* podiam apresentar-se vinte ou trinta especialidades culinárias (doces e salgados) dantes primorosamente enfeitadas com papéis de seda, recortados, alguns muito decorativos, conforme a maior ou menor criatividade de quem os executava (Amaro 1988: 65).

No decurso do tempo, deixou de se dar tanta importância ao factor decorativo, pois o mais importante num *chá gordo* é, de facto, o convívio e a boa comida. Ainda hoje, as associações macaenses com sede no território e os organismos da diáspora costumam comemorar os seus acontecimentos especiais com a realização de *chás gordos*, amplamente participados, sendo essas ocasiões muito importantes para a coesão da comunidade.

Em Janeiro de 2007 foi criada, por escritura pública, a Confraria da Gastronomia Macaense, "(…) visando uma maior promoção da genuína culinária macaense e a sua mais ampla divulgação, como expressão cultural duma comunidade orgulhosa do seu percurso e das suas tradições (…)" (Rangel 2009: 154). Associação de fins não lucrativos, como é referido nos seus estatutos,[41] intervieram directamente na sua constituição a Associação Promotora da Instrução dos Macaenses, que liderou o processo, e vários outros organismos associativos locais, como a Associação dos Macaenses, a Associação dos Aposentados, Reformados e Pensionistas de Macau, o Clube de Macau, o grupo "Dóci Papiaçám di Macau", o Círculo dos Amigos da Cultura e o Instituto Internacional de Macau (Rangel 2009: 154). Não obstante o seu ainda breve funcionamento, este novo organismo tem já desenvolvido uma significativa actividade, estudando, investigando e divulgando o património gastronómico macaense, além de incentivar iniciativas das Casas de Macau neste domínio e promover concursos de culinária macaense. Esta Confraria tem também estreitado relações de convívio e cooperação com organismos congéneres de Portugal e de alguns outros países europeus.

[41] Veja-se: http://www.apim.org.mo/confraria/estatutos.html.

2. O Dialecto Macaense: Patuá

A UNESCO, sobre a língua como património intangível, considera que "as línguas são as principais ferramentas da humanidade para a interacção e expressão de ideias, emoções, conhecimento, memórias e valores. As línguas são também veículos de expressões culturais e de património cultural intangível, essenciais à identidade de indivíduos e de grupos".[42]

Os macaenses têm o seu próprio dialecto, normalmente chamado "patuá", mas também conhecido por *língu nhonha*, *papiâ cristâm di Macau*, *papiaçâm* ou *maquista* (pronunciado [ma'kista]) (Fernandes e Baxter 2001: 16).

O patuá (também referido como *patoá* e *patois*) é um crioulo de base portuguesa e, por isso, a maioria das palavras é de origem portuguesa, embora o patuá tenha uma pronúncia, ortografia, funções gramaticais e significados diferentes do português. O patuá conserva arcaísmos portugueses como *azinha* (depressa), *ade* (pato) e *sombreiro*[43] (guarda-chuva ou guarda-sol) (Amaro 1988: 58), mas devido ao contexto multilingue recebeu muito vocabulário de várias línguas, como o malaio, o cantonense (dialecto da província chinesa de Cantão, também falado em Hong Kong e Macau), o inglês, o japonês, o javanês, o tamil, o sânscrito, e até o holandês e o espanhol, línguas dos outros colonos europeus na Ásia (Fernandes e Baxter 2001: 34).

Devido ao desenvolvimento da escolarização feita em português durante o século XX, o patuá acabou por cair em desuso e, hoje em dia, apenas as pessoas de muita idade é que ainda falam o patuá com fluência. As gerações mais novas habituaram-se a falar português ou, em muitos casos, cantonense ou inglês, dependendo da língua usada na escola. José dos Santos Ferreira, poeta macaense conhecido por Adé, que escrevia de preferência em patuá, explica este fenómeno:

> As famílias macaenses sempre se orgulharam do seu dialecto brincão e nunca tiveram pejo de o falar, quer em casa com os seus, quer em público. O dialecto

[42] Original em inglês: "Languages are humankind's principle tools for interacting and for expressing ideas, emotions, knowledge, memories and values. Languages are also primary vehicles of cultural expressions and intangible cultural heritage, essential to the identity of individuals and groups" (http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00136).

[43] Tanto José dos Santos Ferreira (1996a: 315) como Miguel Senna Fernandes e Alan Baxter (Fernandes e Baxter 2001: 183) referem o termo em patuá como sendo *sombrêlo* e não *sombreiro*.

> tornou-se de tal modo arreigado no seio da comunidade, que, mesmo depois de o português correcto ter aqui ganhado proporções importantes, continuou a ser falado como língua corrente. Só recentemente – já no início deste século[44] – quando o ensino da língua portuguesa se tornou mais acessível às classes populares, é que o uso do "patois" teria começado a afrouxar. Mas nem assim o dialecto deixou de ter presença desejada nos lares e centros sociais macaenses, salvo apenas onde polidos "snobes", novos-ricos, seriamente preocupados com o demonstrar de fina cultura, não admitiam no seu convívio, como faziam alarde de o não entenderem (Ferreira 1996a: 5).

O patuá está presentemente incluído na lista de línguas em risco de desaparecimento da UNESCO e está classificado como em perigo crítico de extinção. No atlas interactivo das línguas em perigo da página da UNESCO é revelado o número de apenas 50 falantes regulares no ano 2000 ("UNESCO Interactive Atlas of the World's Languages in Danger"). Muitos são, todavia, os macaenses que entendem o patuá, ainda que o não utilizem no dia-a-dia como instrumento de comunicação.

Não se argumenta, pois, a favor do regresso do patuá à sua situação anterior. O próprio José dos Santos Ferreira referia que

> Não temos por objectivo tentar recuperar o dialecto, para que volte a ser usado. Deus nos livre de semelhante ideia, tão descabida como impensável. O que temos procurado sempre, e continuamos a querer, é contribuir, de todas as maneiras, para o divulgar e preservar o que ficou desse idioma, qual legado suficientemente precioso para ter cabida no rol dos valores que constituem o nosso património cultural. Macau é riquíssima em tradições. Uma delas é o seu dialecto antigo, a chancela da sua identidade, um dos marcos indeléveis do encontro entre civilizações diferentes, erguido no passado distante (Ferreira 1996a: 5-6).

José dos Santos Ferreira afirma também que todos os macaenses devem saber bem a língua portuguesa, "(…) habilitando-se a exprimir-se correctamente no idioma pátrio" (Ferreira 1996a: 5) e que o dialecto macaense pode estar condenado a desaparecer. O que há a fazer é preservar o dialecto em livros para as gerações futuras tomarem conhecimento de que ele existiu e fez parte da comunidade (Ferreira 1996b: 3).

Com o objectivo de contribuir para a divulgação do patuá, apresento uma descrição sucinta da "Epítome de Gramática Comparada" incluída na obra *Papiaçám di Macau* de José dos Santos Ferreira (Ferreira 1996a: 229-251):

---

[44] Século XX.

- Há uma proliferação de acentos agudo e circunflexo, mesmo em palavras que não são acentuadas em português, não só porque as vogais ou são muito abertas ou muito fechadas, mas também porque os verbos nunca terminam em *r* (*botá, comê, abrí, discompô, casá, gemê*), obrigando assim à acentuação da vogal tónica.
- Quando os substantivos passam para o plural, dobra-se a palavra. *Hóme* (homem) passa a *hóme-hóme* (homens), *filo* (filho) a *filo-filo* (filhos), *casa* (casa) a *casa-casa* (casas). No entanto, se o substantivo no plural for precedido de numeral cardinal, isto já não acontece: *unga hóme* (um homem) – *cinco hóme* (cinco homens); *unga cadéra* (uma cadeira) – *dózi cadéra* (doze cadeiras).
- Os adjectivos nunca variam em número mas, por vezes, variam em género. Na maior parte dos casos conservam a forma do masculino singular: *pám cru* (pão cru) – *batata cru* (batata crua); *hóme ateu* (homem ateu) – *nhónha ateu* (mulher ateia); *pai judeu* (pai judeu) – *mai judeu* (mãe judia).
- Em patuá não existem artigos definidos: O cão e o gato – *Cám co gato*. A mãe leva o filho à escola – *Mai levá filo vai escola*. O ladrão roubou a bicicleta do Toninho – *Ladrám já rubá biciquéta di Toninho*. Em alguns casos, usam-se artigos indefinidos, empregando-se *unga* (um, uma) e *quánto* (uns, umas).
- Os pronomes pessoais são: *iou* (eu), *vôs* (tu), *êle* (ele/ela), *nôs* (nós), *vosôtro* (vós), *ilôtro* (eles/elas). Não se usam as formas do pronome reflexo, que são substituídas pelo termo *onçôm* ou *pa onçôm*: A Ana cortou-se com a faca – *Ana já cortá pa onçôm co faca*. Ele suicidou-se – *Êle já matá pa onçôm*. O filho ganha para si – *Filo tá ganhá pa onçom*. Levante-se do chão, homem – *Onçôm levantá di chám, hóme*. Quanto à formação dos pronomes possessivos, esta é feita através da junção do pronome pessoal com a partícula *sua*:[45] *iou-sua* (meu, minha, meus, minhas), *vôs-sua* (teu, tua, teus, tuas), *êle-sua* (seu, sua, seus, suas), *nôs-*

[45] Uma clara influência da língua chinesa, sendo o processo igual: pronome pessoal + partícula indicadora de posse, seguidos de substantivo. Como por exemplo, a expressão "o meu dinheiro" fica, em cantonense, *ngo ga chin* (我既錢) e, em patuá, *iou-sua sapeca*.

-sua (nosso, nossa, nossos, nossas), *vosôtro-sua* (vosso, vossa, vossos, vossas) e *ilôtro-sua* (seu, sua, seus, suas).

- Os numerais cardinais são os seguintes: *unga*, *dôs*, *trêz*, *quatro*, *cinco*, *sês*, *séti*, *oito*, *nóvi*, *dez*, *ónzi*, *dózi*, *trézi*, *catórzi*, *quinzi*, *dizassês*, *dizassete*, *dizóito*, *dizanóvi*, *vinti*, *vinti-unga*, *vinti-dôs*, etc., *trinta*, *quarénta*, *cinquénta*, *sassénta*, *saténta*, *oiténta*, *novénta*, *um-cento*, etc. Os numerais ordinais são: *priméro*, *sigundo*, *tercéro*, *quarto*, *quinto*, *sésto*, *sétimo*, *oitavo*, *nono*, *décimo*, etc.
- Os pronomes demonstrativos são os que se seguem: este/esta – *estunga*; estes/estas – *estunga quánto*; esse/essa e aquele/aquela – *acunga*; esses/essas e aqueles/aquelas – *acunga quánto*; isto – *estunga ancuza*; isso e aquilo – *acunga ancuza*.

Na mesma obra estão compiladas várias histórias e uma novela, "*Estória di Maria co Alféris Juám*", seguida por uma versão em português feita pelo próprio autor, "História de Maria com Alferes João". Retirei um excerto de cada para se poder ver as diferenças entre o dialecto macaense e a língua portuguesa. Comecemos pelo patuá:

> Cavá casá, Venáncio co Chai já têm Francisco. Cara chapado di mai, tudo gente chomá êle Chico-Chai. Bom filo, quelê capaz, azinha já panhá siviço na cartório di tabaliám letrato, Sium Teodorico d'Eça. Têm tánto nina sentí êle chistoso, já largá anzol pa panhá estunga nairo. Chico-Chai contente virá, lôgo vai co tudo. Sômente nom-quêro assi azinha casá. Êle tudo ora sã falá "Muler-muler sã nunca fáci aturá!" Sã assi qui êle ta solterám.
> Chico-Chai co sês áno, quelora Títi Chai têm Maria Josefina. Chapadeca, bránca, ôlo grándi, Maria cavá crecê já ficá quelê consertado; já ficá unga nina divera bunita. Nunca faltá gente má-língu, bóca fino-fino priguntá quelê-môdo Venáncio assi feorám pôde têm unga fila co assi bom cara. Divera sã vontade di malinguá. Títi Chai assi virtuosa, cuza têm pa falá di êle? (Ferreira 1996a: 70).

E a mesma passagem, agora em português:

> Venâncio e Chai casaram-se e tiveram Francisco. Cara chapada da mãe, toda a gente passou a chamá-lo Chico-Chai. Bom filho, bastante esperto, bem depressa se empregou no cartório do tabelião senhor Teodorico d'Eça. Achando-o simpático, não foram poucas as donzelas que deitaram o seu anzol, com mira de apanhar este peixe. A Chico-Chai não lhe desagrada namoricar;

> por isso, vai com todas. Somente não quer tão depressa casar. "Não tenho jeito para aturar mulheres. Elas são, por vezes, difíceis", é o que ele diz sempre. E é por isso que continua solteirão.
> Tinha Chico-Chai seis anos quando a Tia Chai lhe deu uma irmãzinha – a Maria Josefina. Engraçada e branquinha, de olhos grandes, Maria foi ganhando delicadas feições à medida que ia crescendo; acabou por se fazer uma moça deveras bonita. Não faltaram línguas viperinas a perguntar, entre dentes, como foi que Venâncio, sendo tão feio, pôde ter uma filha com rosto tão lindo. É mesmo vontade de maldizer das pessoas. Para mais, se a Tia Chai é tão virtuosa, que há a dizer dela? (Ferreira 1996a: 121).

Em 1993 foi criado um grupo de teatro macaense chamado Dóci Papiaçám di Macau ("A doce língua de Macau"). As peças, escritas e encenadas por Miguel de Senna Fernandes, advogado e um dos co-fundadores do grupo,[46] são em patuá, com alguns momentos falados em português, cantonense e até inglês, dependendo das personagens da peça e também da capacidade linguística dos actores. A primeira peça chamou-se *Olâ Pisidente* (*Ver o Presidente*), criada especialmente para a visita a Macau do Presidente da República Mário Soares e recebida com sucesso. Em 1994 seguiram-se as peças *Mano Beto Vai Saiong*[47] (*Mano Beto vai a Portugal*) e *Unga Sonho di Natal* (*Um Sonho de Natal*). Em 1995 o grupo fez uma digressão a São Francisco, São Paulo e Lisboa com a peça *Chacha Querê Festa!* (*A Avó Quer Festa*).[48] No ano seguinte, o Dóci Papiaçám di Macau marcou presença no Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica e, em 1997, participou, pela primeira vez, no Festival de Artes de Macau. Desde então tem levado ao palco uma peça por ano, aquando do Festival de Artes de Macau.[49]

Tirando o caso de idosos que ainda usam o dialecto, este é quase o único contexto onde actualmente se fala o patuá, sendo uma óptima oportunidade para os mais jovens entrarem em contacto com o dialecto, como é dito na página na Internet do Dóci Papiaçám di Macau: "(…) foi (…) possível, com muita determinação e persistência dos veteranos do Grupo, formar um número de jovens Macaenses no

---

[46] Veja-se: http://www.docipapiacam.com/#about.

[47] *Saiong* vem do cantonense *sai yeong* (西洋), cujo significado literal é Oceano Atlântico mas que durante muito tempo foi usado para se referir a Portugal.

[48] É de salientar que as peças do Dóci Papiaçám di Macau são sempre cómicas, pois como dizem na sua página na Internet, o seu lema é *castigat ridendo mores* (corrigindo os costumes, rindo-se deles) (http://www.docipapiacam.com/#about).

[49] Veja-se: http://www.docipapiacam.com/#home.

teatro em patuá, muitos dos quais vieram atraídos pela curiosidade e interesse pela língua, mas sem a falarem sequer".[50]

O Conselho das Comunidades Macaenses e outros organismos da sociedade civil, como a Associação dos Macaenses e a Associação Promotora da Instrução dos Macaenses, além do grupo Dóci Papiaçám di Macau, têm desenvolvido, nos últimos anos, novas acções de promoção do patuá, como récitas e publicações, e está em preparação uma proposta a submeter à UNESCO para que o patuá seja declarado património intangível da humanidade. Em consonância com estes propósitos, o Instituto Internacional de Macau publicou a obra *Maquista Chapado – vocabulário e expressões do crioulo português de Macau*,[51] um extenso vocabulário do patuá que "(…) faz uma nova abordagem da nossa língua *maquista*, assumindo-se como instrumento prático de referência, incluindo palavras e expressões, algumas mais modernas, que podendo não constar dos velhos textos do patuá, foram aceites como parte integrante do nosso dialecto na sua forma mais *chapada*, mais genuína" (Rangel 2004: 21). Além do vocabulário, que ocupa mais de 150 páginas do livro, este contém uma introdução, com notas explicativas sobre os critérios usados na sua organização, a estrutura das entradas, a ortografia seguida, a transcrição fonética, os acentos, a representação fonética dos compostos e expressões mais usadas, a representação gramatical e a etimologia, e ainda referências bibliográficas e um interessante apêndice, com uma longa lista de nomes macaenses e alcunhas.

São autores de *Maquista Chapado* Miguel de Senna Fernandes, atrás já referido, e Alan Baxter, prestigiado académico especializado no estudo dos crioulos portugueses do Oriente e falante fluente do *papiá kristang de Malaca*,[52] que é presentemente director do Departamento de Português da Universidade de Macau. Estão ali a ser desenvolvidos novos estudos sobre o patuá, ao mesmo tempo que a Escola Portuguesa de Macau, conforme informação que recebi pessoalmente da sua directora, Maria Edith da Silva, numa deslocação a Macau em 2009, está a considerar a introdução do patuá como disciplina facultativa naquela escola.

Na prossecução destes estudos, serão da maior utilidade obras anteriores como o *Glossário do Dialecto Macaense – Notas linguísticas, etnográficas e folclóricas*, com uma primeira edição publicada pela Universidade de Coimbra (Batalha 1977) e

---

[50] Veja-se: http://www.docipapiacam.com/#home.
[51] *Op. cit.*
[52] Crioulo português falado pela comunidade luso-descendente de Malaca.

uma segunda, facsimilada, pelo Instituto Cultural de Macau (Batalha 1988), e *Os Crioulos Portugueses do Oriente – Uma bibliografia* (M. I. Tomás 1992), entre outros, além, claro, dos livros de José dos Santos Ferreira.

Estes novos estudos têm merecido o aplauso da comunidade, já que, como bem salientou José dos Santos Ferreira, "O dialecto macaense significa mais que ser apenas um simples idioma; muitíssimo mais que ser o trivial linguajar quotidiano dum povo. Pois se caracteriza a própria índole, os sentimentos, a maneira de ser, assim como os encantos e costumes desse povo, dêem-nos, então, leitores, licença sentimental para dizer que ele é bem a imagem dessa boa gente antiga de Macau" (Ferreira 1996a: 5).

3. Festividades Tradicionais

A comunidade macaense habituou-se, ao longo da sua história, a participar muito activamente em festividades, quer portuguesas, quer chinesas. Ainda hoje, depois da transferência do exercício da soberania, em Dezembro de 1999, é assim, tanto no território, como na diáspora macaense.

Os feriados oficiais incluíam, na vigência da administração portuguesa, datas respeitantes a grandes acontecimentos nacionais portugueses, festividades tradicionais chinesas e também festas da Igreja Católica. Após a transição, foram eliminados os feriados correspondentes a efemérides históricas portuguesas, tendo sido, porém, mantidas algumas das festas católicas, que têm especial significado para a comunidade macaense, como a Páscoa, o Dia da Imaculada Conceição e o Natal.

Em outros tempos, sensivelmente até ao terceiro quartel do século XX, também foi amplamente participado, pela comunidade macaense, o Carnaval, o que tornou a cidade de Macau diferente das outras daquela área geográfica:

> Em épocas passadas, Macau ria a bandeiras despregadas. Vestia-se de fantasia e andava pelas ruas, cantando, galhofando, palhaçando, em gestos e atitudes de truão.
> Os sons alegres das tunas e os risos festivos do rapazio explodiam em melodias ensaiadas durante muitas semanas e em gargalhadas estridentes, provocadas muitas vezes pela visão das máscaras, engraçadas e originais.
> (…)

> As festas carnavalescas punham uma nota viva, interessante e chistosa no viver pacato e monótono de Macau (Machado 2002: 147-150).

As festividades chinesas que mais atraem os macaenses são o Ano Novo Chinês (14 a 16 de Fevereiro), o Festival do Barco Dragão (16 de Junho) e o o Festival de Outono (23 de Setembro). Para os chineses de Macau, são também importantes o *Ching Ming*[53] (5 de Abril), o Dia do Buda (21 de Maio) e o *Chong Yeung*[54] (16 de Outubro).[55]

Apesar de já não serem feriados oficiais, duas datas continuam a ter o maior significado para a comunidade macaense: o 10 de Junho, Dia de Portugal, e o 24 de Junho, antigo Dia da Cidade de Macau.[56] As novas autoridades escolheram para Dia da Região Administrativa Especial de Macau o dia 20 de Dezembro, data do seu estabelecimento, cujas celebrações contam também com o envolvimento das instituições da comunidade macaense.

Para este estudo identifiquei quatro datas particularmente relevantes para os macaenses: o Ano Novo Chinês, o 10 de Junho, o 24 de Junho e o Natal.

3.1 Ano Novo Chinês

Devido ao grande entusiasmo com que é celebrado pelo grupo dominante da população de Macau, o Ano Novo Chinês faz parte da vida de qualquer macaense. Sendo a maior de todas as festas realizadas na China e na vasta diáspora chinesa, também os macaenses a comemoram, mesmo quando residentes no estrangeiro. É impossível sair à rua nesta altura sem assistir às celebrações, cheias de cor e movimento, que incluem danças do leão e do dragão, exposições artísticas e de flores, a queima de panchões,[57] banquetes e espectáculos musicais.[58]

---

[53] Dia do Culto dos Antepassados.
[54] Dia dos Antepassados (o culto dos antepassados é celebrado duas vezes por ano).
[55] Todas estas datas são apenas para 2010, pois estes feriados são móveis devido ao uso do calendário lunar.
[56] A data em que a população de Macau se defendeu com sucesso do ataque dos holandeses em 1622.
[57] "(…) os estalinhos chinêses, que ali são utilisados para multiplos fins: cura de doenças, celebração de nascimentos, manifestações de regozijo ou de pesar, etc." (Beires 1925: 192).
[58] O barulho é considerado auspicioso por ser uma forma de afastar os maus espíritos.

Uma tradição do Ano Novo Chinês é a oferta de *lai-si*, pequenos envelopes vermelhos contendo dinheiro, que são dados por pais a filhos, patrões a empregados e casados a solteiros. Os macaenses também participam neste costume, e a entrega de *lai-si* é tão popular entre eles que costumam oferecê-los nos aniversários dos filhos, netos e sobrinhos. Os *lai-si* têm, muitas vezes, decorações lindíssimas, com desenhos muito diversificados, tornando-se em objectos muito apreciados, sendo mesmo coleccionados por crianças macaenses e portuguesas, atraídas pelo seu exotismo.

As donas de casa, chinesas e macaenses, compram ramos de pessegueiro e narcisos para decorar a casa, assim como arranjos florais elaborados, imitações de panchões e papéis e dísticos vermelhos para afugentar os maus espíritos.

Outra tradição é jogar nos casinos, em busca da sorte neste período auspicioso para todos. Muitos habitantes e turistas chineses vindos de Hong Kong, Taiwan ou do continente chinês enchem estes locais de jogos de fortuna e azar, e dão à cidade uma imagem de alegria e prosperidade económica, participando, activamente, nos festejos e adquirindo as guloseimas, flores, roupas, brinquedos e outros artigos habitualmente consumidos nesta ocasião. Mesmo os menos afortunados procuram usar roupas novas e integram-se completamente neste ambiente de festa.

Nesta altura do ano também os serviços, os escritórios, as obras públicas e muitas casas comerciais cessam completamente a actividade durante vários dias. Até os pescadores, com as suas embarcações embandeiradas, recolhem ao porto de Macau e vêm para terra.

Outro hábito salutar é o pagamento das dívidas até à véspera do Ano Novo Lunar. Nenhum homem de negócios, por uma superstição que a todos favorece, transfere para depois dessa data qualquer das suas dívidas, o que é, de facto, muito benéfico para a economia local.

Cada novo ano é referido a um animal do zodíaco chinês. Leonel Barros, em *Macau – Coisas da Terra e do Céu*, explica assim esta lenda:

> Uma lenda muito antiga contava que Buda resolveu chamar à sua presença todas as espécies de animais que existiam na Terra, a fim de lhes dar conselhos no que dizia respeito ao modo como teriam que lidar com os homens.
> De todos os animais existentes na Terra só compareceram doze: o tigre, o dragão, o cavalo, o carneiro, o galo, a serpente, o rato, o boi, o coelho, o macaco, o cão, e o porco.

> Grato com a presença desses animais, Buda determinou que para cada ano fosse designado um dos doze animais. Assim, cada ano passou a ser conhecido por um dos doze animais do zodíaco chinês divididos em dois grupos,[59] em conformidade com os elementos da teoria dualística da criação, base da concepção chinesa do Universo (Barros 1999: 73).

Com toda a sua carga simbólica e o seu significado, esta é e será, provavelmente, sempre a maior festa chinesa, que nem regimes mais autoritários conseguiram suprimir ou limitar:

> São tradições milenares que resistem ao tempo e às mudanças, não se deixando vencer por vanguardismos de qualquer cor política ou por modas, sempre passageiras. Na China, nem o regime comunista nas suas mais demolidoras fases conseguiu modificar hábitos e ritos de antanho ligados às festividades do Ano Novo. Chamando-lhe Festa da Primavera ou dando-lhe outro nome, essas festividades continuaram no dia-a-dia da vida do povo chinês e os altos dirigentes políticos voltaram a conviver em lautos banquetes nesses dias de festa, que acabaram por ser oficialmente aceites como comemorativos do Ano Novo Lunar. E, não obstante as grandes transformações verificadas, esta é e será sempre, também, a maior de todas as festas da população de Macau (Rangel 2009: 50).

3.2 10 de Junho

O Dia de Camões, de Portugal e das Comunidades Portuguesas tinha no tempo da administração portuguesa um significado especial para os macaenses, pois

> Camões, no coração do macaenses, foi sempre o símbolo da Pátria distante. Esta convicção não era apenas alimentada pela romagem anual à Gruta, onde diante do Busto do Poeta desfilaram gerações de estudantes. (…) era costume presentear-se a todo aquele que ingressasse, pela primeira vez, no Liceu, com um volume de "Os Lusíadas". Eu recebi o meu. Na mesma época, quando as escolas primárias eram da responsabilidade do Leal Senado da Câmara, era costume premiar o melhor aluno finalista, em cerimónia simples mas cheia de significado. O prémio que lhe depositavam nas mãos, era também um volume de "Os Lusíadas" (Fernandes 1999: 60).

[59] "Pertencem ao ramo Yang – elemento viril e activo – o tigre, o dragão, o cavalo, o carneiro, o galo, e a serpente (…) No ramo Ying – elemento feminino passivo – englobam-se o rato, o boi, o coelho, o macaco, o cão, e o porco" (Barros 1999: 73-74).

Esse significado estendeu-se para além da transição. De facto, Luís de Camões representou para sucessivas gerações de macaenses a sua ligação a Portugal, da qual nunca se esqueceram apesar da enorme distância entre Macau e a então Metrópole. Nos dias que correm, mesmo havendo facilidade em viajar de Macau para Portugal, Camões continua a simbolizar para muitos de nós as nossas origens, o nosso passado e o país que é a nossa segunda casa.

Luís de Camões tem um grande jardim em Macau com o seu nome, onde se situa a famosa Gruta de Camões, contendo o seu busto. A primeira romagem à Gruta foi feita em 1923 por iniciativa do então Governador de Macau, Rodrigo Rodrigues, "(…) um patriota exaltado e fervoroso cultor de Camões (…) que logo no primeiro ano da sua chegada a Macau convidou as escolas e as forças armadas para irem à Gruta homenagear o épico. (…) foi ele que enalteceu o vulto imortal do poeta e a sua emoção foi tão profunda que desatou a chorar, tendo de interromper o discurso" (Teixeira 1999a: 67-68). Ainda hoje, todos os anos, instituições de matriz portuguesa, nas quais se incluem associações macaenses, e escolas de Macau, incluindo, como não podia deixar de ser, a Escola Portuguesa de Macau e o Jardim de Infância D. José da Costa Nunes, continuam a participar na cerimónia do 10 de Junho, desfilando perante o busto do maior poeta português e colocando flores no respectivo pedestal. Alunos da Escola Portuguesa de Macau e da Escola Secundária Luís Gonzaga Gomes declamam sonetos de Camões em, respectivamente, português e cantonense e grupos de danças e cantares actuam no local.

Reza a tradição que Camões terá escrito parte de *Os Lusíadas* nesta Gruta. No entanto, a partir do século XIX, foram-se levantando vozes contrárias, pondo em causa até a passagem de Camões por Macau. Mas o Padre Manuel Teixeira, respeitado historiador que viveu em Macau, comenta que "Os que negam a estada de Camões em Macau baseiam-se no argumento do silêncio do poeta sobre Macau, alegando que Macau não existia. Se isto fosse verdade, tudo aquilo que ele não mencionaria não existiria" (Teixeira 1999b: 21). Nas suas obras *A Gruta de Camões em Macau* (Teixeira 1999a) e *Camões esteve em Macau* (Teixeira 1999b) ele refuta essas opiniões, apresentando factos e excertos de documentos que deitam por terra os argumentos contrários à estada de Camões em Macau, o que não foi difícil, uma vez que os textos dos contestadores estavam repletos de erros históricos, erros que eles foram copiando uns dos outros, demonstrando uma ignorância sobre os primórdios da história de Macau (Teixeira 1999b: 65-78).

Contudo, o que interessa aos macaenses não é a polémica criada à volta da estada de Camões em Macau, mas sim, como já foi referido atrás, o que o poeta representa para a comunidade:

> Macau só tem que se orgulhar de ter sido a primeira possessão ultramarina portuguesa a erigir um busto a Camões.[60] Antes mesmo da capital do Império! Porque se não estivera em corpo, o espírito do Poeta, em cá chegando, nunca de cá saiu! Por aqui ficou a impregnar cada um dos descendentes dos portugueses que partiram em demanda de *honra e proveito*, na Índia e mais além, mesmo muito mais além da Taprobana…
> E disso, todas as gentes de Macau, de espírito aberto e ecuménico, neste pluriculturalismo que está na sua génese, devem estar orgulhosas. Porque, na obra de Camões, já encontramos a concepção globalista do mundo baseada no encontro entre duas culturas diferentes, que é justamente o que está na base do estabelecimento de Macau. Camões é a chama que nos une, é o símbolo da simbiose do Ocidente com o Oriente (Ribeiro 2007: 26)

Dito isto, vem a propósito relembrar algumas das referências que um dos maiores escritores portugueses, dos raros que tiveram contacto directo com o Extremo Oriente, Camilo Pessanha, fez à Gruta de Camões e à permanência do vate em Macau, em "Macau e a Gruta de Camões", incluído na compilação *Camões nas Paragens Orientais – Textos por Camilo Pessanha e Venceslau de Morais*:

> Quanto à grandeza gigantesca de Camões, e à da assombrosa epopeia marítima que culminou na formação do vasto império português do século XVI, estão acima de qualquer discussão. Resta apenas ponderar se Macau, esta exígua península portuguesa do Mar da China ligada ao distrito chinês de Heong-Shan, tem qualidades que a recomendem para assim andar associada à memória dessa epopeia e à biografia do poeta sublime que a cantou.
> Ora essas qualidades tem-nas Macau como nenhum outro ponto do Globo. Macau é o mais remoto padrão da estupenda actividade portuguesa no Oriente nesses tempos gloriosos. (…)
> É a *Gruta de Camões* (…) esse lugar sobre todos prestigioso dedicado ao culto de Camões, que é também o culto da Pátria. Culto e prestígio que não podem extinguir-se enquanto houver portugueses; e enquanto não se extinguem, há-de ser verdade intuitiva, superior a todas as investigações históricas, que o maior génio da raça lusitana sofreu, amou, meditou, em Macau (…) (Pessanha 1927: 13-15).

[60] O busto de Camões já se encontrava na Gruta em 1794, pois é mencionado por Sir George Staunton no diário de viagem da Embaixada de Lord Macartney à China em 1792-1974 (Teixeira 1999a: 67).

3.3 24 de Junho

Macau foi sempre um ponto estratégico nas rotas comerciais, o que gerou a cobiça por parte dos holandeses no século XVII, como afirma Austin Coates:

> Os Holandeses cedo chegaram à conclusão de que o lucro do comércio com o Japão dependia da quantidade de seda chinesa disponível, e cujo monopólio Macau detinha, satisfazendo amplamente a insaciável procura japonesa. Assim, restava-lhes apenas a seda que iam obtendo dos piratas chineses, a intervalos irregulares, e sempre após longas e difíceis negociações.
> Gerou-se, pois, no seio dos Holandeses um crescente movimento de apoio àqueles que propunham a conquista de Macau pela força (Coates 1991: 76).

Em período de União das Coroas da Península Ibérica, os inimigos de Espanha passaram a ser os mesmos dos portugueses e, estando Filipe III de Espanha "(…) naturalmente mais interessado em salvaguardar as colónias fundadas pelos Espanhóis que em dar resposta aos pedidos de reforços lançados pelos Portugueses" (Coates 1991: 73), nada fez para contestar a constituição de Companhias das Índias Orientais por parte dos ingleses e holandeses, estes últimos especialmente interessados nas colónias portuguesas.

A primeira investida dos holandeses deu-se em 1601. Como a cidade ainda não estava fortificada, entraram facilmente, mas a população rapidamente os deteve, acabando esta primeira tentativa de ocupação com o enforcamento de dezoito holandeses e a retirada dos seus barcos (Coates 1991: 74). Seguiram-se mais tentativas de tomar Macau, mas as hostilidades terminaram temporariamente com o Tratado de Antuérpia em 1609, decretando tréguas entre a Holanda e a Espanha (e, por consequência, Portugal). Neste período foi desenvolvido um plano de defesa em Macau e construíram-se fortificações militares:

> É desta época que datam os fortes da colina da Barra, à entrada do Porto Interior (a sul da península), bem como outros dois fortins, construídos nas duas extremidades da Praia Grande, para controlo do Porto Exterior.
> Os preparativos da cidade mobilizaram toda a população, incluindo os Jesuítas. Com efeito, toda a área ocupada pelos seus jardins e edifícios no cume do monte foi integralmente coberta por espessa muralha (que ainda hoje ali se ergue), fazendo-se a comunicação com o Colégio e a Igreja de São Paulo, que lhe eram adjacentes, por uma passagem secreta.
> Foi também estabelecida uma fundição, cujo mestre era Manuel Bocarro, peça importante (se bem que ignorada) na transformação das tradições bélicas do

> Extremo Oriente, com os seus magníficos canhões (comprados por todos os países da região), bem como com outros artefactos (os melhores do género produzidos em toda a Ásia) (Coates 1991: 75-76).

Todos estes preparativos provaram-se essenciais, já que, findo o período de tréguas, os holandeses atacaram Macau outra vez em 1622. Os confrontos tiveram início em 23 de Junho, com fortes bombardeamentos sobre a cidade, que se encontrava desguarnecida, pois a maioria dos soldados estava fora a auxiliar tropas chinesas. Por consequência, "(…) só cerca de mil pessoas se encontravam na cidade, e, dessas, apenas oitenta europeus estariam aptos a pegar em armas" (Coates 1991: 77).

A batalha continuou no dia seguinte, 24 de Junho, dia de São João Baptista, com mais bombardeamentos e o desembarque dos holandeses. Austin Coates relata:

> (…) a escassa população de Macau – leigos e clérigos, homens livres e escravos – ergueu-se para a defender. Os Jesuítas rapidamente desalojaram os canhões dos seus postigos originais, posicionando-os ao longo da muralha norte do seu seminário-fortaleza. Refira-se a propósito que os padres jesuítas eram peritos em balística, habituados que estavam a lidar com a corte de Pequim (…).
> Neste embate brutal era grande a escassez de armas e homens que as manejassem, especialmente numa ocasião em que a defesa mais eficaz residia na intensidade e na frequência do fogo de artilharia. Mas tal deficiência veio a ser compensada pela pontaria certeira de um padre-soldado. De facto, quando o inimigo se acercava já do sopé do Monte, o padre Rho começou a disparar o seu canhão, cujas balas caíram certeiras sobre os carroções que transportavam a pólvora da força holandesa, que rebentaram com estrondosa explosão. (…)
> O grito de batalha lusitano, "Por Sant'Iago!", brotou a certa altura de um qualquer peito, sendo um segundo depois gritado em uníssono por todas as gargantas, como em uníssono avançou a multidão, inspirada por uma força comum, caindo de todos os lados sobre o invasor holandês. (…) A coberto da mais intensa fuzilaria, a vanguarda portuguesa enfrentava já o inimigo em luta corpo a corpo. (…) O comandante da força invasora foi o primeiro a cair, após o que o resto das tropas holandesas, perdendo de vista o seu líder, vacilaram por completo. Momentos depois, tomados de pânico, batiam em retirada, desfazendo-se das armas, acossados pelos Macaenses, que os perseguiam pelos campos trespassando com as espadas tantos quantos podiam. Uma mulher africana, vestida de homem, matou dois deles com uma forquilha" (Coates 1991: 77-78).

Após a estrondosa derrota dos holandeses, decidiu-se comemorar todos os anos o Dia de São João Baptista como agradecimento e recordação deste feito importante na história de Macau, algo que foi feito ao longo de quase quatro séculos,

celebrado como o Dia de Macau até 1999. No entanto, apesar de já não ser feriado,[61] os macaenses não se esquecem desta data e, todos os anos, através das suas associações com sede no território ou no estrangeiro, continuam a comemorar este dia com uma missa e um *chá gordo*, mantendo em pleno o seu significado para a comunidade.

Há datas que são marcos fundamentais de qualquer comunidade. O 24 de Junho é uma data inapagável da memória macaense: "A vitória de 24 de Junho de 1622, sobre os invasores holandeses, marca um dos mais brilhantes feitos do povo de Macau e um imorredoiro padrão nas tradições desta Cidade do Nome de Deus" (Machado 2002: 137).

3.4 Natal

A comunidade macaense é tradicionalmente católica, uma herança dos pais portugueses de tempos de outrora, e vive numa cidade repleta de igrejas e capelas, algumas existentes desde os primeiros tempos do estabelecimento de Macau. Renelde da Silva justifica a religiosidade dos macaenses da seguinte forma:

> Face à sua pequenez numérica num ambiente de omnipotência política da vizinhança e do relativo abandono da Metrópole, os macaenses aprenderam a contar consigo próprios, para enfrentar as situações difíceis, por que tiveram de passar.
> Para além das suas forças, só podiam contar com Deus. Daí a sua religiosidade (Silva 2001: 94).

Como para muitos outros católicos, para os macaenses, o Natal é uma festividade muito importante e amplamente participada. Mas nunca foi só uma festa de família, pois foi sempre vivido também com intensidade em estabelecimentos de ensino, em organismos associativos, em empresas, em serviços públicos e em instituições de solidariedade social (Rangel 2007a: 319).

[61] Sendo uma data específica relacionada com a história de Macau, é opinião generalizada na população que não deveria ter sido retirada dos calendários oficiais após a transição de administração.

O escritor macaense Henrique de Senna Fernandes descreve assim o Natal no seio da sua família:

> O Dezembro era um mês festivo. O primeiro domingo era dedicado à Primeira Comunhão, uma cerimónia tocante na Sé Catedral (…).
> Logo a seguir, vinham os preparativos para o Natal, as donas de casa atarefadas na cozinha, na confecção do aluar, dos coscorões, empadas e fartes, os costumados doces da época. Encomendavam-se o peru e outras carnes de Hong Kong e, em casa do meu Avô materno, não podia faltar o empadão gelatinado de peças de caça, o famoso "game-pie" do Lane Crawford. Encomendavam-se também à Loja de Omar Moosa, mais conhecido por Kassam, figura prestigiosa e mais destacada da larga comunidade "Moura" de Macau (…).
> A "missa do galo" desse tempo, o jantar de Natal, o deslumbramento dos brinquedos, a mesa repleta de iguarias, onde se comia à tripa forra, a alacridade e as gargalhadas dos familiares, ainda se repercutem na minha saudade. Os dias seguintes até os Reis, com quebra do dia do Ano Bom, eram dedicados a amigos e conhecidos (Fernandes 1999: 65).

Outro autor dá-nos o seu testemunho deste modo:

> À missa do galo iam as famílias católicas, a que se seguia a ceia e o ansiado momento de abertura das prendas. As festas prolongavam-se no dia de Natal, com almoço e jantar especialmente confeccionados para a ocasião, onde não faltavam o peru e outros pratos escolhidos pelas donas de casa, elas próprias quase sempre excelentes cozinheiras.
> Apesar das grandes modificações operadas nas últimas décadas, muitas destas tradições mantiveram-se. A quadra festiva também era e é aproveitada para familiares se reencontrarem e para cada um se lembrar dos amigos, separados pela distância e pelo tempo (Rangel 2006: 278).

Eis um outro sugestivo relato de um velho residente, recentemente falecido, ao relembrar o seu primeiro Natal em Macau:

> Ainda hoje recordo essa noite de festa e de emoções, que me deu a oportunidade de vir a conhecer, ao longo da minha vivência em Macau, a forma tradicional e muito especial como os macaenses preparavam e celebravam esta data tão festiva.
> Católicos por tradição, convicção ou devoção, na senda dos hábitos e costumes que os missionários, navegadores e comerciantes para aqui trouxeram das terras de Portugal, punham um carinho muito especial nas comemorações do nascimento do Menino de Belém. (…)
> À noite todos se preparavam para assistir à Missa do Galo, enchendo-se de fiéis todas as igrejas da cidade e das ilhas, que, em noites de frio, se

> embiocavam em agasalhos grossos, porque não havia meios de transporte para os resguardar da inclemência do tempo. (…)
> Terminada a Missa e o beija-pé ao Menino, regressavam todos a casa para a consoada em família, em que tomavam parte alguns parentes ou amigos mais chegados.
> O que se fazia em primeiro lugar, era acender as velas e rezar diante do presépio e pedir graças para toda a família, presentes e ausentes.
> Vinham então para a mesa grande perú, capão, presunto e todas as outras iguarias que faziam a delícia de todos (…) (Machado 2002: 139-140).

Devido à proximidade de Hong Kong, certos hábitos ingleses natalícios foram adoptados por algumas famílias macaenses, como apagarem-se as luzes quando se serve o tradicional *Christmas Pudding* (pudim de Natal), em chamas, no Dia de Natal.

Festa universal, comemorada de forma muito idêntica por milhões de pessoas, tinha e tem as suas especificidades próprias no seio das velhas famílias macaenses.

4. Figuras de Referência na Comunidade

São muitos os macaenses que se distinguiram em variadas áreas e que se tornaram figuras relevantes no seio da comunidade. No entanto, sendo este um estudo mais focado na área da cultura, escolhi as seguintes três personalidades, tidas generalizadamente como figuras de referência da comunidade macaense: Luís Gonzaga Gomes, José dos Santos Ferreira e Henrique de Senna Fernandes.

4.1 Luís Gonzaga Gomes

Luís Gonzaga Gomes nasceu em Macau a 11 de Julho de 1907 e faleceu a 20 de Março de 1976. Começou a escrever aos 14 anos, quando frequentava o Liceu de Macau, onde foi aluno de Camilo Pessanha e colaborou no jornal *A Academia*, que também contou com a pena do seu amigo e colega Joaquim Paço d'Arcos, que se tornaria um grande escritor da língua portuguesa, filho do então Governador de Macau, Henrique Monteiro Correia da Silva (Paço d'Arcos) (Teixeira 1986: 466).

Após concluir o liceu, ingressou na Repartição Técnica do Expediente Sínico,[62] onde se dedicou ao estudo do chinês, formando-se como intérprete de 1ª classe (Teixeira 1986: 469). Foi professor primário durante 24 anos ao mesmo tempo que aprofundou os seus conhecimentos da língua chinesa, que lhe permitiram ensiná-la no Liceu de Macau e na Escola dos Correios, Telégrafos e Telefones (Batalha 2007: 9).

Ao longo da sua vida, Luís Gonzaga Gomes trabalhou muito no sentido do enriquecimento do diálogo cultural luso-chinês, efectuando traduções e compilações, realizando estudos e escrevendo artigos em jornais e livros. Publicou em chinês uma tradução de *Os Lusíadas contados às crianças* de João de Barros (1942), *História de Portugal* (1955), *Vocabulário Português-Cantonense* (1941) e *Vocabulário Cantonense-Português* (1942). Das obras em português destacam-se *Monografia de Macau* (1950), *Contos Chineses* (1950), *Lendas Chinesas de Macau* (1951), *Curiosidades de Macau Antiga* (1952), *Chinesices* (1952), *Festividades Chinesas* (1953), *Arte Chinesa* (1954) e *Efemérides da História de Macau* (1954) (Teixeira 1986: 479-480). Como afirma Graciete Batalha, no prefácio do livro *Macau Factos e Lendas*, uma compilação de artigos de Luís Gonzaga Gomes, "Mais de 30 volumes publicados, mais de 20 jornais e revistas em que colaborou ou que dirigiu, atestam bem a sua determinação de divulgar a história e a cultura macaense ou de contribuir para o intercâmbio cultural luso-chinês" (Batalha *in* Gomes 1994: 5). E no seu opúsculo *Luís Gonzaga Gomes e o Intercâmbio Cultural Luso-Chinês*, "(…) houve em Macau um homem silencioso e tenaz que, sem grande apoio moral ou material (…) dedicou grande parte da sua vida ao estudo da língua e da cultura chinesa, ao mesmo tempo que da ocidental, e ao meritório trabalho de as dar a conhecer uma à outra" (Batalha 2007: 9).

Em *Macau Factos e Lendas*, Luís Gonzaga Gomes conta uma história relativa a duas árvores no jardim do templo de Kun Iâm, a Deusa da Misericórdia, onde "(…) reina sempre profundo silêncio e um ar de mistério bem propícios para quem nele intente buscar o recolhimento e a paz de espírito" (Gomes 1994: 69). Segundo esta lenda, antes de existir o templo, aquela área era ocupada por um pequeno povoado. Um dos lavradores, mais abastado que os seus vizinhos, vivia apenas com a sua filha e dois empregados. A filha e um dos empregados acabaram por se apaixonar, e ele foi pedir ao lavrador autorização para casar com ela. Este não consentiu e proibiu os dois

[62] Organismo público responsável pelas traduções oficiais, formação de intérpretes e pela divulgação dos assuntos do Governo junto da comunidade chinesa.

jovens de se encontrarem novamente. Desesperados com a sua situação, os dois resolveram suicidar-se,

> (…) pois talvez conseguiriam alcançar a felicidade noutro mundo, uma vez que não poderiam ser felizes neste (…) e, depois de se abraçarem e chorarem muito, enforcaram-se, corajosamente, cada um, nos ramos de duas árvores que cresciam isoladas naquele local. (…) E, fenómeno que causou tão grande espanto, as duas árvores, onde os dois desgraçados amantes se suicidaram, passaram, daí em diante, a desenvolver-se com extraordinária pujança, mas com os seus troncos abraçados um ao outro, como dois seres envolvidos num forte amplexo e com o estranho aspecto com que ficou até hoje (Gomes 1994: 70-71).

Este local é um dos mais visitados em Macau, quer por residentes, quer por turistas.

Luís Gonzaga Gomes foi conservador do Museu Luís de Camões,[63] director da publicação *Arquivos de Macau*, director-bibliotecário da Biblioteca Central de Macau, vice-presidente e presidente da Comissão Administrativa do Leal Senado,[64] secretário da Comissão da Defesa e Valorização do Património Artístico e Histórico da Província de Macau, secretário da comissão de instalação do Arquivo Central de Macau, além de ter igualmente desempenhado cargos em organismos da sociedade civil, como presidente do Rotary Clube de Macau, secretário do Círculo de Cultura Musical e do Círculo Cultural de Macau e secretário da Associação Desportiva Macaense. Foi também director da Emissora de Macau, correspondente da Agência ANI, chefe de redacção e administrador da revista *Renascimento*, secretário-geral e redactor do diário *Notícias de Macau* e colaborador de numerosas publicações periódicas locais, nacionais e estrangeiras (Rangel 2007b: 14-15).

Além da sua actividade profissional, nos tempos livres, Luís Gonzaga Gomes representou Macau em ténis contra grupos de Hong Kong, tocou violino no Grupo de Amadores de Teatro e Música, participou como cantor em concertos e programas de rádio e adaptou e foi actor em peças radiofónicas (Teixeira 1986: 477). No entanto, era conhecido por ser uma pessoa solitária, dedicada aos seus trabalhos de investigação: "Luís Gomes foi o melhor e o mais prolífico historiador macaense nestes quatrocentos anos de vida desta terra, mas tão modesto que se escondia no pó

[63] Primeiro museu de arte de Macau, cujo espólio pertence agora ao Museu de Arte de Macau, integrado no moderno complexo do Centro Cultural de Macau.
[64] Câmara Municipal de Macau.

dos Arquivos, sendo raro vê-lo em qualquer festa ou divertimento. Era um verdadeiro anacoreta" (Teixeira 1986: 473-474).

Em 2007, comemorou-se o centenário do seu nascimento, com um muito variado programa que incluiu uma missa e homenagem junto da sua campa no Cemitério de S. Miguel, uma exposição fotobiográfica, lançamentos de reedições de obras suas e palestras sobre a sua vida e obra. Onze entidades da sociedade civil de Macau assinaram um protocolo de cooperação na organização e promoção destas comemorações. Foi também reactivado o Cenáculo Luís Gonzaga Gomes, com sede na Sala Luís Gonzaga Gomes no Instituto Internacional de Macau, onde se encontram livros, fotografias, objectos e outros documentos relacionados com este autor e professor (Rangel 2007b: 27).

O seu nome foi dado a uma rua de Macau e a uma escola secundária e o seu busto, da autoria do escultor italiano Oseo Acconci, encontra-se actualmente no Jardim dos Poetas, numa zona nova da cidade de Macau. Foi condecorado pelo Estado Português com o grau de Cavaleiro da Ordem do Infante D. Henrique e, por decisão do Governador de Macau, foi-lhe atribuída, a título póstumo, a Medalha de Valor, a mais alta condecoração de Macau na vigência da administração portuguesa. O Governo Francês concedeu-lhe o grau de Cavaleiro da Ordem das Palmas (Rangel 2007b: 16).

4.2 José dos Santos Ferreira

José Inocêncio dos Santos Ferreira, conhecido por Adé, nasceu em Macau a 28 de Julho de 1919, o mais novo de dezoito irmãos, filho de mãe macaense e pai português, natural de Seia que, nesse mesmo ano, partiu para Timor em busca de fortuna, trabalhando como comerciante. Morreu pouco tempo depois, deixando a família quase na miséria (Marreiros 1994: 21-22).

Por este motivo, o pagamento das propinas e outras despesas escolares foi bastante difícil para José dos Santos Ferreira, deixando o Liceu de Macau aos dezassete anos para procurar emprego. Foi auxiliar de topógrafo e fiscal de obras antes de cumprir o serviço militar obrigatório. Entrou no quadro da Secretaria dos Serviços de Saúde em 1943 e, em 1956, foi nomeado chefe de Secretaria no Liceu de Macau, onde "(…) preocupou-se imenso e muito batalhou para que os alunos, filhos

de famílias de condições económicas modestas, tivessem isenção de todas as propinas – matrícula, frequência e exames – e livros e material didáctico necessários (…) Muitos alunos beneficiaram dessa sua preocupação" (Marreiros 1994: 22). Conseguiu, portanto, que vários jovens não tivessem de passar pelo mesmo que ele, dando-lhes oportunidades e incentivando-os a continuar os estudos, especialmente quando, em 1964, se tornou secretário da STDM – Sociedade de Turismo e Diversões de Macau e convenceu os proprietários da empresa a instituir bolsas de estudo para o ensino secundário, universitário e pós-universitário (Marreiros 1994: 22-23).

Entusiasta de jornalismo, colaborou em vários periódicos locais, fez parte do corpo redactorial do *Notícias de Macau* e foi chefe de redacção de *O Clarim*, *Comunidade* e *Gazeta Macaense*. Foi correspondente dos jornais portugueses *Diário de Notícias*, *Diário do Norte* e *Diário Popular*, do jornal de Hong Kong *China Mail* e da agência noticiosa Associated Press (Marreiros 1994: 23).

José dos Santos Ferreira também gostava de desporto e praticou futebol, atletismo, ténis e hóquei em campo, tendo desempenhado cargos e organizado competições no Hóquei Clube de Macau, Associação de Futebol de Macau, Conselho de Desportos, Ténis Civil, Associação de Hóquei em Campo de Macau e Associação de Tiro de Macau (Marreiros 1994: 23). Integrou a Mesa Directora da Santa Casa da Misericórdia e a Direcção do Clube de Macau e foi presidente do Rotary Clube de Macau.

Pelo Governo Português foi condecorado com a Ordem do Infante D. Henrique (grau de Cavaleiro) em 1979 e, do Governo de Macau, recebeu as medalhas de Mérito Desportivo e de Mérito Cultural em, respectivamente, 1983 e 1984 (Marreiros 1994: 25).

Além de todas estas actividades, foi na escrita, principalmente na poesia, em que ele mais se destacou, recuperando o dialecto macaense e dando-lhe uma nova vida nas suas récitas e poemas, sendo o seu maior divulgador, publicando as seguintes obras em patuá: *Macau Sã Assi* (1968), *Qui-nova, Chencho* (1974), *Papiá Cristãm di Macau* (1978), *Camões, Grandi na Naçám* (1982), *Poéma di Macau* (1983), *Macau di Tempo Antigo* (1985), *Natal – Amor, Paz, Alegria* (1986), *Acunga Natal qui nôs já sunhá* (1988), *Macau, Jardim Abençoado* (1988), *Sã Natal, Jesus já nascê* (1989), *Luz di Natal* (1990), *Dóci Papiaçám di Macau* (1990), *Natal Cristãm* (1991) e *Poema na Lingu Maquista* (1992) (Marreiros 1994: 26-27).

No entanto, apesar de ter uma vida preenchida, o poeta, por dentro, estava a sofrer com o futuro próximo da sua terra natal:

> (…) cada vez mais negro estava também, segundo ele, o horizonte da sua amada terra que um dia acordaria chinês. O poeta que sempre acordou português, em todas as madrugadas, não podia continuar a conviver com a angústia de um dia acordar chinês. Nunca se acostumou à ideia, por isso, foi morrendo por dentro, pedaço a pedaço, despedaçado. Essa foi a sua morte, para quem o conhecia (Marreiros 1994: 25).

José dos Santos Ferreira faleceu num hospital de Hong Kong, a 24 de Março de 1993. O seu poema "Adios di Macau" ("O Adeus de Macau"), escrito dez anos antes da transferência de administração, é revelador do estado de espírito do poeta, traduzindo a sua profunda mágoa com o destino traçado para a sua terra. Transcrevo a primeira parte desse poema, em patuá e na versão portuguesa, também da sua autoria:

"Adios di Macau"

Macau ta perto falá adios
Pa tudo su filo-filo,
Pa Portugal,
Pa gente qui divera querê pa êle.

Quim têm êle na coraçám,
Lôgo sentí grándi margura;
Voz lô ficá engasgado na gargánta
Na ora di falá adios pa Macau.

Ah! Divera saiám, nôsso Macau!
Qui dói coraçám olá vôs têm-qui vai,
Escapulí di nôsso vida,
Vivo separado di nôsso Portugal.

Nôs nom-quêro vôs vai,
Vôs onçôm tamêm nom-quêro vai…
Mâz quim sã nôs
Na estunga mundo di gente poderoso,
Cuza sã nôs
Na estunga mar di ónda assanhado?

Têm más dez áno,
Dez áno na-más.
Tempo corê ligéro,
Trás di tempo, tudo passá azinha.

(…)

(Ferreira 1990: 27).

"O Adeus de Macau"

Macau está quase a dizer adeus
A todos os seus filhos,
A Portugal,
Às pessoas que a amam verdadeiramente.

Aqueles que a guardam no coração
Hão-de sofrer grande mágoa;
A voz lhes ficará embargada na garganta
No momento de dizerem adeus a Macau.

Oh! Que grande pena, nossa Macau!
Que sofrimento saber que terás de ir,
Sair da nossa vida
E viver desacompanhada do nosso Portugal.

Não queremos que vás,
Nem tu própria quererás ir…
Mas quem somos nós
Neste mundo de gente poderosa,
O que somos nós
Neste mar de ondas agrestes?

Faltam dez anos,
Apenas dez anos.
O tempo corre veloz
E atrás do tempo tudo desliza ligeiro.

(…)

(Ferreira 1990: 201).

4.3 Henrique de Senna Fernandes

Henrique Rodrigues de Senna Fernandes nasceu em Macau a 15 de Outubro de 1923, oriundo de uma das mais antigas famílias do território. Fez os ensinos básico e secundário em Macau. Terminou, em 1952, o curso de Direito na Universidade de Coimbra e regressou a Macau dois anos depois, exercendo advocacia desde então. Foi também professor na Escola Primária Oficial, no Liceu Nacional Infante D. Henrique, na Escola do Magistério Primário e na Escola Comercial Pedro Nolasco, de que foi director durante doze anos, sendo recordado com saudade e admiração por milhares de alunos que o consideram um dos melhores mestres de gerações de jovens de Macau (Rangel 2006: 101).

Desempenhou cargos em organismos públicos e associativos, como director da Biblioteca Central de Macau e da Biblioteca Sir Robert Ho Tung, director do Centro de Informação e Turismo do Governo de Macau, membro do Conselho Consultivo do Governador de Macau, presidente do Rotary Clube de Macau, presidente da Assembleia Geral da Associação Promotora da Instrução dos Macaenses e presidente da Associação dos Advogados de Macau (Rangel 2006: 101).

Foi colaborador em vários periódicos de Macau, como *A Voz de Macau*, *Notícias de Macau*, *O Clarim*, *Gazeta Macaense* e *Ponto Final*, e nas revistas *Mosaico* e *Revista de Cultura*. Foi também crítico de cinema na Emissora de Radiodifusão de Macau (Rangel 2006: 102).

Henrique de Senna Fernandes publicou duas compilações de contos, *Nam Van – Contos de Macau* (1978) e *Mong Há* (1998), e dois romances, *Amor e Dedinhos de Pé* (1985) e *A Trança Feiticeira* (1993), este último com uma tradução em língua inglesa, *The Bewitching Braid*. Os dois romances foram levados ao cinema: *Amor e Dedinhos de Pé* foi realizado por Luís Filipe Rocha em 1993,[65] e *A Trança Feiticeira* por Yuanyuan Cai em 1996.[66] Os actores principais foram, respectivamente, Joaquim de Almeida, no papel de Francisco da Frontaria, e Ricardo Carriço, no papel de Adozindo.

O seu conto "A-Chan, a Tancareira", vencedor do Prémio Fialho de Almeida dos Jogos Florais da Queima das Fitas de 1950 da Universidade de Coimbra, relata a

---

[65] Veja-se: http://www.imdb.com/title/tt0101335/.
[66] Veja-se: http://www.imdb.com/title/tt0117953/.

história de amor em Macau entre uma chinesa pobre, tancareira,[67] chamada A-Chan, e um marinheiro português, Manuel, nos inícios da década de 40 do século XX. Destaco a seguinte passagem que traduz a atracção de Manuel por A-Chan:

> A-Chan trazia-lhe paz na sua determinada dedicação. Chocava-o aquela submissão de fêmea amorosa que nada pedia. Uma calada devoção que o enternecia. Gostava de ficar ao pé dela a seguir a marcha rutilante das estrelas, a paisagem nocturna de Macau, o casario da Penha e o da Barra, diluídos em sonho no fundo azul da noite. Era feia, ignorante, açulada pela canga do rio. Mas os olhos orientais não escondiam uma imensa ternura pelo marinheiro saudoso do mar. Sensibilizava-o a maneira como lhe sorria, como lhe oferecia a tigela de chá ou como lhe passava os dedos calosos e ásperos pelos seus cabelos loiros de europeu, num requinte de familiaridade. Falavam pouco, entendiam-se mais por gestos que por palavras. Mas que reconfortantes os silêncios em que ela se apagava num canto do tancá para não lhe perturbar as meditações (Fernandes 1978: 11-12).

Manuel e A-Chan, apesar de não estarem casados, acabam por ter uma filha mestiça, com "cabelos aloirados, tez quase branca, olhos claros, a denunciar ascendência europeia" (Fernandes 1978: 14). Viveram juntos mas, com o fim da Guerra no Pacífico, Manuel é obrigado a regressar a Portugal:

> Tornou-se-lhe obsidiante o problema da filha. Não tinha coragem de renunciá--la. Que futuro lhe reservaria a tancareira? Cresceria no ambiente soturno do porto, acompanharia a mãe nos espinhos do ofício, maltratada pelo mundo e pela fome que é o estigma de todas as camadas paupérrimas da China. E depois, Mei-Lai não tinha feições puras de oriental. Só por si denunciava uma pecaminosa ligação com o europeu. Nunca vira mestiças a trabalhar no rio. Para outros caminhos as levara o destino. Para os bordéis, para as hospedarias das vielas do amor. Em toda a parte, onde nasciam *rebentos clandestinos de europeus*, a prostituição lucrava. Não, não podia abandoná-la (Fernandes 1978: 16, meu itálico).

Sabendo que só ele poderia oferecer uma vida melhor à sua filha ilegítima, Manuel leva-a com ele para Portugal, abandonando A-Chan no porto, ouvindo os seus "(…) soluços (…). Espaçados, pungentes, envergonhados" (Fernandes 1978: 18).

Henrique de Senna Fernandes foi condecorado com o grau de Oficial da Ordem de Instrução Pública (1978), a Comenda da Ordem do Infante D. Henrique (1986), a Medalha de Mérito Cultural do Governo de Macau (1989), a Medalha de

---

[67] Mulher que vivia e trabalhava em pequenas embarcações pesqueiras chamadas tancás.

Valor do Governo de Macau (1995), o grau de Grande Oficial da Ordem Militar de Santiago de Espada (1998), o título de Cidadão Emérito de Macau (1999) e a Medalha de Mérito Cultural da Região Administrativa Especial de Macau (2001) (Rangel 2006: 101-102).

Em 2003, foi eleito académico correspondente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa e, em 2004, recebeu o Prémio Identidade do Instituto Internacional de Macau, destinado a contemplar "(…) personalidades ou instituições que, pela sua acção, obra e exemplo, hajam contribuído, activa e significativamente, para a preservação e o reforço da identidade de Macau" (Rangel 2006: 100). O Instituto Internacional de Macau quis homenagear, "(…) com toda a justiça, o escritor, o professor, o jurista, o bibliotecário e o dirigente dedicado de organismos locais, públicos e privados, que muito contribuiu para a afirmação da identidade cultural de Macau, sendo por muitos considerado o patriarca da comunidade" (Rangel 2006: 103).

Henrique de Senna Fernandes, não obstante problemas de saúde que têm limitado a sua intervenção cívica e cultural, continua a ser um membro activo de várias organizações, como o Conselho das Comunidades Macaenses e a Confraria da Gastronomia Macaense. Na nota de abertura do seu livro de contos *Nam Van – Contos de Macau*, escreveu: "Se alcancei o meu objectivo, ficarei grato por saber que prestei um serviço à minha terra" (Fernandes 1978: 4). É óbvio que sim.

5. Instituições Macaenses

Algumas instituições macaenses, pela sua antiguidade, reportam-se quase ao início de Macau, tendo sobrevivido, pela sua capacidade de afirmação, até aos nossos dias, como é o caso da Santa Casa da Misericórdia, fundada em 1569 pelo Bispo D. Belchior (Melchior, na forma erudita) Carneiro e ainda agora em funcionamento, cumprindo a missão de apoio social que presidiu à sua criação. Esta foi a segunda mais antiga Misericórdia ultramarina, estabelecida logo a seguir à de Goa (Provedoria da Santa Casa da Misericórdia 1969: 10-14). Ainda hoje, os macaenses sentem-se muito identificados com este organismo, e os seus órgãos sociais são constituídos por

personalidades destacadas da comunidade, tendo muitas delas uma intervenção cívica importante.

A Igreja Católica, por seu lado, com o seu conjunto de congregações, irmandades e outros organismos associados, conseguiu ser a mais perene e consequente de todas as instituições, realizando objectivos de natureza social e educativa, para além do apostolado. Comunidade ligada aos valores cristãos desde os primórdios, os macaenses identificaram-se largamente com a acção missionária e envolveram-se, ao longo da história, no funcionamento desses organismos, participando nas actividades religiosas e colaborando na sua obra social.

A Diocese de Macau teve à sua frente prelados portugueses até vésperas da transição, quando foi designado o primeiro bispo de etnia chinesa, D. Domingos Lam, natural de Hong Kong e formado em Macau, no Seminário de S. José, sendo fluente na língua portuguesa. Coube-lhe preparar a Igreja e os fiéis para a nova situação político-administrativa de Macau. Substituído depois por D. José Lai, natural de Macau e formado no Seminário de Leiria, a Igreja continua a ter um papel da maior relevância na sociedade de Macau, com uma intervenção muito significativa no ensino e através de organismos de solidariedade social, não tendo sido colocado nenhum obstáculo ao seu funcionamento pelas novas autoridades.

No âmbito político-administrativo, a instituição considerada a mais genuína da comunidade foi o Senado de Macau, criado em 1583, vinte e seis anos após a data da fundação de Macau (1557). Nasceu de uma assembleia de moradores que escolheu para sua administração a forma senatorial, baseada nas franquias municipais outorgadas pelo Rei a algumas cidades de Portugal, adoptando, no ano seguinte, o nome de Senado da Câmara, composto por dois juízes ordinários, três vereadores e um procurador da cidade, escolhidos, anualmente, por eleição popular (Gomes 1997: 15).

A denominação de "CIDADE DO NOME DE DEUS, NÃO HÁ OUTRA MAIS LEAL" foi conferida em 1654 por D. João IV "(…) em fé da muita lealdade que conheceu nos cidadãos dela" e, a 13 de Maio de 1810, D. João VI concedeu o honroso título de Leal ao Senado de Macau (Gomes 1997: 114-115). Este organismo – Leal Senado de Macau – ostentou com o maior orgulho esta distinção real e foi sua responsabilidade a gestão da cidade até ao fim da transição. Macau adoptou, desde os primeiros tempos da sua história, o sistema municipal para gestão dos negócios públicos, e nem sempre foi pacífica a articulação de poderes entre o Senado, eleito

localmente, e o Governador, designado pelo poder central em Lisboa (Gomes 1997: 110-114).

Logo após a transferência de administração em 1999, a primeira lei publicada pelas novas autoridades, conhecida por Lei da Reunificação, definiu no seu artigo 15.º, que "(…) os órgãos municipais de Macau previamente existentes são reorganizados para órgãos municipais provisórios sem poder político", passando o Leal Senado a denominar-se Câmara Municipal de Macau Provisória, o mesmo acontecendo com o outro município de Macau, a Câmara Municipal das Ilhas, a que se acrescentou a designação "Provisória", deixando os seus símbolos, carimbos e bandeiras de ser utilizados. Pôs-se fim, desta feita, a uma prática longa de participação cívica e de envolvimento directo dos cidadãos na vida pública. Um ano depois, a Lei n.º 17/2001 de 17 de Dezembro acabaria mesmo, para surpresa de muita gente, por extinguir essas câmaras municipais provisórias, criando, em sua substituição, um instituto público denominado Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (Rangel 2004: 255-256).[68] A cidade de Macau ficou, assim, sem Câmara Municipal e o velho Senado – Leal Senado – deixou definitivamente de figurar entre os órgãos de gestão político-administratriva de Macau.

Na área da educação destaca-se a Associação Promotora da Instrução dos Macaenses (APIM), instituição centenária fundada em 1871 e vocacionada para o desenvolvimento da educação da comunidade macaense. Foi criada após a ordem vinda de Lisboa, em 1870, de expulsão de todos os estrangeiros que leccionavam em Macau, tornando-se, pois, necessário que a comunidade macaense tomasse medidas para que a juventude de Macau não ficasse prejudicada com esta decisão. Através do esforço da Associação, a Escola Comercial Pedro Nolasco foi fundada em 1878 e durou até 1998, ano em que a Escola Portuguesa de Macau foi instalada nesse complexo escolar. A APIM tornou-se, então, membro da Fundação Escola Portuguesa de Macau, tendo, por isso, responsabilidades de gestão deste estabelecimento de ensino cuja língua veicular é a portuguesa.[69] A APIM tem os seguintes objectivos: promover e difundir as línguas e culturas portuguesa e chinesa, realizar cursos extracurriculares e de formação artística e técnico-profissional, conceder bolsas de

[68] Os responsáveis por este novo organismo deixaram de ser eleitos pela população e passaram a ser designados pelo Chefe do Executivo da Região, o que foi mal recebido pelos segmentos mais esclarecidos e activos, quer da comunidade macaense, quer da comunidade chinesa local.

[69] Veja-se: http://www.apim.org.mo/pt/.

estudo, facultar material escolar a alunos carenciados e desenvolver outras acções em prol da juventude local. A APIM também mantém em funcionamento uma biblioteca com livros, na sua maioria, em português e é responsável pela gestão e funcionamento do Jardim de Infância D. José da Costa Nunes, igualmente em língua veicular portuguesa.[70]

Outras instituições educativas que não podem ser olvidadas, dado que lhes coube a responsabilidade de formar gerações de macaenses, tendo o português como língua de ensino, foram o Liceu Nacional Infante D. Henrique e a Escola Primária Oficial Pedro Nolasco da Silva, extintos, juntamente com a Escola Comercial, no momento da criação da Escola Portuguesa de Macau, e ainda o Colégio D. Bosco (escola industrial salesiana) e o Seminário de S. José, com internato e externato.

Muitos organismos recreativos foram criados ao longo dos tempos, funcionando como "(…) centros de convivência, conforme as categorias sociais, de frequência diária (…)", estando a vida clubista no apogeu a meados do século XX, destacando-se então o Clube de Macau, o Grémio Militar (actualmente denominado Clube Militar) e o Ténis Civil, ainda agora em actividade.[71] Outros foram sendo extintos com o passar dos anos, como por exemplo o Clube Desportivo Argonauta, a União Recreativa, o Clube de Caçadores de Tiro aos Pratos e o Ténis Harmonia (Fernandes 1999: 62-63).

Entretanto, foram criadas novas associações plenamente identificadas com a comunidade, como o grupo Dóci Papiaçám di Macau, já referido na secção sobre o patuá, o Conselho das Comunidades Macaenses, cujo papel está explicado na secção seguinte deste estudo, a Associação dos Macaenses, a Associação dos Aposentados, Reformados e Pensionistas de Macau e o Instituto Internacional de Macau.

A Associação dos Macaenses (ADM), instituição sem fins lucrativos fundada em 1996, tem os objectivos de estabelecer e promover a solidariedade entre os macaenses, defender a identidade cultural e dignificar a presença da comunidade macaense, no território e fora dele, e a realização de acções de beneficência.[72]

---

[70] Veja-se: http://www.apim.org.mo/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=78&Itemid=148&lang=pt.

[71] Além do ténis, a modalidade desportiva com a qual a comunidade macaense mais se identificou foi o hóquei em campo, muito intensamente praticado através do prestigiado Hóquei Clube de Macau.

[72] Veja-se: http://www.admac.org/macau/htm/index_p/main_p.htm.

A Associação dos Aposentados, Reformados e Pensionistas de Macau (APOMAC), constituída em 2001, organiza convívios, palestras, excursões e visitas, e faculta exames médicos e tratamentos destinados a idosos. Também se ocupa de questões relacionadas com pensões e reformas dos seus associados junto dos serviços oficiais competentes e promove a participação em acções de beneficência.[73]

Em 1999 foi criado o Instituto Internacional de Macau (IIM), uma organização não-governamental que promove a nível internacional a identidade cultural, económica e social de Macau, tendo como objectivo contribuir significativamente para o desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau. O IIM veio complementar as áreas de intervenção dos organismos macaenses, adicionando-lhe a dimensão académica e intelectual, realizando estudos sobre Macau, articulando o seu funcionamento com universidades e outras instituições de ensino superior locais e do exterior, e mantendo uma relação activa com a Europa e o mundo lusófono. Ao longo da sua primeira década de funcionamento, editou largas dezenas de títulos, em resultado dos seus trabalhos de investigação académica.[74]

Quer antes, quer depois da transição, o Governo de Macau, reconhecendo a importância das instituições macaenses, tem apoiado financeiramente o seu funcionamento e desenvolvimento. É muito positivo constatar o dinamismo e a afirmada utilidade destas instituições, que souberam sobreviver e crescer para além da transferência do exercício da soberania.

6. A Diáspora Macaense

Ao longo dos séculos, Macau, pela sua posição privilegiada na costa meridional da China, com um estatuto próprio, foi recebendo gente de muitas partes do mundo, atraída pelas amplas oportunidades comerciais oferecidas, pelo propósito de consolidar uma presença ligada a Portugal, para viabilizar a acção missionária da Igreja Católica e de várias igrejas protestantes, ou pelo acolhimento garantido a refugiados que, em tempos de crise, ali sempre encontraram abrigo e protecção.

---

[73] Veja-se: http://www.apomac.net/apomac/pt/index.php?lang=pt.
[74] Veja-se: http://www.iimacau.org.mo.

Nos finais do século XIX, a partir da instalação de possessões de outras potências ocidentais na China, com especial relevo para Xangai, que teve um estatuto de cidade internacional, e Hong Kong, onde os ingleses se estabeleceram em 1841, muitos estrangeiros então residentes em Macau e famílias macaenses começaram a emigrar para esses locais, fixando-se, especialmente, em Hong Kong, Xangai e Singapura, onde tiveram uma presença muito activa e influente. Esta foi a primeira fase da diáspora macaense (Silva 2007: 9-10).

Em Hong Kong, tal como aconteceu em Xangai, os macaenses juntavam-se em bairros próprios. Mato Morro, Yaumatei, Tsimshatsui e Homantin eram zonas de Hong Kong densamente populadas por famílias macaenses (Silva 2007: 35-37), que tinham os seus clubes recreativos, as suas equipas de desporto e até uma escola, a Escola Camões, para os seus filhos estudarem em português (Silva 2007 42-63).

Macau não foi ocupado pelos japoneses durante a 2.ª Guerra Mundial porque Portugal manteve um estatuto de neutralidade, mas a população passou por períodos muito difíceis, de fome, pobreza e doenças, situação agravada pela chegada de milhares de refugiados provenientes de terras vizinhas. A ocupação nipónica de vastas áreas da Ásia oriental provocou a saída de estrangeiros que ali residiam e muitas famílias macaenses regressaram à terra natal.[75] (Silva 2007: 32-33). No fim da guerra, muitos membros dessas famílias retornaram a Hong Kong e, dadas as incertezas da situação política da China, por causa da guerra civil que opunha os comunistas aos nacionalistas, que estavam no poder, e, sobretudo, após a implantação do novo regime em Pequim em 1949, começaram a emigrar em grande número para os Estados Unidos da América e depois também para o Canadá e para a Austrália, constituindo Portugal uma outra alternativa (Silva 2001: 92).

Quanto às famílias macaenses residentes em Xangai, a opção que lhes restou foi a de voltarem para Macau numa situação de grande carência, o que obrigou as autoridades locais a um esforço extraordinário para as acolher, ainda no período da guerra, ou já depois da implantação do regime comunista na China, que fez afugentar quase toda a população estrangeira. No entanto, a falta de emprego e de perspectivas de vida, bem como o desejo de procurar outras oportunidades fizeram com que, nos

[75] Estrangeiros que permaneceram em Hong Kong, incluindo portugueses originários de Macau, alguns dos quais serviram como voluntários nas forças de defesa britânicas, foram barbaramente torturados e mortos pelos japoneses. Muitos foram enviados para campos de concentração (Silva 2007: 28-31).

finais dos anos 40 e durante as décadas de 50 e 60, os refugiados de Xangai e macaenses residentes em Macau emigrassem para a América do Norte e também para o Brasil, Austrália e Portugal. Muitos nunca mais voltaram à terra-mãe (Doré *et al.* 2001: 177).

Os macaenses emigrados juntaram-se em associações sem fins lucrativos, como as Casas de Macau, centros recreativos onde são também promovidas iniciativas de divulgação de Macau e da comunidade macaense, como palestras, exposições, cursos e concursos de culinária, récitas em patuá, grupos corais, além dos *chás gordos* em dias de festa. Estas associações têm revelado uma grande vitalidade no seu funcionamento e intensificaram as suas actividades a partir da década de 90 graças a apoios substanciais do Governo de Macau e de algumas fundações.

Estas são as principais associações macaenses no estrangeiro:

- União Macaense Americana (Hillsborough, Califórnia), que é a mais antiga, tendo acabado de completar 50 anos de existência, e que foi contemplada este ano com o Prémio Identidade do Instituto Internacional de Macau;
- Casa de Macau em Portugal (Lisboa) (http://www.casademacau.pt/);
- Casa de Macau de São Paulo, Brasil (http://www.casademacausp.com.br/);
- Casa de Macau do Rio de Janeiro, Brasil (http://casademacaurj.com/)
- Casa de Macau Inc. Australia (Sydney) (http://www.casademacau.org.au/);
- Club Lusitano, Hong Kong;
- Lusitano Club of California (São Francisco) (http://www.lusitanousa.org/);
- Casa de Macau USA (Inc.) (São Francisco);
- Casa de Macau no Canadá (Toronto) (http://www.casademacau.ca/);
- Macao Club (Toronto);
- Club Amigu di Macau (Toronto);
- Macau Cultural Association of Western Canada (Vancouver) (http://www.casademacau.net/);
- Casa de Macau Vancouver, Canadá (http://www.casademacau.org/).

Como se pode ver, "(…) esta impressionante diversidade traduz bem a riqueza da nossa diáspora e a pujança de comunidades que têm nas suas Casas e demais associações congéneres os seus centros de convívio e de solidariedade social e os seus

organismos aglutinadores e representativos" (Rangel 2004: 15). As Casas de Macau podem ser "(…) verdadeiras extensões de Macau (…)" através da prestação de "(…) serviços valiosíssimos nos campos económico, cultural e social (…)", uma vez que muitos dos seus membros têm boa formação académica e profissional, podendo ser "(…) os melhores e mais qualificados agentes de promoção de Macau", colaborando na divulgação económica e turística do território e participando em eventos como feiras e exposições, encontros e conferências para "(…) projectar Macau nas cidades e nos países onde se situam". Algumas, por sua própria iniciativa, já o fazem, mas precisam de mais meios para continuar (Rangel 2004: 265).

A realização de Encontros das Comunidades Macaenses, organizados regularmente em Macau desde 1993, em parceria com instituições locais e com o apoio do Governo de Macau, promoveu uma ligação muito mais estreita entre essas associações e reforçou as suas relações com Macau. Nestes Encontros, além de actividades recreativas e sociais, são apresentadas récitas e outras iniciativas culturais, como lançamentos de livros, palestras e visitas. Verdadeiras romagens de saudade, os Encontros são importantes não só porque permitem aos macaenses emigrados visitar a terra que deixaram e fortalecer as raízes que os prendem à terra-mãe, mas também porque promovem reuniões de famílias e amigos, residentes locais e do exterior, em reencontros tocantes e cheios de alegria (Rangel 2004: 234).

Depois de 1999, os Encontros continuaram, sob a égide da Associação Promotora da Instrução dos Macaenses até ao início do funcionamento do Conselho das Comunidades Macaenses, em Novembro de 2004. Este Conselho é uma instituição de direito privado cujo objectivo principal consiste na integração dos interesses e anseios da comunidade macaense da diáspora e a sua articulação com organismos locais da mesma comunidade. O Conselho integra organizações macaenses não-governamentais da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) e as Casas de Macau e organismos similares no exterior, sendo as seguintes as suas principais atribuições:

> (…) contribuir para a definição de uma actividade global de promoção e reforço dos laços que unem as comunidades macaenses entre si e a RAEM (…); promover e encorajar o associativismo e intensificar a articulação entre as diversas organizações da comunidade macaense locais e da diáspora, nomeadamente através da realização de encontros, colóquios, congressos e outras iniciativas que visem a análise e o debate de temas do interesse das comunidades; propor ao Governo da RAEM modalidades concretas de apoio

> às organizações não-governamentais macaenses quer locais quer no exterior, bem como a celebração de protocolos com entidades interessadas, tendo em vista, designadamente, a execução de trabalhos de investigação, cursos de extensão universitária, acções de formação e intercâmbio de informação (Rangel 2004: 236).

Em Julho de 2009, teve lugar, em Macau, por iniciativa do Conselho das Comunidades Macaenses, em conformidade com um dos seus objectivos estatutários,[76] o primeiro Encontro da Comunidade Juvenil Macaense. Os jovens participantes foram cerca de 200, 54 dos quais oriundos das Casas de Macau no estrangeiro, e demonstraram entusiasmo em relação à divulgação das suas raízes.[77] Este esforço de trazer os jovens da diáspora para Macau e para os fazer participar nas festividades da comunidade é, evidentemente, necessário: "É claro que as novas gerações, que nasceram e vivem em terras da Austrália, América, Canadá, Brasil, criaram uma outra mentalidade e outros interesses, determinados pelo meio em que desenvolvem a sua actividade e defendem a segurança do seu futuro. Não é, pois, de admirar que tenham sido absorvidos por culturas diversas e diferentes formas de vida. Mas também é certo que procuram manter vivos os elos que os ligam à terra natal, através de clubes, associações, centros culturais e bibliotecas, festas típicas, onde se respira uma atmosfera portuguesa e um arreigado amor à terra dos seus antepassados" (Machado 2002: 110-111).

Está marcado para Novembro/Dezembro de 2010 um novo Encontro das Comunidades Macaenses, prevendo-se a participação de mais de 1000 representantes da diáspora macaense. Em reconhecimento dos apoios dados à comunidade, na última década da administração portuguesa, será convidado de honra, conforme anúncio já feito pela comissão organizadora, o General Vasco Rocha Vieira, último Governador de Macau.

---

[76] "(…) promover junto das camadas jovens da diáspora melhor conhecimento de Macau, terra dos seus antepassados, articulando formas de contactos com os jovens da RAEM (…)" (http://www.apim.org.mo/ccm/estatutos.html).

[77] Veja-se: http://www.hojelusofonia.com/encontro-da-comunidade-juvenil-macaense.

Capítulo III

A Comunidade Macaense Face ao Estatuto Actual de Macau

1. A Questão de Macau

Para a China, nunca houve dúvidas de que Macau era território chinês e que a presença portuguesa era meramente temporária, pois Macau haveria de, um dia, voltar à "Mãe-Pátria". Segundo os chineses, a soberania foi sempre chinesa, tendo os portugueses estado apenas a exercê-la na sua administração. Daí que, no período de transição, se tivesse insistentemente, no discurso político das duas partes, referido que estava em preparação a transferência do exercício da soberania e não a transferência da soberania.

A 15 de Dezembro de 1960, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas votou a favor da descolonização das províncias ultramarinas portuguesas. Seis meses depois, a 30 de Junho de 1961, Salazar afirmaria, na Assembleia Nacional, que a soberania portuguesa em Macau se fundamentava em velhos tratados entre o Reino de Portugal e o Celeste Império, e que se estes textos jurídicos se mantinham em vigor, então Macau deveria continuar português pois, caso contrário, seria absorvida pela China, ficando o mundo ocidental culturalmente mais pobre (Fernandes 2000: 172-173).

Em Dezembro de 1961, a Índia tomou pela força Goa, Damão e Diu, sendo em Maio do ano seguinte repatriados os 4600 reféns portugueses para Lisboa (Fernandes 2000: 176-181).

De facto, os anos 60 e 70 do século XX foram muito turbulentos. Portugal perdeu as possessões indianas, com mais de 400 anos de presença continuada portuguesa, estalou o conflito armado na então África portuguesa, começou, em 1965-66, a revolução cultural na China, que duraria quase uma década, com consequências nefastas,[78] e, em Portugal, deu-se o 25 de Abril (1974), com a queda do Estado Novo e uma mudança radical da política ultramarina.

No ano seguinte, Portugal concedeu a independência aos territórios ultramarinos de África, Timor foi ocupado pelos indonésios e foi posta, novamente, em cima da mesa, a questão de Macau, o que causou algum receio na população local, sendo que foi o próprio Governador de Macau, General Nobre de Carvalho (1966-74),

---

[78] "Após uma década de calamidades devastadoras, a nação chinesa começou a afundar-se num eminente sentimento de crise, com a plena consciência do seu atraso em relação ao resto do Mundo" (Jin e Wu 2007: 496).

a confirmar "(…) a existência de uma certa expectativa ou, mesmo, perturbação no espírito da comunidade macaense pela insistência com que se fala em descolonização, autodeterminação e independência, sem se referirem à especial situação de Macau (…)" (Fernandes 2000: 336).

Em Janeiro de 1975, Portugal reconheceu a República Popular da China como o único e legítimo representante do povo chinês, mas apenas em 1979 foram, oficialmente, estabelecidas relações diplomáticas entre os dois países.[79] A situação de Macau é referida como questão a resolver em momento oportuno e o Governador Garcia Leandro (1974-79) afirmaria que a China está "(…) interessada em manter o *status quo* em Macau, nos próximos anos" (Fernandes 2000: 363). Coube a este responsável conduzir o processo que levou à aprovação e publicação, em Fevereiro de 1976, do novo Estatuto Orgânico de Macau, que vigorou até 19 de Dezembro de 1999 e, através do qual, Macau passou a ser "um território sob administração portuguesa" (Estatuto Orgânico de Macau 1976: 3).[80]

Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, dois dos raríssimos investigadores com domínio completo das línguas portuguesa e chinesa e que contribuíram decisivamente para facilitar o acesso às fontes históricas existentes nos dois países, argumentam que Macau, como ponto de encontro de culturas e a porta de entrada para a China e de saída de chineses para o resto do mundo, desempenhou um papel fundamental na história moderna da China:

> Sem as funções de *interface* (…) que o Território desempenhou ao longo da história, entre os dois Mundos, a diferença, distanciamento e conflitos entre a China e o Ocidente teriam sido inevitavelmente muito maiores do que aqueles que conhecemos. No que toca à interacção histórica entre a China e o resto do Mundo, sem o aparecimento de Macau, todo o processo histórico do Mundo talvez não tivesse tido as estruturas que hoje lhe conhecemos. Nem o Mundo seria aquele em que actualmente vivemos, nem a China o que é.
> Esta afirmação em relação às funções históricas de Macau parece um pouco exagerada, mas, se reflectirmos bem sobre o que se passou, de forma a corroborar a nossa asserção, talvez não seja. (…) Na História moderna da

[79] Cortadas desde 1949, por Portugal não ter reconhecido o regime comunista então estabelecido em Pequim, após a guerra civil chinesa. Portugal manteve as relações com o anterior governo, que se instalou em Taiwan.

[80] Os outros governadores, neste período até 1999, foram o General Nuno Viriato de Melo Egídio (1979-81), o Contra-Almirante Vasco de Almeida e Costa (1981-86), o Professor Joaquim Pinto Machado (1986-87), o Engenheiro Carlos Montez Melancia (1987-91) e o General Vasco Rocha Vieira (1991-99).

> China, Macau tem sido um ponto de partida para os Chineses conhecerem o Mundo e para irem ao encontro dele (Jin e Wu 2007: 493).

Interessava, pois, à China, que Macau continuasse a desempenhar esta função. A Constituição da República Popular da China (1982) estipula que o Estado pode estabelecer, quando necessário, regiões administrativas especiais e que os sistemas a aplicar nessas regiões serão decididos através de leis pela Assembleia Popular Nacional, segundo a situação concreta. Após negociações entre os dois Estados, e na sequência de idêntico processo respeitante a Hong Kong, foi assinada, em 1987, a Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau, um acordo que estabeleceu 19 de Dezembro de 1999 como o último dia de administração portuguesa (Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau 1995: 10). Esta Declaração começa por dizer o seguinte:

> O Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular da China, recordando com satisfação o desenvolvimento das relações amistosas entre os dois Governos e os dois povos existentes desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, acordaram em que uma solução apropriada da questão de Macau legada pelo passado, resultante de negociações entre os dois Governos, seria propícia ao desenvolvimento económico e estabilidade social de Macau e a um maior fortalecimento das relações de amizade e de cooperação entre os dois países (Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau 1995: 5).

Além da data da transição, este documento estipula a criação da Região Administrativa Especial de Macau, em conformidade com o princípio "um país, dois sistemas", onde será mantido o sistema social e económico vigente durante cinquenta anos a contar de 20 de Dezembro de 1999, não sendo, até 2049, aplicados o sistema e políticas socialistas. A RAEM gozará de um alto grau de autonomia, tendo poderes executivo, legislativo e judicial, sendo que as relações externas e a defesa são da competência do Governo Popular Central. Serão assegurados todos os direitos e liberdades dos cidadãos de Macau: liberdade pessoal, de expressão, de imprensa, de reunião, de associação, de deslocação e migração, de greve, de escolha de profissão, de investigação académica, de religião e de crença, de comunicações e o direito à propriedade privada. O território terá independência financeira, continuando a moeda

local, a Pataca, em circulação, a sua própria bandeira e responsabilidades nas áreas da cultura, educação, ciência e tecnologia, e defesa do património cultural em Macau. A língua portuguesa poderá ser usada nos organismos do governo, no órgão legislativo e nos tribunais (Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau 1995: 6-8).

A partir da assinatura deste documento, começou a ser preparada a transição, observando-se, de igual modo, o que estava a ser feito na cidade vizinha de Hong Kong, cuja transferência estava agendada para 1 de Julho de 1997.

Ao longo dos doze anos que se seguiram à assinatura da Declaração Conjunta, o Governo de Macau apostou na criação de várias infra-estruturas importantes, sendo a mais significativa a inauguração do aeroporto internacional a 8 de Dezembro de 1995, uma "(…) aspiração constantemente adiada de sucessivas gerações. Com a sua própria companhia aérea – a Air Macau – o território ganhou então uma nova dimensão e ligações directas a outras partes do mundo, deixando de ser um enclave com entrada e saída obrigatória através de Hong Kong, por via marítima, e acesso apenas à província chinesa de Guangdong, pela fronteira terrestre" (Rangel 2004: 93). Foram também construídos escolas e centros de saúde, assim como estradas, pontes, estações de tratamento de águas, recintos desportivos, jardins, parques e outras zonas de lazer, um terminal de contentores, um novo terminal marítimo e ainda novas instalações para os serviços públicos, de onde se destacam os edifícios da Assembleia Legislativa e dos tribunais superiores. Para se efectuarem estas novas construções, foram feitos aterros que permitiram que o investimento imobiliário florescesse de uma maneira nunca antes vista (Rangel 2004: 93). Foi extremamente útil o facto de o território não ter dívidas nem falta de fundos:

> Não obstante a crise asiática, que afectou fortemente toda a vasta área geográfica em que Macau se insere e que obrigou a redobradas cautelas na gestão financeira do território, foi possível trabalhar com orçamentos equilibrados e sem recurso à dívida. Houve, felizmente, meios para tudo e foi com saldos orçamentais que se fizeram as infra-estruturas e se fez uma aposta decisiva na educação, na saúde, na habitação e na acção social. As abundantes receitas dos casinos e de outros jogos de fortuna e azar, num território onde os impostos são baixíssimos, permitiram assegurar a realização plena dos empreendimentos projectados pelo Governo.
> Quando o chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau tomou posse, não só recebeu um território preparado para se afirmar no futuro e com um rendimento "per capita" superior a 14 mil dólares americanos, como

também herdou significativas reservas cambiais, suporte seguro para a moeda local, a pataca, que se manteve após a transição (Rangel 2004: 95-96).

Durante o período de transição, houve a preocupação de salvaguardar os valores e interesses portugueses em Macau após 1999. Os governos de Macau e de Portugal tomaram um conjunto de iniciativas nesse sentido, nas quais se incluem a instalação do Consulado Geral de Portugal no território, a fundação da Escola Portuguesa de Macau, cujo currículo é semelhante ao das escolas em Portugal e sendo reconhecida pelo Ministério da Educação, a viabilização do funcionamento do Instituto Português do Oriente, cujo objectivo é divulgar a língua e cultura portuguesas, a criação, em Lisboa, do Centro Científico e Cultural de Macau, que tem como propósito perpetuar a memória da presença portuguesa no Oriente, o apoio à continuidade da presença económica e empresarial portuguesa e a manutenção da comunicação social de língua portuguesa nas três vertentes: rádio, televisão e imprensa (Baptista e Oliveira 1999: 194-195).[81]

A transferência do exercício da soberania foi um marco histórico, pois Macau foi a primeira base duradoura dos portugueses na China e conseguiu ser também o último território sob administração estrangeira a ser devolvido à China:

> A entrega da administração de Macau à China foi um momento histórico marcante. Para Portugal e para a República Popular da China. Ela encerra, com efeito, um ciclo de mais de cinco séculos da História de Portugal. Um ciclo iniciado no século XV pelo Infante D. Henrique e que levou os portugueses aos cinco cantos do mundo, desde o Brasil ao Japão, passando pela África, Índia, Timor e China.
> Momento histórico, também, do ponto de vista da China. Com o regresso de Macau, o Império do Meio reapossou-se da última parcela do seu território administrado por uma potência estrangeira. Portugal foi o primeiro país ocidental a instalar-se duradouramente na China. E foi o último – depois de potências bem mais poderosas e expansionistas – a arraiar [*sic*] a sua bandeira, que flutuou na Cidade do Nome de Deus durante 442 anos (Castanheira 2000: 7)

José Pedro Castanheira relata, assim, a cerimónia da descida da bandeira portuguesa no Palácio do Governo a 19 de Dezembro de 1999, um momento de extraordinária emoção, cujas imagens correram mundo:

---

[81] Macau continua, mais de dez anos após a transição, a ter um canal de televisão e uma estação de rádio em português e são ali publicados três jornais diários e um semanário em língua portuguesa.

> Às 17.03 horas, ouvem-se os primeiros acordes de "A Portuguesa". Um agente da polícia, farda azul, boina vermelha, luvas brancas, puxa lentamente o cordão do mastro. Resignada mas grave e honrada, a bandeira verde-rubra começa a descer. Entre a multidão, ouve-se distintamente, em volume crescente, as estrofes de Alfredo Keil: "…o esplendor de Portugal/ Entre as brumas da memória/ Ó Pátria…" Cronometricamente, a bandeira chega ao fim da derradeira viagem quando a banda dá os últimos acordes e o coro, improvisado e espontâneo, entoa a frase final: "Contra os canhões/ Marchar, marchar!" Entre a multidão, ouvem-se algumas palmas. A maioria, porém, guarda silêncio, respeitoso e triste. Há lágrimas, muitas, em muitos rostos. Indistintamente: de inúmeros portugueses, sobretudo de macaenses, de alguns chineses. Dentro e fora do palácio.
> A bandeira é recolhida por dois polícias, que a dobram cautelosa e cerimoniosamente. Colocada, com delicadeza, em cima de uma bandeja de prata, é transportada por um outro polícia até ao governador. Rocha Vieira recebe-a com ambas as mãos e encosta-a de pronto ao coração. Incapaz de se controlar, deixa rolar as lágrimas pela face. Depois, caminha até à passadeira vermelha. Vira-se para a fachada do palácio, olha uma última vez para o escudo cravado na parede cor de rosa e faz uma curta mas sentida vénia. Só então se dirige para o exterior; passo decidido, bandeira das quinas ainda colada ao peito, entra no Mercedes preto e deixa o Palácio. Para sempre (Castanheira 2000: 324).

Seguiu-se um conjunto de cerimónias oficiais que incluíram uma bonita e muito sentida sessão cultural, entendida pelo público como a festa de despedida de Portugal, o banquete oferecido a 2500 convidados, entre os quais representantes de muitos países e de organizações internacionais, a curta e profundamente simbólica sessão das bandeiras, quando, exactamente à meia-noite, foi içada a bandeira da R.P.C., ao mesmo tempo que era arriada a verde-rubra, e a tomada de posse das novas autoridades.

Este foi um dia muito duro para muitos macaenses, ao verem a bandeira de Portugal descer, pela última vez, na sua terra: "Foi o fim de um tempo e o começo de uma nova experiência política que todos, especialmente os que aqui continuaram a viver, querem que seja bem sucedida" (Rangel 2004: 96).

2. A RAEM e a Lei Básica

Renelde da Silva identifica quatro períodos distintos na história de Macau, desde 1557, a data da sua fundação, até 1999, o ano final da transição:

> O primeiro começou em 1557 e terminou em 1583. Durou 26 anos. Governou Macau o capitão-mór de viagens de Japão e China. Como este estava quase sempre ausente em viagem de negócios, quem o substituía, na sua ausência, era um cidadão eleito.
> O segundo foi desde 1583 até 1833. Durou 250 anos. Governou a cidade o Leal Senado, uma autoridade colectiva, apesar da existência de outros titulares (capitães-móres, capitães-gerais ou governadores).
> O terceiro foi desde 1833 até 1976. Durou 143 anos. Com a redução do Leal Senado a simples município, Macau passou a ser uma colónia, tendo à testa governadores de restrita autoridade, nomeados e controlados pelo Governo Central. Na parte final deste período, a designação de colónia foi substituída pela da província ultramarina.
> O quarto foi desde 1976 até 1999. Durou 23 anos. Macau foi declarado Território Chinês sob Administração Portuguesa, tendo à testa um governador português. Teve então a sua autonomia (Silva 2001: 89-90).

Actualmente, encontramo-nos numa situação nova, iniciada a 20 de Dezembro de 1999. O nome oficial de Macau é Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) da República Popular da China. Não é regido pela Constituição Chinesa mas sim pela Lei Básica, cujos princípios tinham sido acordados na Declaração Conjunta Luso-Chinesa: "A Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau incorporou (…) os grandes princípios do acordo firmado com Portugal. No corpo da lei ficaram referidos todos os direitos, liberdades e garantias de que já gozavam os habitantes de Macau" (Rangel 2004: 93). É afirmado, no Artigo 5.º, que, até 2049, não serão aplicados em Macau o sistema e políticas socialistas, "(…) mantendo-se inalterados durante cinquenta anos o sistema capitalista e a maneira de viver anteriormente existentes" (Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau 1999: 4).

O Artigo 9.º define as línguas oficiais de Macau como sendo a língua chinesa e a língua portuguesa, podendo esta ser também usada nos órgãos executivo, legislativo e judicial.

São dois os artigos que se referem à liberdade religiosa: o Artigo 34.°, que afirma que os residentes gozam de liberdade de consciência e de crença religiosa, podendo pregar, promover e participar em actividades religiosas em público, e o Artigo 128.°, onde é dito que "De acordo com o princípio da liberdade de crença

religiosa, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau não interfere nos assuntos internos das organizações religiosas, nem na manutenção e no desenvolvimento de relações das organizações religiosas e dos crentes com as organizações religiosas e os crentes de fora da Região de Macau. Não impõe restrições às actividades religiosas que não contrariem as leis da Região Administrativa Especial de Macau" (Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau 1999: 53).

No Artigo 28.°, é declarado que a liberdade pessoal dos residentes é inviolável e que ninguém poderá ser submetido a tortura ou outros actos desumanos. As liberdades dos residentes são também explicadas nos Artigos 25.° e 27.°: "Os residentes de Macau são iguais perante a lei, sem discriminação em razão de nacionalidade, ascendência, raça, sexo, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução e situação económica ou condição social" e "Os residentes de Macau gozam da liberdade de expressão, de imprensa, de edição, de associação, de reunião, de desfile e de manifestação, bem como do direito e liberdade de organizar e participarem associações sindicais e em greves" (Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau 1999: 14-15).

No conceito de residentes permanentes de Macau, contido no Artigo 24.º, estão incluídos "Os portugueses nascidos em Macau que aí tenham o seu domicílio permanente antes ou depois do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau" e "Os portugueses que tenham residido habitualmente em Macau pelo menos sete anos consecutivos, antes ou depois do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau e aí tenham o seu domicílio permanente" (Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau 1999: 13-14).

O Artigo 42.° refere-se, especificamente, aos macaenses: "Os interesses dos residentes de ascendência portuguesa em Macau são protegidos, nos termos da lei, pela Região Administrativa Especial de Macau. Os seus costumes e tradições culturais devem ser respeitados" (Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China 1999: 19) Durante os cinquenta anos da RAEM, a comunidade macaense está legalmente protegida.

O funcionamento da Escola Portuguesa de Macau, com professores portugueses e material didáctico vindo de Portugal, encontra-se assegurado no Artigo 122.°, sobre a liberdade no ensino:

> Os estabelecimentos de ensino de diversos tipos, anteriormente existentes em Macau, podem continuar a funcionar. As escolas de diversos tipos da Região Administrativa Especial de Macau têm autonomia na sua administração e gozam, nos termos da lei, da liberdade de ensino e da liberdade académica.
> Os estabelecimentos de ensino de diversos tipos podem continuar a recrutar pessoal docente fora da Região Administrativa Especial de Macau, bem como obter e usar materiais de ensino provenientes do exterior. Os estudantes gozam da liberdade de escolha dos estabelecimentos de ensino e de prosseguimento dos seus estudos fora da Região Administrativa Especial de Macau (Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China 1999: 51-52).

Sendo a RAEM território chinês, foi estabelecido que, para exercer certos cargos, seja obrigatório ter a nacionalidade chinesa, além de ser residente permanente de Macau.[82] As posições reservadas a chineses são as de Chefe do Executivo[83] (Artigo 46.°), membros do Conselho Executivo (Artigo 57.°), os principais cargos do Governo[84] (Artigo 63.°), Presidente e Vice-Presidente da Assembleia Legislativa[85] (Artigo 72.°) e Presidente do Tribunal de Última Instância (Artigo 88.°). Esta restrição não é colocada aos presidentes dos tribunais das outras instâncias (Artigo 88.°), aos juízes dos tribunais das diferentes instâncias (Artigo 87.°) e aos deputados da Assembleia Legislativa (Artigo 68.°), havendo, neste momento, alguns deputados macaenses e estando ainda ao serviço das estruturas judiciais vários magistrados recrutados em Portugal, colocados nas três instâncias.

Os funcionários e agentes públicos da RAEM devem ser residentes permanentes de Macau, excepto nos casos em que o território decidir contratar técnicos especializados e funcionários públicos de categorias inferiores (Artigo 97.°). O Artigo 99.° diz que "A Região Administrativa Especial de Macau pode nomear portugueses e outros estrangeiros de entre os funcionários e agentes públicos que tenham anteriormente trabalhado em Macau, ou que sejam portadores do Bilhete de Identidade de Residente Permanente da Região Administrativa Especial de Macau,

---

[82] Artigo 21.°: "Os cidadãos chineses de entre os residentes da Região Administrativa Especial de Macau participam na gestão dos assuntos do Estado, nos termos da lei" (Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau 1999: 11).
[83] Que deverá ter residido em Macau pelo menos vinte anos consecutivos.
[84] Cujos ocupantes deverão ter residido em Macau pelo menos quinze anos consecutivos.
[85] Que deverão ter residido em Macau pelo menos quinze anos consecutivos.

para desempenhar funções públicas a diferentes níveis, exceptuando as previstas nesta Lei. Os respectivos serviços públicos da Região Administrativa Especial de Macau podem ainda contratar portugueses e outros estrangeiros para servirem como consultores ou em funções técnicas especializadas" (Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau 1999: 42).

Quanto aos aposentados de Macau, a RAEM garante-lhes o pagamento das suas pensões, independentemente da sua nacionalidade e do seu local de residência (Artigo 98.°).

Houve, de facto, a preocupação de assegurar a maior continuidade possível na maneira de viver da população e no modo de funcionamento da administração pública, merecendo também menção o facto de, na elaboração da Lei Básica, não terem sido envolvidos só chineses, mas também macaenses, entre os quais o Presidente da Assembleia Legislativa de Macau, e até o Bispo da Igreja Católica de Macau.

3. O Legado

Após mais de 400 anos de presença portuguesa em Macau, vemos, nos monumentos e velhos edifícios, marcas do passado do território que nos convidam a descobrir a sua história:

> As velhas pedras são as marcas físicas da presença portuguesa em Macau e para além delas há sempre uma história por adivinhar. Não interessa que os canhões já não sejam os de Bocarro, que o são na nossa memória; nem importa saber o nome de quem deu o brado de fogo na noite da destruição de S. Paulo, que houve alguém; nem quantas vidas salvou o farol da Guia, que lhas devem. Às vezes basta assumir o papel do estrangeiro, daquele que não reconhece, e procurar nos elementos que perduram, mesmo num tabique que apodrece, um fio que seja o princípio de uma descoberta. (…)
> E os prédios, aquilo que sobra da chamada arquitectura colonial portuguesa? São verde alface e têm grandes portadas nas janelas; há-os amarelos com portões de ferro à entrada ou debruados a vermelho sangue. Nas varandas têm vasos de Cantão com plantas ressequidas e roupa a estender nas traseiras (Sá e Falcão 1999: 49-56)

Macau foi, durante muito tempo, uma cidade de vivendas e casarões antigos, residências de famílias macaenses. Hoje, este tipo de habitação é muito raro, pois a cidade (assim como a população) cresceu a ritmo acelerado nas últimas décadas do século XX, sendo agora ocupada por modernos prédios de 30 ou mais andares. Mas Macau é relativamente pequena. O território tem quase 30 quilómetros quadrados, mas o centro histórico apenas 1/8 dessa área, pelo que, em 10 minutos a pé, podemos deixar a azáfama da zona dos casinos e dos novos hotéis e entramos no sossego de um templo, de uma igreja ou de um jardim chinês, quase todos muito bem preservados.

Muitos sentem que o território está a ficar descaracterizado com os novos edifícios, já que o que o torna diferente de outras cidades chinesas são as marcas da presença portuguesa. Jin Guo Ping e Wu Zhiliang afirmam que

> Uma confluência a todos os níveis entre culturas diferentes, da China e do Ocidente, constitui o encanto perene de Macau. A conotação e o valor intrínseco da cultura de Macau constituem uma força motriz para o seu desenvolvimento e, também, uma sólida base para novas conquistas. Trata-se de uma herança preciosa, um capital inesgotável para o desenvolvimento futuro de Macau. Não só devemos apreciá-la e protegê-la, mas, e mais importante ainda, sistematizá-la, investigá-la, cultivá-la e senti-la com o coração para realçar o seu espírito e significado, a fim de que possa desempenhar melhor as suas funções, contribuindo para o progresso e desenvolvimento de Macau, da China, do Mundo e de toda a Humanidade (Jin e Wu 2007: 519).

Por isso, foi com enorme satisfação que, não só os macaenses, mas também a população de Macau em geral, viram, em 2005, o centro histórico da cidade ser proclamado Património Mundial pela UNESCO, sendo o 31.º local na China a receber este estatuto. Agora sob a protecção da UNESCO, as zonas características de Macau serão preservadas e tidas em conta em futuros projectos urbanos. O centro histórico

> (…) constitui uma representação ainda existente do povoado histórico que marcou os primórdios da cidade, envolvendo legados arquitectónicos entrelaçados no tecido urbano original da mesma, que inclui ruas e praças, tais como o Largo da Barra, o Largo do Lilau,[86] o Largo de Santo Agostinho, o Largo do Senado, o Largo da Sé, o Largo de S. Domingos, o Largo da Companhia de Jesus e o Largo de Camões. Estas praças principais e ambientes urbanos estabelecem a ligação entre uma sucessão de mais de vinte

[86] O Lilau foi um dos primeiros bairros residenciais portugueses. Deu origem ao ditado popular "Aquele que beber da água do Lilau, jamais esquecerá Macau".

> monumentos, que incluem o Templo de A-Má, o Quartel dos Mouros,[87] a Casa do Mandarim,[88] a Igreja de S. Lourenço, a Igreja e Seminário de S. José, o Teatro D. Pedro V,[89] a Biblioteca Sir Robert Ho Tung, a Igreja de Santo Agostinho, o Edifício do Leal Senado, o Templo de Sam Kai Vui Kun, a Santa Casa da Misericórdia, a Igreja da Sé, a Casa de Lou Kau,[90] a Igreja de S. Domingos, as Ruínas de S. Paulo, o Templo de Na Tcha,[91] a Secção das Antigas Muralhas de Defesa,[92] a Fortaleza do Monte,[93] a Igreja de Santo António, a Casa Garden,[94] o Cemitério Protestante[95] e a Fortaleza da Guia (incluindo a Capela e Farol da Guia)[96] (…) (Direcção dos Serviços de Turismo 2009: 17).

A preocupação com a protecção do património está explícita na Lei Básica, no Artigo 125.º: "O Governo da Região Administrativa Especial de Macau protege, nos termos da lei, os pontos de interesse turístico, os locais de interesse histórico e demais património cultural e histórico, assim como protege os legítimos direitos e interesses dos proprietários de património cultural" (Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau 1999: 53).

De facto, as novas autoridades aperceberam-se de que é preciso preservar e valorizar o carácter multicultural de Macau, sendo a herança histórica da cidade uma vantagem no seu futuro desenvolvimento, até porque constitui uma preciosa atracção

---

[87] Assim chamado devido às características mouriscas da sua construção e porque alojou um regimento oriundo de Goa, que veio reforçar o corpo da polícia de Macau.

[88] Antiga residência de Zheng Guanying, importante figura literária chinesa, que revela uma mistura de estilo tradicional chinês com influências ocidentais.

[89] O primeiro teatro de estilo ocidental na China, construído em 1860.

[90] Antiga residência de Lou Kau, um importante mercador chinês, construída segundo o estilo tradicional chinês.

[91] Um pequeno templo construído em 1888 que se situa muito próximo das ruínas de S. Paulo, sendo, por isso, "(…) um dos melhores exemplos da identidade multicultural e da liberdade religiosa de Macau" (Direcção dos Serviços de Turismo 2009: 24).

[92] Construídas a partir de 1569 e são um "(…) testemunho da tradição portuguesa de construir muralhas defensivas em redor das suas cidades portuárias, como em África e na Índia" (Direcção dos Serviços de Turismo 2009: 24).

[93] Construída pelos jesuítas entre 1617 e 1626 e foi a principal estrutura militar defensiva da cidade.

[94] Antiga residência de um rico mercador português, que depois foi alugada à Companhia Inglesa das Índias Orientais. Actualmente, é a delegação da Fundação Oriente, que tem sede em Lisboa.

[95] Onde está sepultado George Chinnery, famoso artista inglês, de quem herdámos pinturas lindíssimas de Macau em finais do século XVIII e na primeira metade do século XIX.

[96] O farol da Guia foi construído em 1865, o primeiro farol moderno na China. O farol, a fortaleza e a capela "(…) são símbolos do passado marítimo, militar e missionário de Macau" (Direcção dos Serviços de Turismo 2009: 25).

turística. Macau tornou-se, também, um importante elo entre a China e o mundo lusófono, já que o Governo Central cedo reconheceu o seu potencial nesta área, em particular nas relações sino-portuguesas,[97] e "Uma das políticas mais importantes do Governo da RAEM é desenvolver Macau como uma plataforma de cooperação económica entre a China e os países de expressão portuguesa" (Gabinete de Comunicação Social 2008: 227). A este propósito, foi criado, em 2003, o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, com secretariado permanente em Macau.

Mas o legado não se limita apenas aos monumentos; engloba, igualmente, valores e pessoas, as "pedras vivas" da história e a sua memória. Para além das igrejas, monumentos e casarões de estilo colonial, os portugueses deixaram em Macau uma forma de estar, suportada por um sistema jurídico e judicial de matriz portuguesa e enriquecida pelos direitos, liberdades e garantias que a Constituição Portuguesa assegurou até 1999 e que foram incorporados na Lei Básica da região, contribuindo, também aqui, para afirmar a sua singularidade. E ficou esta outra herança indiscutivelmente importante: a comunidade macaense, descendente dos soldados, navegadores e mercadores que, em tempos remotos, partiram em busca de novos mundos e chegaram a essas terras distantes. A eles se juntaram funcionários públicos, profissionais das mais diversas áreas ou simples aventureiros em busca de fortuna e gentes vindas de todas as partes do mundo, em busca de paz, refúgio e oportunidades, além dos chineses de Macau, em número sempre crescente, que ali nasceram ou quiseram viver e constituíram o sustentáculo humano indispensável ao seu desenvolvimento. Todos fizeram Macau, marcaram o seu percurso, afirmaram a sua singularidade e deram razão de ser ao estatuto de autonomia que lhe foi reconhecido.

4. O Futuro

[97] "É justo reconhecer que a China soube (…) respeitar e valorizar, com lucidez e pragmatismo, este papel de Macau, vencendo os preconceitos e a ignorância de algumas forças vivas locais. Definiu-se um caminho. Importa prossegui-lo determinadamente, com a mesma lucidez e idêntico pragmatismo" (Rangel 2009: 241).

Dez anos volvidos, podemos constatar que as expectativas foram, em larga medida, correspondidas e a Lei Básica respeitada, o que é essencial para o sucesso de Macau:

> A convivência entre os Chineses e os Portugueses no Território permanece ligada à memória colectiva histórica eterna, enquanto os sedimentos históricos e culturais em Macau, visíveis e invisíveis, serão a pedra basilar e a força motriz para o desenvolvimento e progresso desta terra no futuro. Temos a certeza de que com o empenhamento na política orientadora de "Um país, dois sistemas" e o cumprimento rigoroso da Lei Básica, Macau poderá desempenhar um papel ainda mais activo no processo de modernização da China. O futuro de Macau será então mais promissor (Jin e Wu 2007: 520).

Nas cerimónias comemorativas do 10.º aniversário do estabelecimento da RAEM, realizadas em Macau, em Dezembro de 2009, e que os órgãos de comunicação social locais reportaram larga e intensamente, fizeram-se balanços apropriados nos discursos oficiais proferidos. A nota dominante foi a da confiança no futuro e de regozijo pelo cumprimento da Lei Básica, assim como pela prosperidade que continua a caracterizar o desenvolvimento económico de Macau, não obstante a crise financeira internacional que não deixou ninguém imune. De facto, e apesar de a carga fiscal permanecer muito baixa (12% no máximo), as receitas públicas são abundantes e ampliaram-se substancialmente com a política de liberalização das operações dos jogos de fortuna e azar, nas quais intervêm, agora, empresas locais e interesses económicos do exterior, ligados mormente a Hong Kong e a Las Vegas, que fizeram aparecer muitos mais casinos (são ao todo 35 em funcionamento) e outros recintos de diversões e, com eles, hotéis de impressionante categoria e dimensão, bem como outras actividades que o efeito multiplicador do turismo permitiu criar, expandindo também o emprego e enchendo os cofres da região. Os mais de 30 milhões de turistas, na sua maioria chineses, asseguram o seu funcionamento e estável crescimento.

Também em Lisboa, na mesma altura, por iniciativa da Fundação Jorge Álvares e com a colaboração da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Fundação Calouste Gulbenkian e de outras entidades, foi organizada uma sessão solene no grande auditório da Fundação Gulbenkian, presidida pelo Presidente da República e com a presença do Embaixador da República Popular da China, em que se teceram rasgados elogios à forma como Portugal cumpriu a sua missão em Macau e passou, de

forma muito digna, as responsabilidades políticas e administrativas às autoridades chinesas. Foi também inaugurada uma exposição, entitulada "Macau, Encontro de Culturas", que vai fazendo a sua itinerância por cidades portuguesas, para divulgar o legado que ficou em Macau, após mais de quatro séculos de presença portuguesa.

Por seu lado, a RAEM também preparou as suas exposições, através de serviços oficiais ou utilizando a colaboração e a capacidade de instituições da sociedade civil, como o Instituto Internacional de Macau. Uma delas, inaugurada em Pequim, vai sendo apresentada em outras partes da China. Outras estiveram em Portugal (Lisboa e Porto), no Brasil (São Paulo e Rio de Janeiro) e em cidades dos Estados Unidos da América e Canadá, podendo também ser levadas a outros países de língua oficial portuguesa. O propósito é apresentar os bons resultados alcançados na primeira década da RAEM e dar uma nota de confiança no futuro, revelando as realidades e as potencialidades desta região especial.

Para muitos, as inquietações que se fizeram sentir antes do estabelecimento da RAEM, dissiparam-se ou, pelo menos, atenuaram-se consideravelmente. A comunidade macaense residente, certamente a mais vulnerável neste contexto, adaptou-se às novas circunstâncias e as autoridades, quer as centrais, quer as regionais, deram sinais positivos de quererem continuar a contar com a participação empenhada da comunidade na construção do futuro da região. Não houve situações de discriminação a nível de poder político e, embora alguns casos tenham sido reportados ao nível da administração pública, sobretudo no que respeita a concursos e a promoções, os macaenses foram encorajados a manter um envolvimento activo na vida física e associativa, as instituições macaenses têm sido apoiadas financeiramente e até foram feitos convites a dirigentes de organismos macaenses para visitarem a R.P.C., onde foram recebidos por altas entidades chinesas. É natural, contudo, que algumas desconfianças e receios permaneçam, especialmente no que respeita ao fim da vigência da RAEM, em 2049, e à medida que se vai fazendo, regular e inexoravelmente, a integração de Macau e Hong Kong na vasta área chinesa do Rio das Pérolas, que é uma das de mais espectacular desenvolvimento em todo o mundo.

Quanto aos membros da comunidade que partiram e que engrossaram a diáspora macaense, as atitudes são também mistas, embora de grande abertura e de enorme vontade de verem mantidas as ligações às origens. Os Encontros das Comunidades Macaenses podem estimular o reforço desta ligação.

Francisco Lima da Costa, em *Fronteiras da Identidade – Macaenses em Portugal e em Macau*, apelida os macaenses de "retornados", apesar de afirmar que não pretende sugerir "(…) uma semelhança inequívoca com o processo de retorno dos repatriados das ex-colónias africanas (…)" (Costa 2005: 143). Mas os macaenses não são retornados. Retornados macaenses seriam aqueles que emigraram e depois voltaram para Macau, como alguns fizeram, após constatar que, na prática, pouco tinha mudado depois de 1999. Macau é a nossa terra e, por isso, os que emigram para Portugal estão na mesma situação daqueles que emigraram para outros países da diáspora macaense. A única diferença é que estão culturalmente mais próximos de Portugal, sendo este país como que uma segunda casa para os macaenses.

Existem visões ou perspectivas menos optimistas? Túlio Tomás, que dirigiu os Serviços de Educação de Angola e de Macau e foi Vice-Reitor da Universidade da Ásia Oriental, identificou muito bem esta questão:

> Visão pessimista, sem contrapartida? De modo algum. É que Macau conserva ainda intacta uma parte riquíssima – a mais rica – do seu património: as suas gentes. Os Macaenses de raiz. Muito embora dispersos pelo Mundo, eles todos constituem uma grande Macau, que não se perderá enquanto a força da tradição, em que foram educados, os não abandonar. Mesmo que os chamados ventos da História os varressem da terra onde nasceram, e onde repousam os seus antepassados, eles continuá-la-iam nas sete partidas do mundo onde se acolhessem. Levariam consigo uma cultura multissecular, feita pedra a pedra, mas que, incompreendida por muitos observadores vindos do exterior, é uma indiscutível realidade.
>
> Muitos não se aperceberão dela localmente, mas o facto é que essa cultura se evidencia imediatamente, no seu património, transmitido de tradição em tradição, nos grupos de macaenses que vão fixar-se em terras estranhas. Aí ressalta, imediatamente, a sua personalidade, o seu saber ancestral e, sobretudo, o seu indefectível patriotismo, o seu esforçado apego às coisas portuguesas, tantas vezes mais acendrado que entre os filhos do Portugal europeu, que muitos deles, ainda há pouco, não conheciam. Resta-nos, pois, a consoladora esperança de que, mesmo que as pedras desapareçam, ficarão as almas, e essas são imortais (…) Macau, pois, há-de sobreviver. Serão eles os arautos da Macau rediviva (T. Tomás 1992: 90).

Conclusão

É costume aplicar-se a Macau a metáfora do bambu: assolado pela tempestade, não tem outra solução se não dobrar-se perante os ventos fortes. Mas findo o temporal, o bambu endireita-se novamente, preparado para as próximas vicissitudes. A meu ver, a comunidade macaense também é como o bambu: sofreu períodos de ameaça ao longo dos tempos, mas adaptou-se às circunstâncias, erguendo-se sempre após cada intempérie.

No entanto, enfrentamos hoje uma situação diferente. Macau já não pertence a Portugal, a nossa Pátria e terra dos nossos antepassados, mas sim à China, facto que, ainda hoje, é difícil de aceitar por alguns, devido aos mais de 400 anos de presença portuguesa.

José dos Santos Ferreira teve razão em afirmar que não sabíamos "(…) que Macau era só nossa por empréstimo e que um dia teríamos de a devolver, bonita e próspera" (Ferreira 1996b: 3), porque a China sempre considerou o seu solo como chinês, independentemente de quem estava lá a viver e, mais cedo ou mais tarde, haveria de exigir o retorno à "Mãe-Pátria". Por este motivo, alguns macaenses consideram que, em breve, seremos "estrangeiros na nossa própria terra", havendo os que, neste momento, já se sentem assim, em especial alguns macaenses emigrados que acham que já não têm razões para voltarem a Macau. Transcrevo aqui um excerto do depoimento de Luís Pedruco,[98] emigrado no Brasil, similar a outros na obra *Macau Somos Nós – Um mosaico da memória dos Macaenses no Rio de Janeiro*:

> Mas eu não volto a Macau, pelo seguinte, não posso chegar numa terra onde eu nasci – esquece que Macau sempre foi China, é China – uma terra onde eu nasci, nasci como português, passaporte português. Eu saio e volto hoje, aí só posso ficar 90 dias, como turista. Chego, estou habituado a ver tudo aquilo como era. Hoje, olho para os pontos que conheço, onde tinha bandeira portuguesa, e vejo a bandeira da China comunista, para mim é um choque. As repartições públicas onde estava escrito em português, Leal Senado…, tiraram todos os nomes portugueses e colocaram nomes chineses. O que restou? O que vou fazer lá? (…) Então, vou para uma terra chamada Macau que não é aquele Macau que conheço e sou considerado turista. Não me interessa. Então, eu

[98] Luís Pedruco foi presidente da Casa de Macau do Rio de Janeiro e faleceu há poucos meses.

> prefiro fechar os olhos e ver Macau. Saudosismo? Sim. Nasci em Macau, mas minha alma é portuguesa, não me interessa, não vou. (…) Vamos supor que lá foi uma casa em que fui inquilino 25 anos, 50 anos, só que o patrão fez despejo. (…) Vou lá para quê? (…) Você vai ao cinema ver um filme que não gosta, um filme de terror que você não gosta? Só se for louco. Para mim, é como um filme de horror, que não quero ver… (Doré *et al.* 2001: 280).

Vários autores preferem a ideia positiva de "Macau somos nós" à negatividade de "estrangeiros na sua própria terra". Segundo eles, nós, macaenses, trazemos connosco a memória e o significado de Macau, que não podemos esquecer: "Porque Macau, quaisquer que possam ser as novas vicissitudes da sua história multissecular, existe e continuará viva no coração, na saudade e na personalidade de cada Macaense. De facto, Macau somos e seremos todos nós!" (Jorge Rangel no prefácio de *Macau Somos Nós – Um mosaico da memória dos Macaenses no Rio de Janeiro*, Doré *et al.* 2001: 12-13). Como afirma Ana Maria Amaro, "Seja como for e quando for, os macaenses, onde quer que estiverem, manterão sempre, e apesar de tudo, pela saudade e pelas memórias que levarem, bem presas as suas mais profundas raízes à terra deixada, mas não abandonada, que lhes serviu de berço" (Amaro 1992: 132). Carlos Estorninho também declara que "Continuaremos Macau, portugueses de Macau, pois Macau somos nós, os macaenses, onde quer que estejamos. Seremos a memória de Macau" (Estorninho 1992: 18).

Devido às incertezas em relação ao nosso futuro pós 2049, torna-se agora, mais do que nunca, importante divulgar a nossa história e os nossos costumes, não só para que os portugueses saibam a herança que deixaram num território pequeno na longínqua Ásia, mas também para que os jovens macaenses conheçam o seu passado e se apercebam da riqueza da sua cultura. É preciso que os jovens, tanto os de Macau como os da diáspora, se interessem mais pela nossa história, uma vez que circunstâncias actuais e futuras irão, decerto, transformar esta comunidade.

António Pacheco Jorge da Silva diz que muitas famílias macaenses emigradas continuam ligadas à sua cultura, mas que os seus filhos vão assimilando a cultura dos países que os acolheram e, por isso, há quem ache que não vale a pena tentar falar-lhes de Macau por não estarem interessados. Este autor afirma que isto não é verdade, pois são cada vez mais os jovens da diáspora a sentir curiosidade pelas suas raízes. Mas se não encontrarem algo concreto que os inspire e lhes dê um sentido de orgulho no facto de serem macaenses, a cultura macaense acabará por desaparecer. A memória é, portanto, um legado que temos de deixar às gerações futuras, senão todos

aqueles que fizeram parte desta comunidade serão apenas uma "nota de rodapé na história". Para este autor, como poderemos nós, descendentes de gerações e gerações de macaenses, esquecermo-nos deles e também deixar o mundo esquecer-se deles? (Silva 2007: 11)[99]

Como se viu noutra parte deste trabalho, José dos Santos Ferreira não acreditava num futuro para os macaenses pós-1999 e foi com enorme angústia que antecipava a data em que Macau deixaria de ser território português. Termino esta dissertação com mais uma parte do seu poema "O Adeus de Macau", versão portuguesa de "Adios di Macau":

(…)

Terra de fé que Deus abençoou,
Macau começou sua vida
Há mais de quatrocentos anos.

Nestes longes do Mundo,
No cantinho de pé dum colosso,
Macau nasceu e cresceu.

Sempre filha de Portugal,
Sempre cheia de amor cristão,
Macau humilde a Deus serviu com devoção
E serviu a Pátria com dignidade.

Seus filhos viveram dias trabalhosos,
Suas gentes sofreram atribulações,
E fizeram-na grande!
Tão grande que se apanhou cobiçada.

(…)

[99] Original em inglês: "Many of those families who have left their eastern shores still cling to their culture. However, it is apparent they and their children are already melding into the ethnic and social aspects of the countries which they have chosen as their new home. Knowledge of their past will strengthen their genealogical and cultural awareness generating a sense of pride for future generations. Some say their children, born in a new environment, will lose interest in their history and merely dissipate into diverse societies of their new environs. It is quite obvious that this is not so as many who are growing up are looking to find their roots. However, there is the danger that if they find little to inspire them and they have nothing to hold on to, their Macanese culture will eventually become extinct. Memories, and whatever can be gathered to sustain them, are a legacy we have to leave behind. How can generations of these people be left as a footnote in history? How can we, their children and grandchildren, ever forget or let the world forget?" (Silva 2007: 11)

Na triste hora da largada,
De quantos olhos não manjerão lágrimas,
Quantos corações não cairão destroçados!

Qual manso cordeiro,
Macau passará da Pátria para outras mãos.

(…)

Já muito chorastes, amigos,
Não choreis mais.
Podeis derramar um oceano de lágrimas
Que disso ninguém fará caso…
E é mesmo assim… Neste mundo apressado,
Em que tudo corre mecanizado,
Quem terá tempo para vos ver chorar?

(…)

Ao dizermos adeus a Macau,
Que mais poderemos fazer?

(Ferreira 1990: 202-205).

Todavia, como vimos atrás, não só as instituições macaenses, como também as novas autoridades locais e as da própria República Popular da China, querem que os macaenses, hoje espalhados pelo mundo, permaneçam em Macau. Ao longo da sua primeira década como região administrativa especial da China, os resultados do esforço feito, com este propósito, podem considerar-se positivos. A ligação futura à terra-mãe constituirá um apelo irrecusável a essa comunidade, um permanente desafio à minha comunidade.

Bibliografia

AMARO, Ana Maria (1988). *Filhos da Terra*. Macau: Instituto Cultural de Macau.

AMARO, Ana Maria (org.) (1992). *Macaenses em Lisboa: Memórias do Oriente*. Missão de Macau em Lisboa.

ARESTA, António, Celina Veiga de Oliveira (2009). *Macau – Uma História Cultural*. Mem Martins: Editorial Inquérito e Fundação Jorge Álvares.

AZEVEDO, Cândido do Carmo (2004). *Portas do Cerco – A Ténue Fronteira no Conflito Sino-Japonês de 1894 a 1945*. Macau: Instituto Internacional de Macau.

BAPTISTA, António Santiago, Celina Veiga de Oliveira (orgs.) (1999). *A Administração de Macau durante o Período de Transição*. Macau: Gabinete do Governador de Macau.

BARROS, Leonel (1999). *Macau – Coisas da Terra e do Céu*. Macau: Serviços de Educação e Juventude.

BATALHA, Graciete Nogueira (1974). *Língua de Macau – o que foi e o que é*. Macau: Imprensa Nacional de Macau e Centro de Informação e Turismo.

BATALHA, Graciete Nogueira (1977). *Glossário do Dialecto Macaense – Notas linguísticas, etnográficas e folclóricas*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

BATALHA, Graciete Nogueira (1988). *Glossário do Dialecto Macaense – Notas linguísticas, etnográficas e folclóricas*. Macau: Instituto Cultural de Macau.

BATALHA, Graciete Nogueira (2007). *Luís Gonzaga Gomes e o Intercâmbio Cultural Luso-Chinês*. Colecção Mosaico. Volume III. Macau: Instituto Internacional de Macau.

BEIRES, Sarmento de (1925). *De Portugal a Macau (A Viagem do "Pátria").* Lisboa: Seara Nova.

BENNETT, Tony, Lawrence Grossberg, Meaghan Morris (orgs.) (2005). *New Keywords: A Revised Vocabulary of Culture and Society*. Singapore: Blackwell Publishing.

CAÇÃO, Armando António Azenha (1999). *Unidades Militares de Macau*. Macau: Gabinete das Forças de Segurança de Macau.

CASTANHEIRA, José Pedro (2000). *Macau – Os Últimos Cem Dias do Império*. Mem Martins: Publicações Dom Quixote e Livros do Oriente.

COATES, Austin (1991). *Macau – Calçadas da História*. Trad. Luísa Guedes. Lisboa: Gradiva e Instituto Cultural de Macau.

COLOMBAN, Eudore de (1980). *Resumo da História de Macau*. Macau: s. e.

COSTA, Francisco Lima da (2005). *Fronteiras da Identidade – Macaenses em Portugal e em Macau*. S. l.: Fim de Século.

DORÉ, Andréa, Anita Correia de Almeida, Carlos Francisco Moura (2001). *Macau Somos Nós – Um mosaico da memória dos Macaenses no Rio de Janeiro*. Macau: Instituto Internacional de Macau.

ESTORNINHO, Carlos Augusto Gonçalves (1992). "Identidade Cultural Macaense: Achegas dum filho da terra" *in* Ana Maria Amaro (org.) (1992). Pp. 16-18.

FERNANDES, Henrique de Senna (1978). *Nam Van – Contos de Macau*. Macau: Edição do Autor.

FERNANDES, Henrique de Senna (1999). "Macau de Ontem" *in* Luís Sá Cunha (org.) (1999). *Macau di nôs-sa coraçám – Memorandum afectivo para os*

participantes no III Encontro das Comunidades Macaenses. Pp. 51-69. Macau: Fundação Macau.

FERNANDES, Miguel Senna, Alan Norman Baxter (2001). *Maquista Chapado – vocabulário e expressões do crioulo português de Macau.* Colecção Cidade Cristã, n°4. Macau: Instituto Internacional de Macau.

FERNANDES, Moisés Silva (2000). *Sinopse de Macau nas Relações Luso-Chinesas 1945-1995 – Cronologia e Documentos*. S. l.: Fundação Oriente.

FERREIRA, José dos Santos (1990). *Doci Papiaçám di Macau*. Colecção Poetas de Macau. Volume I. Macau: Instituto Cultural de Macau.

FERREIRA, José dos Santos (1996a). *Papiaçám di Macau*. Obras Completas. Volume II. Macau: Fundação Macau.

FERREIRA, José dos Santos (1996b). *Macau Sã Assi*. Obras Completas. Volume V. Macau: Fundação Macau.

FOK Kai Cheong (1996). *Estudos Sobre a Instalação dos Portugueses em Macau*. Viseu: Museu Marítimo de Macau e Gradiva.

FORJAZ, Jorge (1996a). *Famílias Macaenses*. Volume I. Macau: Fundação Oriente, Instituto Cultural de Macau e Instituto Português do Oriente.

FORJAZ, Jorge (1996b). *Famílias Macaenses*. Volume III. Macau: Fundação Oriente, Instituto Cultural de Macau e Instituto Português do Oriente.

GOMES, Luís Gonzaga (1994). *Macau Factos e Lendas*. 3ª edição. 1ª edição 1979. Macau: Instituto Cultural de Macau.

GOMES, Luís Gonzaga (1997). *Macau – Um Município com História*. Macau: Leal Senado de Macau.

JESUS, C. A. Montalto de (1990). *Macau Histórico*. Mem Martins: Livros do Oriente e Fundação Oriente.

JIN Guo Ping, Wu Zhiliang (2007). *Revisitar os Primórdios de Macau: Para uma Nova Abordagem da História*. Macau: Instituto Português do Oriente e Fundação Oriente.

JORGE, Cecília (2004). *À Mesa da Diáspora – viagem breve pela cozinha macaense.* Hong Kong: Associação Promotora da Instrução dos Macaenses.

LAMAS, João António Ferreira (1995). *A Culinária dos Macaenses*. Porto: Lello & Irmão Editores.

LAMAS, João António Ferreira (2009). *Culinária Macaense – 100 Especialidades*. Macau: Direcção dos Serviços de Turismo.

MACHADO, José Silveira (2002). *Macau na Memória do Tempo*. Macau: Edição do Autor.

MARREIROS, Carlos (1994). *Adé dos Santos Ferreira – Fotobiografia*. Macau: Fundação Macau.

PESSANHA, Camilo (1927). "Macau e a Gruta de Camões" *in* Luís Sá Cunha (org.) (1999). *Camões nas Paragens Orientais – Textos por Camilo Pessanha e Venceslau de Morais*. Reedição anastática do opúsculo editado em 1927. Pp. 12-15. Macau: Fundação Macau e Instituto Internacional de Macau.

PIRES, Benjamim Videira (1988). *Os Extremos Conciliam-se*. Macau: Instituto Cultural de Macau.

RANGEL, Jorge A. H. (2004). *Falar de Nós: Macau e a Comunidade Macaense – acontecimentos, personalidades, instituições, diáspora, legado e futuro*. Volume I. Macau: Instituto Internacional de Macau.

RANGEL, Jorge A. H. (2006). *Falar de Nós: Macau e a Comunidade Macaense – acontecimentos, personalidades, instituições, diáspora, legado e futuro*. Volume II. Macau: Instituto Internacional de Macau.

RANGEL, Jorge A. H. (2007a). *Falar de Nós: Macau e a Comunidade Macaense – acontecimentos, personalidades, instituições, diáspora, legado e futuro*. Volume III. Macau: Instituto Internacional de Macau.

RANGEL, Jorge A. H. (2007b). *No Centenário de Luís Gonzaga Gomes*. Colecção Mosaico. Volume VI. Macau: Instituto Internacional de Macau.

RANGEL, Jorge A. H. (2009). *Falar de Nós: Macau e a Comunidade Macaense – acontecimentos, personalidades, instituições, diáspora, legado e futuro*. Volume IV. Macau: Instituto Internacional de Macau.

RIBEIRO, Eduardo (2007). *Camões em Macau – Uma certeza histórica*. Colecção Ensaios do Meio. Macau: COD.

SÁ, Luís Andrade, António Falcão (1999). *Marcas da Presença Portuguesa em Macau*. Hong Kong: Livros do Oriente.

SENNA, Maria Celestina de Mello e (1983). *Bons Petiscos por Celestina*. 3ª edição. Macau: Direcção dos Serviços de Turismo e Imprensa Nacional.

SILVA, António M. Pacheco Jorge da (2007). *The Portuguese Community in Hong Kong – A Pictorial History*. Macau: Conselho das Comunidades Macaenses e Instituto Internacional de Macau.

SILVA, Renelde Justo Bernardo da (2001). *A Identidade Macaense / The Macanese Identity*. Macau: Instituto Internacional de Macau.

TEIXEIRA, Monsenhor Manuel (1986). *Liceu de Macau*. 3ª edição. 1ª edição 1944. Macau: Direcção dos Serviços de Educação.

TEIXEIRA, Padre Manuel (1982). *Macau no Séc. XVII*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura.

TEIXEIRA, Padre Manuel (1999a). *A Gruta de Camões em Macau*. Macau: Fundação Macau e Instituto Internacional de Macau.

TEIXEIRA, Padre Manuel (1999b). *Camões esteve em Macau*. Macau: Fundação Macau e Instituto Internacional de Macau.

TOMÁS, Maria Isabel (1992). *Os Crioulos Portugueses do Oriente – Uma bibliografia*. Macau: Instituto Cultural de Macau.

TOMÁS, Túlio (1992). "Macaenses de Raiz: A Esperança que Resta" *in* Ana Maria Amaro (org.) (1992). Pp. 90.

Direcção dos Serviços de Turismo (2009). *Macau – Guia*. Macau: Direcção dos Serviços de Turismo de Macau.

Gabinete de Comunicação Social (2008). *Macau 2008 – Livro do Ano*. Macau: Gabinete de Comunicação Social da Região Administrativa Especial de Macau.

Provedoria da Santa Casa da Misericórida de Macau (1969). *IV Centenário da Santa Casa da Misericórdia de Macau 1569 – 1969*. Macau: Imprensa Nacional de Macau.

Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau (1995). Macau: Imprensa Nacional de Macau.

Estatuto Orgânico de Macau (1976). Macau: Imprensa Nacional de Macau.

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China (1999). Macau: Fundação Macau.

Endereços Electrónicos de Referência

"Amor e Dedinhos de Pé". *IMDB – The Internet Movie Database*. http://www.imdb.com/title/tt0101335/ (última visualização a 3 de Setembro de 2010).

Associação dos Aposentados, Reformados e Pensionistas de Macau. http://www.apomac.net/apomac/pt/index.php?lang=pt (última visualização a 3 de Setembro de 2010).

Associação dos Macaenses. http://www.admac.org/macau/htm/index_p/main_p.htm (última visualização a 3 de Setembro de 2010).

Associação Promotora da Instrução dos Macaenses. http://www.apim.org.mo/pt/ (última visualização a 3 de Setembro de 2010).

"A Trança Feiticeira". *IMDB – The Internet Movie Database*. http://www.imdb.com/title/tt0117953/ (última visualização a 3 de Setembro de 2010).

Casa de Macau do Rio de Janeiro. http://casademacaurj.com/ (última visualização a 11 de Setembro de 2010).

Casa de Macau em Portugal. http://www.casademacau.pt/ (última visualização a 3 de Setembro de 2010).

Casa de Macau Inc. Australia. http://www.casademacau.org.au/ (última visualização a 3 de Setembro de 2010).

Casa de Macau no Canadá (Toronto). http://www.casademacau.ca/ (última visualização a 3 de Setembro de 2010).

Casa de Macau São Paulo, Brasil. http://www.casademacausp.com.br/ (última visualização a 3 de Setembro de 2010).

Casa de Macau Vancouver, Canadá. http://www.casademacau.org/ (última visualização a 3 de Setembro de 2010).

Dóci Papiaçám di Macau. http://www.docipapiacam.com/#home (última visualização a 3 de Setembro de 2010).

"Encontro da Comunidade Juvenil Macaense". *Hoje Lusofonia*. http://www.hojelusofonia.com/encontro-da-comunidade-juvenil-macaense/ (última visualização a 3 de Setembro de 2010).

"Estatutos da Confraria da Gastronomia Macaense". *Associação Promotora da Instrução dos Macaenses*. http://www.apim.org.mo/confraria/estatutos.html (última visualização a 30 de Agosto de 2010).

"Estatutos do Conselho das Comunidades Macaenses". *Conselho das Comunidades Macaenses*. http://www.apim.org.mo/ccm/estatutos.html (última visualização a 12 de Setembro de 2010).

Instituto Internacional de Macau. http://www.iimacau.org.mo/ (última visualização a 3 de Setembro de 2010).

Lusitano Club of California. http://www.lusitanousa.org/ (última visualização a 3 de Setembro de 2010).

Macau Cultural Association (Casa de Macau) of Western Canada. http://www.casademacau.net/ (última visualização a 3 de Setembro de 2010).

"Memórias de Zaida M. Estrela". *Macau Antigo*. http://macauantigo.blogspot.com/2010/08/memorias-de-zaida-m-estrela.html (última visualização a 25 de Setembro de 2010).

"Quem Somos". *Associação Promotora da Instrução dos Macaenses*. http://www.apim.org.mo/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=78&Itemid=148&lang=pt (última visualização a 3 de Setembro de 2010).

"Safeguarding endangered languages". *UNESCO*. http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00136 (última visualização a 3 de Setembro de 2010).

"Sobre Nós". *Dóci Papiaçám di Macau.* http://www.docipapiacam.com/#about (última visualização a 3 de Setembro de 2010).

Anexos

Figura 1. Macaense com o dó (traje tradicional). Princípios do século XX (Amaro 1992: 19).

Figura 2. D. Anna Tereza Vieira Ribeiro de Senna Fernandes, 1.ª Condessa de Senna Fernandes (Amaro 1992: 61).

Figura 3. Grupo de macaenses. Fins do século XIX (Amaro 1988: 55).

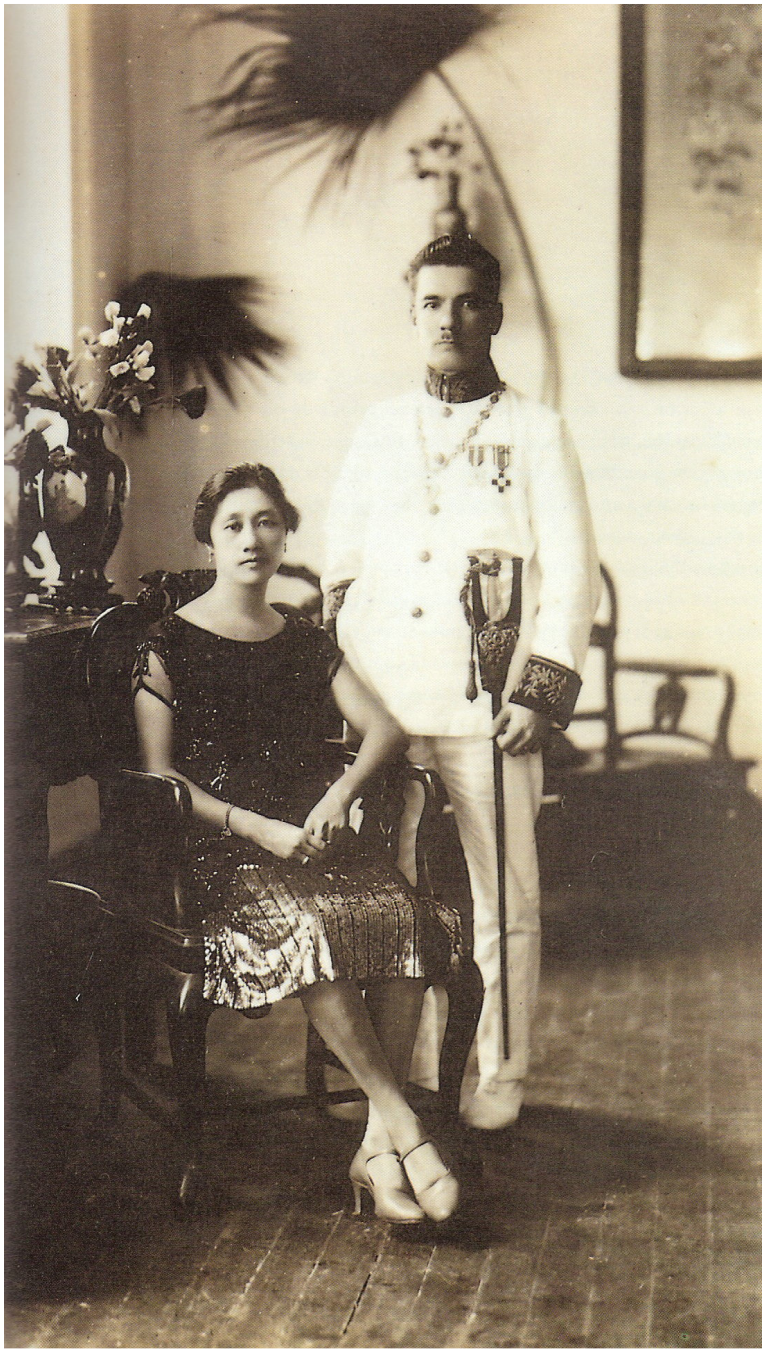


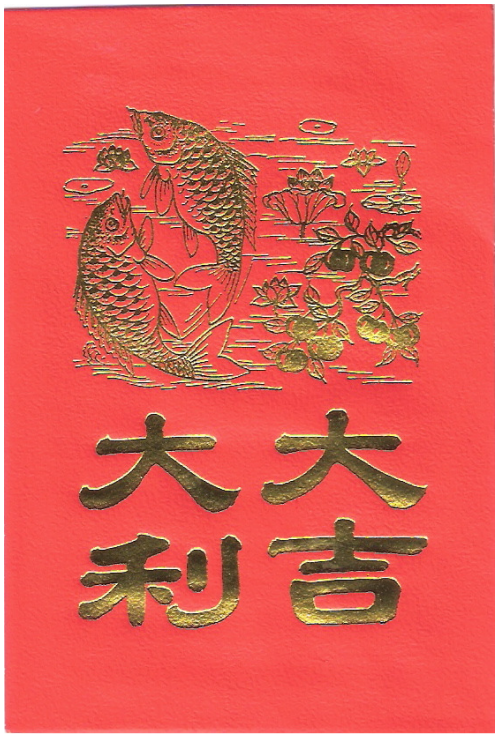
Figura 4. Abílio Basto com a sua esposa, D. Genoveva (Amaro 1992: 105).

Figura 5. Jovem macaense. Meados do século XX (Amaro 1992: 135).

Figura 6. *Minchi*, prato típico macaense (Jorge 2004: capa).

Figura 7. *Bagi*, sobremesa típica macaense (Jorge 2004: 113).

三星拱照



Figuras 8 e 9. Exemplos de *lai-si* (colecção pessoal).

Figura 10. Estátua de Jorge Álvares em Macau (Castanheira 2000: 117).

Figura 11. Cerimónia do arriar da bandeira em frente ao Palácio do Governo a 19 de Dezembro de 1999 (Castanheira 2000: 323).

Figura 12. Jovens chineses a dançar folclore português em frente ao templo de A-Má. Note-se a calçada à portuguesa (Gabinete de Comunicação Social 2008: 318).

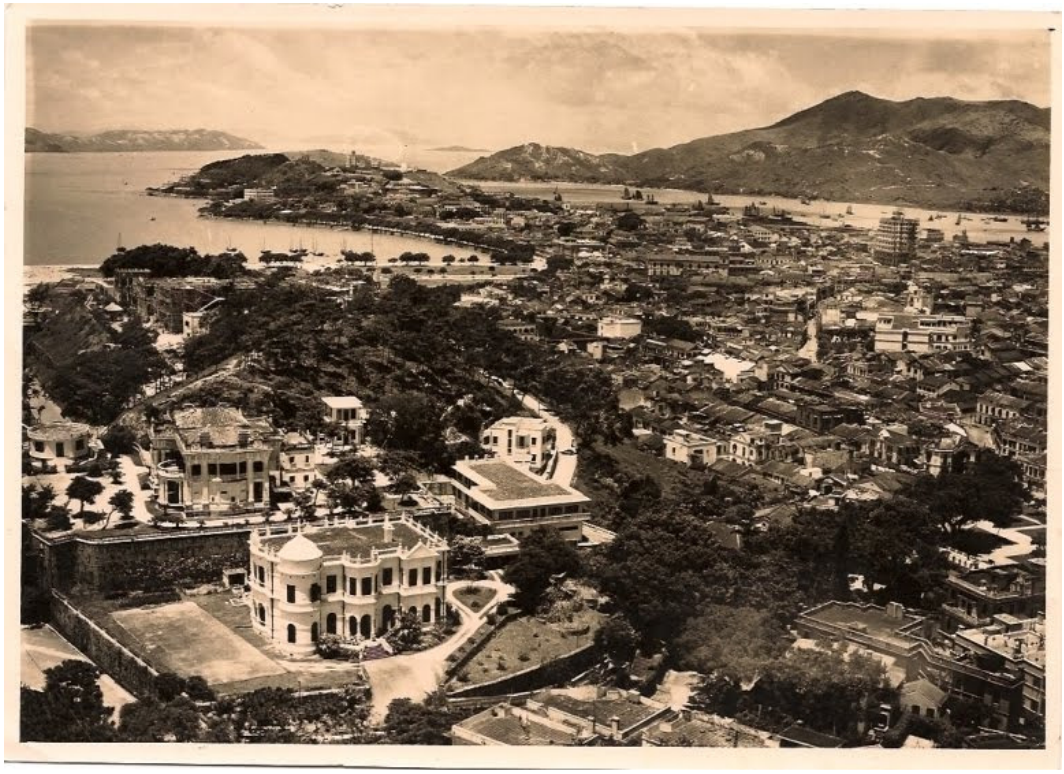


Figura 13. Vista panorâmica de parte da península de Macau nos anos 50 (*Macau Antigo*: http://macauantigo.blogspot.com/2010/08/memorias-de-zaida-m-estrela.html).

Figura 14. Vista aérea de parte da península de Macau nos anos 90 (Castanheira 2000: 261).